



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

RAFAEL MAFRA DE OLIVEIRA

**O CONTEXTO HISTÓRICO E OS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES DOS
CIRCUITOS PRODUTIVOS NA PRODUÇÃO CAFEEIRA DO DISTRITO DE MATO
GROSSO, RIO DE CONTAS - BA, ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2022**

CAJAZEIRAS – PB

2023

RAFAEL MAFRA DE OLIVEIRA

**O CONTEXTO HISTÓRICO E OS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES DOS
CIRCUITOS PRODUTIVOS NA PRODUÇÃO CAFFEEIRA DO DISTRITO DE MATO
GROSSO, RIO DE CONTAS - BA, ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.

Coorientador: Prof. Me. Matheus Gouveia.

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

O482c Oliveira, Rafael Mafra de.
O contexto histórico e os desdobramentos das ações dos circuitos produtivos na produção cafeeira do Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas – BA, entre os anos de 1970 a 2022 / Rafael Mafra de Oliveira. – Cajazeiras, 2023.
115f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Coorientador: Prof. Me. Matheus Gouveia.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023.

1. Produção cafeeira- Mato Grosso-Rio de Contas- Bahia. 2. Café. 3. Agricultura familiar. 4. Circuitos produtivos. 5. Cooperativa Rural. 6. Cafeicultura. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Gouveia, Matheus. III. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 633.73

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

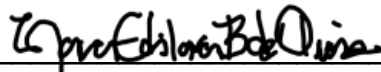
RAFAEL MAFRA DE OLIVEIRA

**O CONTEXTO HISTÓRICO E OS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES DOS
CIRCUITOS PRODUTIVOS NA PRODUÇÃO CAFEEIRA DO DISTRITO DE MATO
GROSSO, RIO DE CONTAS - BA, ENTRE OS ANOS DE 1970 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Aprovado em: 05 / 12 / 2023

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira — UFCG
(Orientadora)



Prof. Me. Matheus Gouveia — UFCG
(Coorientador)



Profa. Dra. Luciana Medeiros de Araújo — UFCG
(Examinadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO ARAUJO SANTOS
Data: 20/12/2023 16:40:23-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos — UFMS
(Examinador)

Dedico este trabalho ao meu avô Albertino Oliveira Mafra (*in memoriam*), que com todas as dificuldades da vida, sempre esteve, e continua presente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família por todo amor, carinho, dedicação e apoio para comigo não só durante a realização desta etapa, mas durante toda a minha vida: à minha mãe, Maria das Graças, que com todos os desafios da vida não mediu esforços para que eu chegasse até aqui, pelos conselhos, pelo zelo e por tudo — você é a prova que nenhuma barreira possa ser vencida; aos meus avós, Lourdes e Albertino (*in memoriam*), que carinhosamente chamo-os de mãe e de pai, que por tantas vezes estiveram presentes nos bons e nos momentos difíceis; aos meus irmãos, Géssica e Alexandre, que também estiveram comigo e fizeram parte de grandes momentos da minha vida; ao meu pai, Valdecy, que também foi muito importante durante toda essa jornada; aos meus avós paternos Maria e Antônio; à meu padrasto Gilson; aos meus tios, Lézio, Antônio (Dodô), Helena, Elenice, Luciene, Jucélia, Márcia, Claudinei, Sérgio, Wálter, José, Camila, e todos os outros não citados aqui, sem exceção, meu muito obrigado. Além de todos esses, em especial, agradeço ao meu tio José Antônio, que desde sempre esteve presente na minha trajetória de vida, inclusive nesta etapa, através da ativa colaboração para a concretização da pesquisa. Além de todos esses, agradeço também aos familiares não citados aqui, pois caso contrário, este parágrafo se estenderia em várias páginas. Ambos foram, durante o desenvolvimento desta pesquisa, e são igualmente importantes para a minha vida.

Agradeço aos meus amigos, inclusive os de longa data, que apesar da distância e do pouco contato, continuaram presentes na minha vida: Nilmara, Ana Caroline, José Neto, Yara, Emília, Claudiney, Genilson, José Ricardo, Bruno, Daniel, Gustavo, Otávio e tantos outros. Agradeço também aos meus colegas do curso de Geografia do CFP, em especial a turma 2019.1, e aos demais colegas de outras turmas.

Deixo aqui meus agradecimentos também a todos os professores vinculados ao curso de geografia, ambos foram essenciais para minha formação e para meu desenvolvimento acadêmico, seja pelas conversas, orientações e, sobretudo, pela maestria na arte de ensinar, sem exceção, mas em especial, aos professores: Luciana, Josenilton, Cecília, Aldo, Ivanalda, Jacqueline, Alexsandra e Henaldo, além claro, da minha querida orientadora Mara, e o meu coorientador Matheus. Agradeço também a todos os outros que fizeram parte dessa caminhada, os professores e as

escolas que gentilmente me receberam nas disciplinas de Estágios Supervisionados e no Programa de Residência Pedagógica, este, em especial, na qual eu pude aprender e aperfeiçoar ainda mais as práticas da docência, na figura da coordenadora Profa. Dra. Cecília e do preceptor Prof. Thiago, além dos colegas e amigos da referida etapa. Não poderia deixar de agradecer também aos meus queridos professores do Ensino Fundamental, do Centro Educacional em Mato Grosso: Íris, Sérgio, Lézio, Lourdes, Railda, Rosânia, Gilvânia, Jaqueline e Madalena.

Agradeço a todos também que foram essenciais para a concretização desta pesquisa, os moradores e agricultores do Distrito de Mato Grosso, os comerciantes de insumos agropecuários e também aos responsáveis pelas marcas de cafés instalados no local e na cidade de Rio de Contas: Olívia Ramos; Valgleber Mafra; Claudenilson Mafra (Nem); Lucas Campos; e seus familiares.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha trajetória no curso, e na vida, o meu muito obrigado!

*“Pensar o passado para compreender
o presente e idealizar o futuro.”*

Heródoto

RESUMO

As históricas transformações que ocorreram no espaço agrário brasileiro, produziram inúmeros desafios para o homem do campo. Em diferentes épocas, os fatores econômicos, representado pelo mercado exportador, explorador e acumulador de riquezas, determinou e influenciou as mais diversas alterações em todo o território nacional, em diferentes escalas. Nesse contexto se insere a produção cafeeira realizada no Distrito de Mato Grosso, que, de forma muito semelhante aos outros espaços de produção no Brasil, foi, e continua sendo marcada por intensas transformações e adaptações influenciadas, sobretudo, pelo sistema capitalista de produção, representado, no referido caso, pelos circuitos produtivos. Essa estrutura, parte da dinâmica do mercado, impulsiona e amplifica, em diferentes camadas e etapas da cadeia produtiva de diversos produtos, as condições desiguais de distribuição lucros, a subordinação ao capital, e, no contexto da produção agrícola realizadas em pequenas propriedades, as mudanças das características tradicionais dos agricultores. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar a reorganização sócio-espacial, histórica e econômica do Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA, com ênfase na dinâmica da produção cafeeira, entre os anos de 1970 a 2022, frente à influência dos circuitos produtivos. Com base na metodologia quali-quantitativa, por meio da pesquisa amostral direcionada aos agricultores do distrito, em conjunto com estudos teóricos de embasamento, além da pesquisa com os demais sujeitos da cadeia produtiva local, e informações coletadas em dados secundários, foi verificado que a ativa e cíclica modificação no espaço agrário cafeeiro, e, mais recentemente, fruticultor, do local, foi intensivamente marcada pelas ações dos circuitos produtivos, que tanto se faz presente, e que também se reproduz. Tais condições revelaram a urgente a necessária introdução de medidas intervenção, entre elas, a proposta para a criação no distrito de uma cooperativa rural diversificada, com objetivo de estabelecer, para além da ruptura de parte da referida estrutura, a busca pela autonomia dos agricultores, a unidade e o fortalecimento da produção familiar, e o sentimento de pertencimento ao meio rural pelos sujeitos do campo.

Palavras-Chave: Café; Agricultura Familiar; Circuitos Produtivos; Cooperativa Rural.

ABSTRACT

The historical transformations that have taken place in the Brazilian agrarian space have produced countless challenges for rural people. At different times, economic factors, represented by the export market, which exploits and accumulates wealth, have determined and influenced the most diverse changes throughout the national territory, on different scales. This context includes coffee production in the District of Mato Grosso, which, in much the same way as other production areas in Brazil, was and continues to be marked by intense transformations and adaptations influenced above all by the capitalist system of production, represented in this case by production circuits. This structure, part of the dynamics of the market, drives and amplifies, in different layers and stages of the production chain of various products, the unequal conditions of profit distribution, subordination to capital and, in the context of agricultural production carried out on small properties, changes in the traditional characteristics of farmers. In view of this, this research aimed to analyse the socio-spatial, historical and economic reorganisation of the District of Mato Grosso, Rio de Contas - Bahia, with an emphasis on the dynamics of coffee production, between 1970 and 2022, in the face of the influence of production circuits. Based on a qualitative-quantitative methodology, using a sample survey of farmers in the district, together with theoretical background studies, as well as research with other subjects in the local production chain, and information collected from secondary data, it was found that the active and cyclical changes in the local coffee-growing and, more recently, fruit-growing agrarian space were intensively marked by the actions of the production circuits, which are both present and reproduced. These conditions have revealed the urgent and necessary introduction of intervention measures, including the proposal to create a diversified rural cooperative in the district, with the aim of establishing, in addition to breaking up part of this structure, the search for farmers' autonomy, the unity and strengthening of family production, and the feeling of belonging to the rural environment for rural people.

Keywords: Coffee; Family Farming; Production Circuits; Rural Cooperative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 — Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA	24
Figura 02 — Ilustração do galho, flores e frutos do café arábica (coffea	40
Figura 03 — A: carretão; B: pilão manual	45
Figura 04 — Lavoura cafeeira no distrito de Mato Grosso	54
Figura 05 — Poda (recepa) da lavoura cafeeira no Distrito de Mato Grosso.....	65
Figura 06 — Diminuição da área de cultivo do café no Distrito de Mato Grosso	71
Figura 07 — Introdução da plantação da laranja sobre a área de cultivo do café em Mato Grosso.....	72
Figura 08 — Caixas agrícolas hortifrutis destinadas à produção da fruticultura em Mato Grosso.....	74

MAPAS

Mapa 01 — Mapa de localização do Distrito de Mato Grosso e do município de Rio de Contas - BA	23
Mapa 02 — Mapa de zoneamento do espaço urbano e agrícola do Distrito de Mato Grosso.....	25
Mapa 03 — Mapa dos principais destinos da produção cafeeira do Distrito de Mato Grosso	46
Mapa 04 — Mapa de uso e ocupação do solo - propriedades do agricultor 2 (2022)	80
Mapa 05 — Mapa de uso e ocupação do solo - propriedades do agricultor 2 (2022)	80

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01 — Cadeia de produção do café no Distrito de Mato Grosso, (ciclos de produção local).....	86
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 — Produtos e espaço produtivo do Distrito de Mato Grosso, anteriores à (re)introdução da produção cafeeira (1970)	42
Gráfico 02 — Condicionantes à (re)introdução da atividade cafeeira no Distrito de Mato Grosso	44
Gráfico 03 — Períodos de introdução e eliminação do cultivo do café, por produtores, no Distrito de Mato Grosso.....	56
Gráfico 04 — Contratação temporária de trabalhadores fora do núcleo familiar para a produção do café, no Distrito de Mato Grosso	58
Gráfico 05 — Composição familiar e locais habituais de residência dos agricultores e seus descendentes, do Distrito de Mato Grosso	61
Gráfico 06 — Média da produção de café em grão* (toneladas), no município de Rio de Contas - BA, por períodos	64
Gráfico 07 — Fatores condicionantes ao declínio da atividade cafeeira em Mato Grosso	69
Gráfico 08 — Área em hectares destinada ao cultivo do Café, da Laranja e da Manga, no município de Rio de Contas.....	73
Gráfico 09 — Panorama geral dos agricultores do distrito (antes x depois)	76
Gráfico 10 — Introdução/intensificação do cultivo da Manga e da Laranja em Mato Grosso.....	77
Gráfico 11 — Fatores condicionantes ao avanço da fruticultura em Mato Grosso....	78
Gráfico 12 — perspectivas para o futuro da produção agrícola no Distrito de Mato Grosso, de acordo com os agricultores - fruticultura e cafeicultura	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 — Estrutura Fundiária do Município de Rio de Contas - BA, no ano de 2018 - Hectares	52
Tabela 02 — Estrutura Fundiária do Município de Rio de Contas - BA, no ano de 2018 - Módulo Fiscal	53
Tabela 03 — Número de estabelecimentos e tipologia dos produtores de café em Rio de Contas - BA	57
Tabela 04 — Marcas de cafés com indicação de origem de matéria-prima proveniente da produção familiar do Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA, no ano de 2022	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AMRC	Arquivo Municipal de Rio de Contas
Art.	Artigo
BA	Bahia
BSCA	Associação Brasileira de Café Especiais
COOPIATÃ	Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã
COPAVI	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
cwb	Clima Tropical de Altitude
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBC	Instituto Brasileiro de Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
K	Potássio
kg	Quilograma
km	Quilômetro
m	Metros
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MF	Módulo Fiscal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
N	Nitrogênio
ONU	Organização das Nações Unidas
P	Fósforo
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SiBCS	Sistema Brasileiro de Solos
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
TA	Tamanho da Amostra
TI	Territórios de Identidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1 O CONTEXTO HISTÓRICO E O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO DISTRITO DE MATO GROSSO	22
1.1 A PRODUÇÃO CAFEEIRA NO TOPO DO NORDESTE	22
1.2 DO OURO AO CAFÉ: CONDIÇÕES HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E SÓCIO-ESPACIAIS.....	25
2 A DINÂMICA ESPACIAL E TEMPORAL DA PRODUÇÃO CAFEEIRA EM MATO GROSSO ENTRE 1970 A 2022	37
2.1 MUDAR FOI PRECISO, RETORNAR FEZ-SE NECESSÁRIO: A (RE)INTRODUÇÃO DA ATIVIDADE CAFEEIRA	38
2.2 A DINÂMICA DO PERCURSO: FATORES CONDICIONANTES DA ATUAL PRODUÇÃO CAFEEIRA.....	50
2.3 AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO CAFEICULTOR: ADAPTAÇÕES ÀS NOVAS DEMANDAS.....	71
3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA CAFEICULTURA LOCAL: TENDÊNCIAS E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO DA ATIVIDADE	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A — QUESTIONÁRIOS: PRODUTORES	106
APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO: COMERCIANTES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	111
APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO: TRANSPORTADORES.....	112
APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO: COMERCIANTES/PRODUTORES DE CAFÉS.....	113
APÊNDICE E — ENTREVISTA COMPLEMENTAR: PRODUTORES.....	114

INTRODUÇÃO

As históricas transformações das atividades econômicas registradas no Brasil, que remontam desde o início do período da colonização portuguesa, até os dias atuais, deixaram marcas, e geraram grandes mudanças em todo o território nacional, influenciadas, sobretudo, pela dinâmica do mercado global. O período colonial ficou marcado pela intensa atividade econômica na produção de bens primários para exportação, através de grandes ciclos econômicos sucessivos. A base dessa economia, durante muito tempo, foi marcada pela exploração predatória dos recursos naturais, da terra, e da força humana escravizada, tendo sido fortemente ligada a atender às demandas e aos interesses externos por meio do sistema de mercado exportador, da mesma forma que é verificado atualmente.

Diante da intensa exploração dos recursos existentes no território nacional colonizado, a exemplo da produção canavieira e da exploração aurífera, que além de terem promovido o acúmulo de capital e de terras, geraram conflitos, desigualdades, entre outras consequências que podem ser constatadas/verificadas até os dias atuais. A fixação de inúmeras povoações pelo interior da colônia, foi também um dos resultados da intensa exploração do país, sobretudo, a aurífera. Na mesma época, dois núcleos populacionais se estabeleceram na região que viria a se chamar, posteriormente, o Alto Sertão Baiano¹, denominadas, atualmente, de Rio de Contas (município), e Mato Grosso (distrito).

No Distrito de Mato Grosso — recorte espacial de estudo deste trabalho —, após o rico período da mineração, houve um intenso processo de estagnação econômica, o que culminou, conseqüentemente, assim como em várias outras localidades do país, além das crescentes migrações, a introdução do sistema de subsistência para a manutenção da população residente. O espaço produtivo do local, desde então, passou por várias e contínuas mudanças ao longo do tempo. Uma delas, ocorrida em meados do século XIX, marcou a introdução da atividade que viria a transformar, profundamente, a dinâmica da produção agrícola do local em diversas escalas e em diferentes épocas: a produção cafeeira.

No passado, o cultivo do café tornou-se a principal fonte de renda da população, o que possibilitou, por consequência, o desenvolvimento e a melhoria da

¹ Alto Sertão Baiano: denominação proposta pelo autor Erivaldo Fagundes Neves (2003), para classificar as áreas territoriais que compreendem os municípios localizados no sudoeste do estado da Bahia.

qualidade de vida dos produtores familiares que residiam no local. No entanto, com as instabilidades dos preços dos produtos e a forte influência do mercado global, a sua produção foi diminuindo a ponto de ser classificada apenas como mais uma atividade de produção destinada ao próprio consumo dos agricultores, antes, com fortes características comerciais. Embora essa estagnação da produção tenha impactado fortemente a economia local, a população introduziu novas alternativas para garantir não só a aquisição de fonte de renda, mas também a própria sobrevivência. Entre os produtos cultivados, estão desde os itens básicos de subsistência, até os destinados ao comércio.

O retorno da atividade cafeeira, que por sua vez, ocorreu no final da década de 1960 (de forma experimental), e, ativamente, entre as décadas de 1970-1980, marcou uma nova etapa da produção do item no local. O novo ciclo, fomentando pela introdução de novas técnicas de manejo e cultivo, fez com que a produção prosperasse e aos poucos retomasse seu lugar de importância para a economia tanto do distrito, quanto para o município como um todo. A consolidação dessa produção só ocorreu, no entanto, a partir da instalação de máquinas de descascamento dos grãos, otimizando os processos de produção do fruto, acarretando, conseqüentemente, o incremento de uma quantidade significativa de agricultores.

A produção do café no local ressurgiu, fazendo com que boa parte da população dedicasse ativamente para o manejo e para o cultivo do produto, nas mais variadas épocas do ano. Com base na produção familiar, ano após ano, essa produção retomou o seu lugar de importância no local, fomentando o desenvolvimento e a manutenção da renda familiar dos agricultores. Entretanto, após o breve período de consolidação da produção, a partir do final da década de 2000, e, mais intensamente, ao decorrer da década de 2010, em decorrência de vários fatores, sobretudo pela influência do mercado, houve um forte declínio da produção cafeeira no distrito, gerando impactos diretos na economia, na identidade produtiva local, e na dinâmica social do local.

À medida que as adaptações, verificadas ao longo do tempo, tornaram-se necessárias, a população do distrito, novamente, teve que se reinventar empregando novas alternativas de cultivo para mitigar os impactos do novo declínio da produção cafeeira, a partir da introdução da fruticultura. Embora esse cultivo também tenha exercido fortes influências para a diminuição da cafeicultura local, a

mesma também está sendo altamente influenciada e moldada pelo mercado, decorrente da ação dos circuitos produtivos inseridos no local, revelando a cíclica condição de subalternidade dos agricultores. Nesse sentido, houve a necessidade de investigar como o referido sistema (circuitos produtivos) está estruturado, seus elementos e fatores condicionantes, bem como seus reflexos na cadeia produtiva do café e dos demais gêneros agrícolas do distrito. Com base nos resultados desta pesquisa, foi proposto, ao final, a implementação de práticas para a ruptura dos circuitos produtivos que tanto altera, domina, se faz presente, e que cada vez mais se reproduz no local.

A influências do sistema capitalista na produção agrícola, sobretudo as realizadas em pequenas propriedades, por intermédio dos setores dominantes do mercado, das grandes indústrias, do empresariado e da burguesia, geram impactos diretos nos grupos menos favorecidos, subordinados, e subalternos inseridos na cadeia produtiva de diversos produtos. Do mesmo modo, as ações decorrentes de todo esse sistema, viabilizadas pelos circuitos produtivos, promovem, de forma simultânea, o surgimento de condicionantes que mantém a vitalidade a referida estrutura em funcionamento, amplificando, ainda mais, as desigualdades decorrentes na mesma. No mesmo sentido, segundo Oliveira (2015, p. 210-211) “[...] diante do avanço do capital no campo, várias foram as formas de exclusão ou inclusão deficiente no processo desigual e combinado na formação do espaço agrário brasileiro”. No mesmo sentido, o avanço do capital nessa estrutura, de acordo com Elias (2001a, p. 7), “[...] promoveu um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, e acentuou as históricas desigualdades socioeconômicas e territoriais brasileiras”. Logo, o mercado, que visa antes de tudo o lucro, estimula as desigualdades em diversos espaços. No campo, os pequenos agricultores viram “reféns”, muitas vezes sem alternativa, de todo o mecanismo influenciado pelo sistema capitalista na sua produção, caracterizado pelos circuitos produtivos.

Em um mundo multipolar, o poder do capital, além de exercer suas influências na economia de vários países, em diversas escalas, altera também as formas e as relações sociais nelas existentes. No setor produtivo, essas ações viabilizaram as contínuas e cíclicas mudanças que ocorreram no passado, e que persistem até os dias de hoje. Tais condições permitem entender, em conjunto com os fatores e as características de cada período, o desenvolvimento e as transformações no espaço.

Cada lugar, com suas particularidades e contextos de cada período, tiveram que se adaptar de forma contínua aos fatores que influenciaram e condicionaram as diferentes mudanças na produção de bens ao decorrer do tempo. Mudanças essas, influenciadas, principalmente, pelas novas demandas do mercado nacional e internacional, alteraram, e continuam alterando o espaço produtivo de diversos lugares. Do mesmo modo, através e em função da economia produtiva e dos referidos mercados, em diversos períodos e em diversas escalas, houve intensas transformações em grande parte do território nacional. Da mesma forma que esses fatores modificaram o território, a produção e a reprodução econômica do país, atuaram, e continuam alterando o espaço produtivo do Distrito de Mato Grosso, as culturas de produção empregadas pelos agricultores locais, mas também os seus traços identitários, ao passo submetem tais sujeitos, à lógica do mercado através dos circuitos produtivos. Tais processos, suas consequências, bem como toda essa estrutura que estimula as transformações no espaço produtivo e cafeicultor do distrito, configuram-se, portanto, os objetos de estudo desta pesquisa, que tem por finalidade contribuir para o conhecimento da dinâmica produtiva do local, as suas características, os principais desdobramentos, e, ao final, propor ações para estimular o desenvolvimento e autonomia do agricultores e das suas respectivas atividades, seja pela produção do café, mas também dos demais gêneros agrícolas.

Logo, esta pesquisa tem como objetivo analisar a reorganização sócio-espacial, histórica e econômica do distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA, com ênfase na dinâmica da produção cafeeira, entre os anos de 1970 a 2022, frente à influência dos circuitos produtivos no campo. O referido estudo possibilitou entender os fatores que contribuíram para as transformações ocorridas no passado, marcadas pelas influências e raízes históricas da exploração colonial e do mercado exportador; as atuais mudanças no espaço agrícola do distrito, os impactos, os fatores condicionantes e as consequências geradas pela sua reorganização, frente à influência da dinâmica do modo capitalista de produção e dos circuitos produtivos, intrinsecamente inseridos na mesma; além disso, projetou, por meio das propostas de intervenção, novas perspectivas e ações para o futuro da produção agrícola do local, tendo em vista a valorização da agricultura familiar e de seus produtos cultivados, por meio da introdução de uma estrutura cooperativista.

Para a realização desta pesquisa, os métodos empregados possibilitaram analisar as ações voltadas para o circuito produtivo na lavoura cafeeira do distrito e

seus principais desdobramentos. Compondo uma das etapas metodológicas utilizadas, a aplicação de questionários teve a finalidade de conhecer, através das informações compartilhadas pelos próprios moradores e produtores locais, além da influência e a história do cultivo do café na região, os principais desafios enfrentados pelos agricultores, o quantitativo produzido, as técnicas de manejo utilizadas, as mudanças e as projeções para o futuro da produção, e vários outros aspectos da cadeia produtiva do café, e dos demais gêneros agrícolas recém introduzidos/intensificados na região. Além dessa etapa, a utilização de dados secundários disponíveis em órgãos públicos, o uso de imagens fotográficas e de satélite, a realização de entrevistas, entre outros procedimentos, compõe o conjunto de metodologias que permitiram entender, além das principais características do espaço produtivo do distrito, as principais transformações e adaptações verificadas ao longo do tempo. Devido à complexidade de algumas das etapas desenvolvidas para a realização desta pesquisa, foram elaborados os caminhos com maior nível de detalhamento de informações técnicas, separadamente, apresentado na sequência.

A estrutura desta monografia está organizada em 3 (três) capítulos: sendo o primeiro, trazendo a abordagem histórica da ocupação, exploração territorial, e a introdução da atividade cafeeira no país, por meio da linha do tempo das ações que marcaram a dinâmica dessa produção, nos lugares e na economia, com ênfase no espaço produtivo do Distrito de Mato Grosso. Na sequência, o segundo capítulo parte da análise da dinâmica cafeeira do referido local, onde foi, e continua sendo marcada pelas raízes históricas da exploração e da influência do mercado, traz os principais aspectos que movimentaram e alteraram a cadeia de produção do café local no passado e nos dias atuais. E no terceiro, diante das questões apresentadas nos capítulos anteriores, é composto pelas discussões das medidas de intervenção dos principais problemas e desafios encontrados no espaço produtivo local, tanto da produção cafeeira, quanto dos demais gêneros agrícolas então identificados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa foi utilizada como base a metodologia quali-quantitativa, por meio do agregado de análises conceituais sobre as temáticas do estudo, a investigação, além da coleta de dados em campo. Ambas, apresentando a junção de atividades teóricas e práticas.

Inicialmente foi necessário realizar o levantamento bibliográfico com o intuito de identificar e analisar os principais aspectos e abordagens teóricas relacionadas ao tema. Na sequência, considerando que o Distrito de Mato Grosso é formado majoritariamente por agricultores, a primeira etapa da coleta de dados, realizada entre os meses de janeiro a agosto do ano de 2023, na própria localidade, consistiu na aplicação de questionários² no formato de amostragem probabilística a cerca de 20% do total de domicílios particulares permanentes da mesma (55 domicílios/questionários), definido por meio do cálculo de tamanho da amostra (TA), com base nos números do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do ano de 2010, com nível de confiança de 90%, e margem de erro de 10%.

$$TA = \frac{\frac{z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2 \cdot N} \right)} = 55 \text{ questionários}$$

Legenda:

- N = total de domicílios particulares permanentes (277 unidades);
- z = escore z (1,65 - referente a 90% de nível de confiança);
- e = margem de erro (10%)
- p = desvio padrão (50%)

Considerando como estrato os agricultores locais, composto por homens, mulheres e seus descendentes de primeiro grau, produtores de cafés e de demais gêneros agrícolas, a aplicação dos questionários (apêndice A), divididos pelos módulos A e B, em cafeicultores (com maior número de perguntas) e fruticultores, respectivamente, alimentaram um processo de estimação, no quais possibilitaram generalizar as informações extraídas, dando origem aos números percentuais das características dos processos de produção e da estrutura familiar dos referidos agricultores investigados pela amostragem, apresentado em gráficos e tabelas a partir dos dados primários coletados (dados da pesquisa).

² Questionário misto, composto de perguntas abertas e fechadas, organizadas dentro de uma sequência lógica (consultar apêndice A).

De forma conjunta, depoimentos relatados por parte dos produtores pesquisados, ao decorrer da aplicação dos questionários, tornaram-se também objeto de estudo da referida pesquisa. Como consequência, e de forma complementar, entrevistas direcionadas aos produtores mais experientes do distrito (fora da amostra) também foram realizadas, ao passo que as informações coletadas, permitiram entender os principais aspectos sobre o contexto histórico da produção cafeeira realizada no distrito (apêndice E).

Concomitantemente, a terceira etapa do estudo foi direcionada aos comerciantes de insumos agropecuários (apêndice B); transportadores (apêndice C); e produtores/revendedores de marcas de cafés produzidos no próprio distrito (apêndice D). E por fim, a quarta e última etapa teve como objetivo a coleta e análises de dados secundários disponíveis em órgãos públicos, entre eles, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o IBGE, entre outros, viabilizaram e complementaram a interpretação sobre os principais aspectos da cadeia de produção do café do Distrito de Mato Grosso, e do todo o município de Rio de Contas, além dos fatores condicionantes e as influências dos circuitos produtivos nas mesmas.

Ambas as etapas, permitiram entender, além do contexto histórico e a dinâmica da transformação do espaço agrário (cafeicultor) do distrito, as condições sócio-econômicas e culturais apresentadas ao longo do tempo, assim como viabilizaram projetar novas perspectivas para o futuro da produção cafeeira local, e das demais atividades agrícolas introduzidas/intensificadas (fruticultura).

1 O CONTEXTO HISTÓRICO E O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO DISTRITO DE MATO GROSSO

O espaço agrário brasileiro é formado por intensos contrastes de formas e estruturas que foram moldadas por diferentes modos e atividades de produção. Esse espaço, palco de lutas e conflitos territoriais, marcado por desigualdades socioespaciais, passou por diferentes transformações ao longo do tempo, sendo assim, foi moldado por inúmeros fatores relacionados às condições específicas de cada período, como a colonização e a exploração dos recursos naturais, a industrialização e a urbanização, mas, principalmente, pelas influências da economia global, que agiu, e ainda opera nas formas, nos tipos e nos ritmos da ocupação do nosso território até os dias atuais.

A dinâmica da ocupação e transformação do espaço brasileiro sofreu também as influências e condições particularidades de cada porção territorial, estas por sua vez, são caracterizadas como espaços das relações, explorações e das transformações vivenciadas pela sociedade. Tendo isso em vista, neste capítulo serão abordados o contexto histórico da ocupação territorial, as explorações econômicas e as atividades agrícolas desenvolvidas em Mato Grosso, em um passado anterior a introdução e a posterior (re)introdução da atividade cafeeira no distrito.

Dividido em duas seções é iniciado com a apresentação e a caracterização socioespacial do distrito e do município de Rio de Contas, e, na sequência, parte do contexto histórico e econômico da ocupação dos respectivos territórios para entender as relações, o desenvolvimento do espaço agrário e a introdução da atividade cafeeira na região.

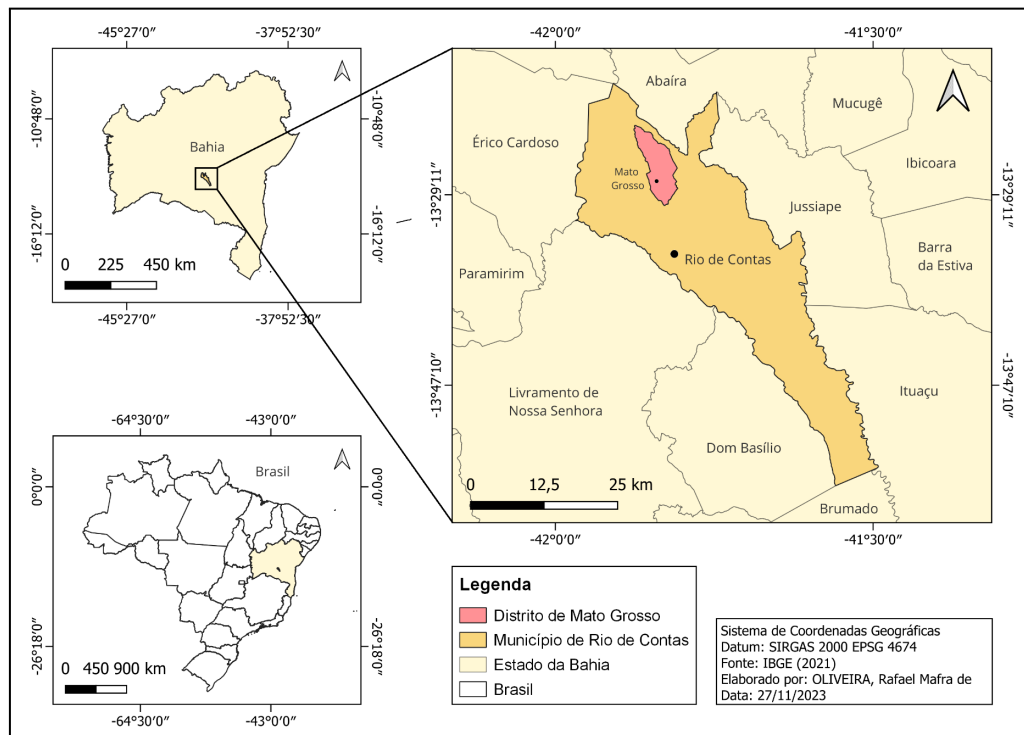
1.1 A PRODUÇÃO CAFEEIRA NO TOPO DO NORDESTE

O Distrito de Mato Grosso é um dos quatro distritos que compõem o município de Rio de Contas (sede), ambos localizados no estado da Bahia. O município, localizado na região do centro-sul baiana, distante 738 km da capital estadual Salvador, apresenta uma área total de 1.115,252 km² (mapa 01).

Em meio ao Bioma Caatinga, toda extensão do município está dentro da área territorial de conservação ambiental da Chapada Diamantina, denominação essa,

classificada para demarcar os territórios que, em séculos atrás, foram marcados pela intensa mineração do ouro e do diamante. Assim como outras localidades da mesma região, Rio de Contas apresenta características identitárias, econômicas, culturais e, sobretudo, naturais (ambiente físico), diferentes de outras partes do estado. Diante dessas características foi constituído no ano de 2007, na Bahia, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, cultural e social dos respectivos locais, a regionalização por Territórios de Identidade (TI), utilizado pela Superintendência de Estudos Econômicos (SEI)³, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Bahia, Secretaria da Cultura, s.d.), com a denominação de Chapada Diamantina.

Mapa 01: Localização do Distrito de Mato Grosso e do município de Rio de Contas - BA.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Rio de Contas também é parte integrante do seletto grupo de municípios produtores de cafés especiais do estado da Bahia, sendo esses, classificados pela Associação Brasileira de Café Especiais (BSCA), que leva em consideração as características específicas do local de origem do produto, como a grande região produtora do Planalto Baiano (15), sub-região Chapada Diamantina (15a). O relevo dessa região, de forma semelhante às encontradas em algumas áreas do Sudeste

³ Divisão estadual em “Regiões Econômicas” (Bahia), demarcados de acordo com critérios ambientais, econômicos e culturais, criada com base na Lei estadual nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991, que instituiu o Plano Plurianual 1992-1995.

brasileiro, é propício para o cultivo de plantas adaptadas às médias altitudes, sobretudo o café.

O Distrito de Mato Grosso, por sua vez, distante cerca de 22 km ao norte da sede do município (mapa 01), de acordo com a análise de dados altimétricos, é considerado a povoação que vive em uma área de maior altitude de todo o Nordeste brasileiro (figura 01), variando entre 1.450 a 1.500 metros de altitude (Carvalho, 2022; Martins *et al.*, 2017).

Figura 01: Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA.

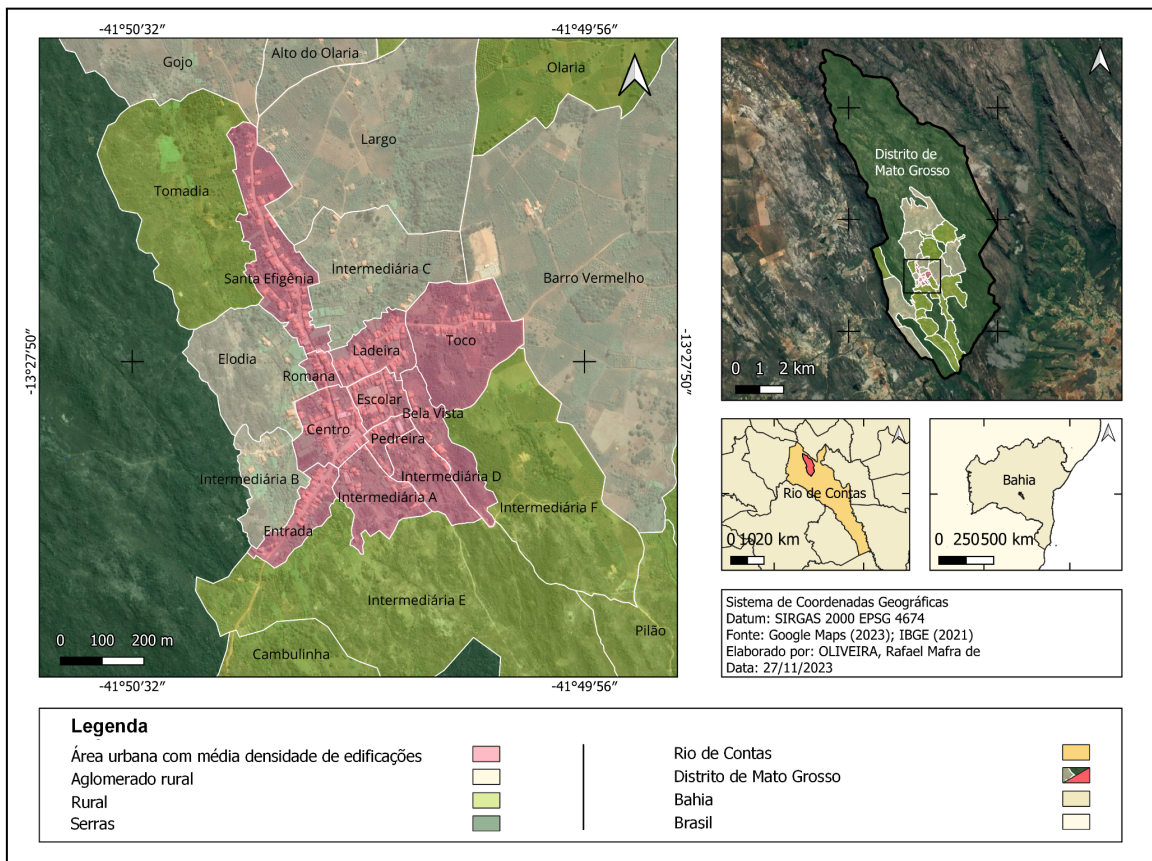


Fonte: acervo do autor (2015).

De acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, o clima local é classificado como tropical de altitude (cwb), por apresentar verão úmido e fresco, e inverno relativamente frio. Esta condição apresenta aspecto favorável ao cultivo do café, semelhante às encontradas no local originário do fruto, nas áreas de clima ameno das altas florestas da Etiópia. As condições pedológicas encontradas no distrito, no entanto, conforme o Banco de Dados de Informações Ambientais do IBGE (c2022), tendo como base as subordens do Sistema Brasileiro de Solos – (SiBCS), são caracterizadas por solos denominados em Neossolo Litólico Distrófico e Latossolo Vermelho Distroférico. Segundo dados do portal da Embrapa (c2023), esses tipos de solos apresentam baixa fertilidade, havendo a necessidade de periódicos manejos para a manutenção da produção agrícola. Apesar do cafeeiro

apresentar uma grande adaptabilidade com relação aos solos para seu cultivo, a adubação, em especial, figura-se como um elemento essencial para o aumento da produtividade do café. Para a delimitação territorial do distrito e de estudo desta pesquisa, apresentado no mapa 01, acima, foi utilizado, em conjunto, os limites naturais do relevo e dos recursos hídricos e as áreas de influência econômica-produtiva da população residente, estabelecendo assim, a amplitude total da área estudada. Mediante a sua grande extensão territorial, foi preciso delimitar regiões dentro do referido espaço, com base nas divisões utilizadas pela comunidade, a fim de sistematizar os dados da pesquisa e as áreas de produção do café e dos demais gêneros agrícolas, conforme o mapa 02:

Mapa 02: Mapa de zoneamento do espaço urbano e agrícola do Distrito de Mato Grosso.



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

1.2 DO OURO AO CAFÉ: CONDIÇÕES HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E SÓCIO-ESPACIAIS

Para entender como o processo e a consolidação da produção cafeeira no Distrito de Mato Grosso fomentou o desenvolvimento local e subsidiou o sustento de

diversas famílias de agricultores, ao passo das transformações ao longo do tempo, antes, é preciso regressar ao passado para analisar como as formas de ocupação territorial e a exploração econômica tanto da região, como em parte do país, moldaram os sujeitos e transformaram os espaços. Concomitantemente, essas condições geraram também uma série de problemas no país, até hoje enfrentados pela população, tanto urbana, quanto rural.

No período colonial brasileiro (1530-1822), no auge da primeira fase da globalização com o expansionismo mercantilista, a luta por território, a administração dos espaços, as intensas buscas e exploração de recursos, e, sobretudo, o enriquecimento econômico baseado na exportação, foram os principais objetivos da Coroa Portuguesa durante os primeiros séculos da ocupação do país. O objetivo da Metrópole, até então, era a exploração comercial das riquezas naturais encontradas, apropriando-se de terras e bens comerciáveis no mundo civilizado. De acordo com Valverde (1985, p. 232-233):

[...] após os grandes descobrimentos, as potências européias organizaram a economia mundial em seu favor, o Brasil, como país tropical, foi estruturado como "colônia de exploração", isto é, fornecedor de alimentos e produtos primários que a Europa não possuía: açúcar, ouro, algodão e, mais tarde, café, cacau, etc.

Devido a intensa exploração e comércio, a produção de alguns desses itens foram classificados como os primeiros grandes ciclos econômicos do Brasil. Segundo Buescu (1974 *apud* MOREIRA, 2004) os ciclos nas colônias de exploração, possibilitaram, além do enriquecimento econômico, a consolidação e a influência europeia no mundo:

O ciclo pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas-capitais e mão-de-obra - e provocando mudanças em todos os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais, com o declínio de umas e ascensão de outras (Buescu 1974 *apud* MOREIRA, 2004, p. 8).

O ciclo pode ser caracterizado, portanto, pela produção organizada de um determinado bem, em um período delimitado de tempo. Logo, de forma estruturada, os ciclos necessitam de um conjunto de elementos e condições que tanto viabilizam,

quanto determinam a sua duração. Para Cutrim Carvalho; Carvalho e Correa Castro (2022, p. 109):

Um movimento cíclico significa, então, que os níveis de atividade econômica progredem e desenvolvem-se em direção ascendente precedido das forças econômicas que, até então, são suficientes para mantê-los em constante evolução produzindo efeitos cumulativos positivos, até certo ponto onde, invariavelmente estas forças expansivas enfraquecem e gradativamente vão cessando, partindo para um equilíbrio e, por conseguinte, para uma reversão de energia, onde as forças econômicas, atingido seu limite máximo de expansão, começam a declinar dando lugar à efeitos cumulativos negativos que conduzem em direção descendente.

Sabendo que os ciclos econômicos e os sistemas produtivos apresentaram uma alta suscetibilidade às influências do mercado, ambos foram moldados a partir dos fatores que viabilizaram a sua consolidação e determinaram a sua validade ao longo do tempo. Foi assim, durante a intensa exploração do pau-brasil, e continuou, com a produção canavieira para a fabricação do açúcar.

Durante o Brasil Colônia (1530 a 1822), o ciclo da cana de açúcar apresentou-se como a atividade econômica mais densa e consistente, no entanto, influenciada pela da dinâmica do mercado global, também ocorreu a inviabilidade da sua produção. Paralelamente, após as sucessivas divisões administrativas do território, surgiu então a necessidade de exploração de novos recursos para a manutenção do comércio mercantil. De acordo com Santos (2010, p. 65), “Índios [indígenas], terras e minerais preciosos foram os alvos principais das entradas e jornadas ao sertão”. A busca por esses “recursos”, sobretudo os minerais, tanto das “entradas⁴”, quanto das “bandeiras⁵” — outro movimento direcionado ao interior da colônia —, geraram, conseqüentemente, a fixação de inúmeros núcleos populacionais fragmentados pelo país. Esses locais, classificados por Santos (Ibid.) como ilhas de ocupação luso-brasileiras, foram denominadas, posteriormente, de arraiais, distritos, freguesias e vilas, sendo que os últimos, de maior importância, eram equivalentes a divisão político-administrativa dos municípios de hoje em dia.

⁴ Entradas: movimentos oficiais financiadas pela Coroa Portuguesa que partiam do litoral em direção ao interior do Brasil, tendo por objetivo a exploração, o mapeamento territorial, a captura de indígenas, prospecção de minérios, o estabelecimento de currais para criação de gado e roçados para agricultura acessória, entre outros.

⁵ Bandeiras: expedições financiadas por particulares, principalmente paulistas, que partiam de São Paulo rumo às outras regiões do Brasil, tendo como principal objetivo a descoberta de minas de ouro, prata e pedras preciosas, a captura de indígenas, entre outros.

Após a descoberta das primeiras jazidas auríferas onde hoje se constitui o estado de Minas Gerais e, posteriormente, na Bahia e nos demais estados do país, deu-se início a um novo ciclo econômico, a extração aurífera. Esse novo ciclo, de acordo com Prado Jr. (1980), diferentemente das atividades como a agricultura e a pecuária, desde o início foi submetido a um caráter minucioso e rigoroso de fiscalização e disciplina contra o extravio das riquezas, até então, de propriedade da Coroa.

A passagem do ciclo do ouro durou um curto período de tempo, mas foi responsável por inúmeras modificações no Brasil. Segundo Moreira (2004, p. 10), com a exploração do ouro “[...] foi possível povoar o interior do país e ser criada uma classe média. Essa classe, após a queda do surto da mineração, veio engrossar o semiproletariado rural ou mesmo a classe média das cidades”. A antiga vila baiana denominada de Minas do Rio de Contas, atual cidade de Rio de Contas, e a então Freguesia de Santo Antônio de Mato Grosso, atual Distrito de Mato Grosso, são exemplos de localidades fixadas em decorrência dessa ampla atividade mineradora. O café, por sua vez, só veio a substituir o ciclo do ouro nesses locais e no resto país, somente décadas mais tarde.

A partir do início das descobertas das primeiras minas de ouro em Mato Grosso, por meio do alvará de 11 de abril de 1718, a mesma localidade foi elevada como a sede da primeira Freguesia do Sertão de Cima. Todavia, anos mais tarde, em 1745, a mesma provisão que autorizou a construção de uma nova vila para diminuição dos problemas sanitários e a evasão do quinto na região, transferiu a sede da freguesia para um local próximo ao sítio chamado de Creoulos, passando a se chamar “Santíssimo Sacramento das Minas de Rio de Contas” (atual cidade de Rio de Contas). Apesar da prosperidade gerada pela extração aurífera verificada em Rio de Contas na época, a mesma não foi estabelecida em Mato Grosso, embora este último, considerado o principal centro minerador e populacional local do período, era classificado apenas como um assentamento ou acantonamento⁶ de mineradores e exploradores que transitavam pela região.

Nas décadas seguintes a extração do ouro se estagnou, trazendo consigo a recessão da economia local, que atingiu grande parte da população. O final do século XVIII ficou marcado pelo declínio da extração do minério não só nas minas da região, mas em todo resto da colônia (Brasil). De acordo com Alcoforado (2003), o

⁶ Local ou área habitada em que as tropas se alojam, ger. instalando-se em moradias.

sistema produtivo no Brasil, na época, perdeu-se a vitalidade até se desagregar numa economia baseada na produção de subsistência, perdurando-se por várias e várias décadas. Apesar disso, uma nova produção já iniciava seus primeiros passos, e, ano após ano, se espalhava pelo resto do país. Tal acontecimento ocasionou o surgimento de mais um novo ciclo econômico: o ciclo do café brasileiro.

Antes disso, as dificuldades geradas pelo fim do ciclo do ouro geraram uma intensa migração populacional no Brasil. De forma semelhante, em razão das adversidades enfrentadas pela população rio-contense na mesma época, fez com que parte dela se dirigisse para outras localidades tanto no estado da Bahia, como em outras partes do país, principalmente em direção às áreas de ocorrência da extração de diamante (região central baiana), fazendo com que o cenário econômico local passasse por grandes transformações.

Segundo Almeida (2006), parte dos residentes que na época permaneceram na região, se adaptaram às adversidades do período empregando alternativas de subsistência, por meio da intensificação da agropecuária e da comercialização da produção excedente. Diante dessas características, Santos (1988) nos revela como o dinamismo das ações humanas transforma tanto qualitativamente, como quantitativamente o espaço habitado, através das relações, transformações, e distribuição social pelo território. Parte dessas, verificadas sobretudo pela inserção das atividades agrícolas e pecuárias, garantiram tanto a sobrevivência da população do Alto Sertão Baiano, como promoveu também, a sua permanência. Conforme Neves (2003, p. 72):

Nessa região se empreendeu a exploração da terra com a pecuária extensiva e policulturas agrícolas, empregando mão-de-obra escrava, paralelamente ao trabalho assalariado diarista, a meação e, em maior escala, atividade familiar autônoma.

Entre as adversidades enfrentadas pela população baiana, sobretudo a do “Alto Sertão Baiano”, podemos destacar os longos períodos de estiagem. Segundo o mesmo autor, este ocorrido, especialmente por volta do ano de 1860, foi classificado como uma das maiores tragédias ocorridas não só na região, mas como em todo o Nordeste brasileiro, o que culminou, conseqüentemente, a migração populacional ou “fuga em massa” para outras partes do país (Ibid.).

Sobre as adversidades e as adaptações enfrentadas pela região, de forma semelhante às outras áreas de extração mineral pelo Brasil, Sanches (2008) chama a atenção para a migração como um fato recorrente dessas áreas. A mesma autora, a partir de estudos que contam a trajetória dos homens livres e pobres em Rio de Contas em meados do século XIX, evidencia as dificuldades enfrentadas pelo Alto Sertão Baiano na época, entre elas, as oportunidades econômicas limitadas, a migração constante da vila para outros núcleos econômicos, e a situação decadente da exploração de ouro. Segundo Sanches (Ibid.), essas condições dificultaram a dinâmica da acumulação de capital e a consequente reestruturação da economia da região, por um breve período.

De acordo com Almeida (2006), apesar da crise da mineração, a economia do município de Rio de Contas se reformulou com a produção de gêneros de abastecimento para os mercados vicinais. Na mesma época, a distribuição de terras da região também foi alvo de mudanças, sobretudo pela diminuição das grandes propriedades geradas após a crise da extração do ouro, fazendo com que aumentasse, conseqüentemente, o número de pequenas propriedades voltadas para cultivo da policultura (Neves, 2003).

Em uma região marcada por uma sociedade escravocrata, dominada por senhorios, a intensificação da agricultura e da pecuária foram os principais fatores que propiciaram o estoque de riqueza individual em Rio de Contas, ao longo de todo o século XIX. Segundo Almeida (2006), o município era uma região essencialmente rural, marcada por intensos fluxos migratórios (verificado anteriormente). À medida que o seu território foi sendo povoado, sucessivos desmembramentos para a criação de outros municípios foram ocorrendo, no entanto, o Arraial de Mato Grosso, assim como várias outras povoações, permaneceram fazendo parte do território administrativo de Rio de Contas, até os dias de hoje.

A área urbanizada do município, assim como hoje, era intimamente interligada com a zona rural, esta, por sua vez, sendo a provedora de grande parte da produção de alimentos que eram distribuídos, comercializados e consumidos pela população. De acordo com Almeida (2006, p. 29) no campo eram produzidos uma grande variedade de alimentos:

Os produtos cultivados na região eram mandioca, milho, feijão e arroz. Em períodos de crise de abastecimento, a Câmara Municipal também determinava que todos os lavradores ou fazendeiros plantassem raízes

tuberosas – mandioca, batata doce, inhame, araruta e batata inglesa – conforme suas forças. Produzia-se ainda o algodão, que era levado pelos tropeiros até o porto de São Felix, e daí para Salvador. A cana-de-açúcar foi outro produto cultivado na região, em pequena escala, mas o suficiente para o consumo local dos seus derivados, como a rapadura e a aguardente.

Enquanto o ciclo cafeeiro ainda não se tornava a base da economia brasileira, a referida dinâmica da produção agrícola no município de Rio de Contas, assim como em várias outras localidades espalhadas pelo país, especialmente no Nordeste, sofria, para além das crises de abastecimento, com as condições climáticas adversas, necessitando mudanças periódicas nas culturas empregadas pelos produtores. No entanto, as maiores transformações na estrutura produtiva do país após a diminuição da produção canavieira e da extração do ouro, só ocorreram após a chegada das primeiras mudas de café.

Originário das florestas etíopes na África, antiga Abissínia, o café passou por vários países antes de finalmente chegar ao Brasil. Durante a sua expansão geográfica pelo mundo, o mesmo foi considerado um produto economicamente promissor. De acordo com Martins (2017), os poucos países que empregavam o seu cultivo, imprimiam regras, controlavam e fiscalizavam as lavouras com o objetivo de minar as práticas de contrabando, atividade comum no período. No entanto, Francisco de Melo Palheta, um importante personagem do início da produção do chamado “ouro negro” no país, por volta do ano de 1727, introduziu no Pará algumas mudas e primeiras sementes para o cultivo da planta, produto de um furto “cinematográfico” de uma fazenda localizada na Guiana Francesa. Nesse contexto, segundo a autora (Ibid., p. 43) “Cartas régias, datadas de 1734, documentam o pioneirismo da iniciativa em trazer as sementes e plantas em caráter de investimento agrícola, iniciando seu plantio sistemático em terras brasileiras”. Tempos depois, o cultivo da planta foi se espalhando por grande parte do território nacional.

A história da produção do café no Brasil se confunde, em parte, com a própria história do país, entre a metade do século XIX a meados do século XX. No entanto, essa produção, até ser classificada como um ciclo econômico, passou por grandes desafios e transformações. Anterior ao seu estabelecimento em solo nacional e sua consequente expansão, de acordo com Prado Jr. (1980, p. 159), “[Foi] somente no decorrer do século XVIII que ele adquire importância nos mercados internacionais, tornando-se então o principal alimento de luxo nos países ocidentais”. A partir desse período a produção cafeeira se intensificou mundo afora. Segundo Moreira (2004),

com a crise da produção do café no Haiti, no ano de 1817, considerando até então o principal produtor mundial dos grãos, fez com que o café brasileiro, antes produzido para o consumo interno, se transformasse em um produto de exportação. A autora completa: “A expansão do café marcou um novo ciclo na economia brasileira trazendo mudanças tanto sociais quanto políticas” (Ibid., p. 23). Revelando, portanto, a importância do novo ciclo para a economia brasileira.

De acordo com Martins (2017), assim como em vários países, o emprego da produção cafeeira no Brasil gerou um grande desenvolvimento econômico, figurando como uma nova fonte de riqueza nacional. E acrescenta: “As safras generosas nascidas dos cafezais brasileiros sustentaram o Império, fizeram a República e hoje geram divisas significativas para a economia do país” (Ibid., p. 10). Este fato revela a importância do cultivo do café para o país, expressa, inclusive, na célebre frase pronunciada no parlamento do Império “o Brasil é o café”; presente nos símbolos oficiais do mesmo (brasão e bandeira); e permanecendo até os dias de hoje após a constituição da república nacional, esta, sendo inclusive financiada pela elite produtora do item na época (1989).

Na Bahia, conforme os registros publicados por Barros (1917), o cultivo do café teve início por volta da década de 1830 por colonos suíços no litoral sul do estado. Segundo Alcoforado (2003), este também foi o mesmo período em que o item passou a ser o principal produto de exportação brasileira, seguindo os passos dos ciclos antecessores: cana-de-açúcar e o ouro. Outras fontes sugerem, porém, que o cultivo da planta no estado foi iniciado muito tempo antes, por volta da década de 1770, como destaca Martins (2017), o início dessa produção ocorreu em 1778, em Caravelas, litoral sul do estado.

Fora desse imbróglio temporal, o cultivo do café foi extremamente importante não só para a economia baiana, mas para diversos estados do Brasil. Barros (1917) verificou que no cultivo do café na Bahia, assim como no estado de São Paulo, as lavouras necessitavam de métodos e aparelhos aperfeiçoados para a manutenção da sua atividade, na época.

Com o passar dos anos, o cultivo da planta se espalhou por outras partes da Bahia, até se fixar na Chapada Diamantina, onde atualmente figura-se como um dos principais centros de produção e distribuição do café do estado. Desde então, a produção de café se tornou um dos principais setores da economia baiana, tendo se desenvolvido ao longo dos anos, principalmente, por pequenos agricultores.

A chegada das primeiras mudas de café em Rio de Contas provavelmente ocorreu no mesmo período da expansão do cultivo no estado. Como o município na época detinha grandes porções territoriais, por conjectura, a chegada da planta certamente ocorreu em algum vilarejo na sua região administrativa, próximas ao litoral sul — provável local de entrada a partir da influência exercida pela produção empregada na Região Sudeste. Sem mencionar o ano e/ou o período, Barros descreveu:

[...] a região de Caetitê, Condeúba, Rio de Contas, Jacobina e Campestre (cidade Dr. Seabra) [figuravam-se como] um vasto celleiro do Estado, com as produções de algodão, assucar, borracha, fumo, café, matte e careees” (Barros, 1917, p. 77).

Tais informações revelam que, nos respectivos locais, além da produção para o consumo familiar de forma a garantir a subsistência, os alimentos também eram produzidos com finalidades comerciais, confirmando, portanto, a existência do cultivo do café no município durante o grande ciclo econômico da planta no país.

Nas porções territoriais que atualmente compreende o município de Rio de Contas (exceto as áreas desmembradas), pela falta de registros até então, presume-se ainda que a chegada da planta no local acompanhou a dispersão natural do produto pelo interior da Bahia. A passagem do engenheiro Theodoro Sampaio que estava em expedição pelo sertão no estado, entre 1879 e 1880, comprova não só a existência da produção cafeeira no município e no referido período, mas também a localidade na qual a atividade era amplamente praticada: o atual Distrito de Mato Grosso. Segundo Sampaio (1906, p. 123):

[...] em Matto Grosso, nas cabeceiras do valle, em ponto elevado, posto que muito frio, cerca de duas leguas⁷ para nordeste [nor-noroeste] da villa, além da cultura ordinaria dos cereaes, cultivam-se bem a canna, o café, o algodão.

De acordo com informações do diário do centenário da independência da Bahia, publicada em 23 de julho de 1923, entre os principais produtos cultivados em Rio de Contas apontados, o café obteve um grande destaque, sendo a produção do Distrito de Mato Grosso, a principal localidade responsável por essa produção (Bahia, 1923). Este relato marca a existência do ciclo da produção cafeeira não só

⁷ 13,2 km de distância em linha reta.

na região, como também aponta sua difusão pelo interior do estado. Diante da grande importância econômica do cultivo do café e sua crescente produção no estado no final do século XIX, constatado por Falcão (1923, p. 42):

O café, cultivado ha longos annos, preponderou na pauta bahiana, no decennio de 1893 a 1903, sendo a maior safra registrada em 1898, cuja exportação attingiu a..... [marca de] 379.992 saccos com o peso de 22.792.951 kilos.

Segundo Alcoforado (2003), de 1895 a 1925, além do açúcar, do fumo e do algodão, o café também foi classificado como um dos principais produtos de exportação da Bahia. No entanto, ao decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tanto a produção de fumo quanto do café, sofreram grandes prejuízos devido às restrições ao comércio alemão, um dos principais receptores/importadores desses produtos. De acordo com Moreira (2004), esta prática econômica voltada para fora, e, comandada de fora, visava principalmente desenvolver o mercado externo, atendendo, simultaneamente, aos interesses internos do latifúndio e do comércio exportador e importador, gerando, por consequência, uma sociedade submissa e impotente. Da mesma forma, verifica-se que ainda hoje, em um mundo globalizado marcado pelas influências do mercado e pelo advento tecnológico, a produção no espaço agrícola no país continua passando por constantes transformações, havendo a necessidade, por sua vez, de contínuas mudanças e adaptações a fim de garantir a manutenção dos produtos cultivados. Segundo Bialoskorski Neto (1994, p. 3):

A atividade agrícola passou, nos últimos anos, por uma intensa transformação. O que era uma atividade de subsistência e auto-suficiente — que produzia na unidade de produção desde os animais necessários ao trabalho até os equipamentos e apetrechos, fertilizantes e outros insumos necessários — passou, em decorrência do desenvolvimento do processo tecnológico e de mercados, a ser uma unidade dependente do mercado e das Indústrias de Insumos e processamento.

No Distrito de Mato Grosso, as transformações do espaço agrícola após a diminuição da extração aurífera, vista anteriormente, foi condicionada pela necessidade da exploração econômica da terra, tanto para a subsistência, quanto para o comércio. Para Oliveira (2007, p. 61):

“[...] a renda da terra em produto se faz presente na agricultura brasileira de forma bastante difundida e suas características têm sido historicamente redefinidas pelo capital, que tem procurado recriá-la, face às suas necessidades estruturais”.

Tais condições evidenciam a dinâmica gerada pelas ações do mercado e seu poder sobre as mais variadas escalas e estruturas de produção, entre elas, as realizadas em pequenas propriedades, amplamente espalhadas por diversas localidades do país. Logo, os respectivos processos, estabelecidos sobretudo por meio da influência do capital, e, em face dos circuitos produtivos introduzidos no campo, gera, por consequência, a subordinação dos agricultores pela mesma. É dentro dessa mesma estrutura que a produção do café no Distrito de Mato Grosso foi, segundo os relatos contados por antigos moradores e produtores locais, e continua sendo, verificada nos capítulos seguintes desta pesquisa, uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no referido local. No entanto, através de fatores que se interrelacionaram com essa dinâmica do capital, da mesma forma que verificada em boa parte do Brasil, os números da produção tiveram altos e baixos.

O auge da produção cafeeira no distrito, nesta primeira passagem (ciclo), acompanhou, em parte, o crescimento da produção do grão no contexto nacional. Por outro lado, diferentemente dos grandes centros produtivos como nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, no distrito, eram amplamente utilizadas ferramentas e técnicas tradicionais baseadas na produção em pequenas propriedades. Por outro lado, assim como nos demais estados citados, o empobrecimento dos solos, a dinâmica dos fatores externos da economia global, a crise nacional da produção cafeeira de 1930, entre outros fatores, fizeram com que produção cafeeira se estagnasse. Diante dessa nova realidade, houve então a necessidade de introdução de novas culturas e a intensificação da produção de gêneros alimentícios para o sustento das famílias, algo que durou até as décadas de 1970-1980, quando houve o retorno da produção cafeeira no distrito. Essas condições revelaram as contínuas mudanças e adaptações no espaço agrícola local.

O Distrito de Mato Grosso foi, portanto, de acordo com as informações e relatos até aqui apresentados, um importante centro de produção de café do município de Rio de Contas no período auge do ciclo cafeeiro nacional. No entanto, assim como nesse período, a produção cafeeira local atual, (re)introduzida entre as

décadas de 1970-1980, continua até os dias de hoje passando por constantes transformações e reestruturações, fazendo (re)surgir um novo capítulo na produção agrícola do distrito, pontos esses que serão discutidos no capítulo subsequente.

2 A DINÂMICA ESPACIAL E TEMPORAL DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA EM MATO GROSSO ENTRE 1970 A 2022.

As condições históricas apresentadas no capítulo anterior servem como base para contextualizar as condições e os elementos que marcaram o início da ocupação territorial do município de Rio de Contas, e, mais precisamente, do Distrito de Mato Grosso. O objetivo foi dar ênfase às questões relacionadas a exploração e a consolidação do espaço agrário dessa região, marcada por grandes transformações na dinâmica produtiva, tendo como destaque a produção cafeeira, cultivo que tem marcado a economia local desde então.

No passado, o café foi um importante produto agrícola que movimentou a pequena economia em Mato Grosso, subsidiando o sustento de várias famílias produtoras, no entanto, com o passar dos anos, a produção local aos poucos foi sendo estagnada pela influência de fatores internos e externos da economia, semelhantemente a outros espaços de produção do café existentes no Brasil.

Assim como no passado, Mato Grosso foi, e continua sendo, um importante centro de produção de café do município de Rio de Contas. Por outro lado, assim como em boa parte do Brasil, nem sempre os números significativos dessa produção e das áreas destinadas ao cultivo do café no Distrito foram regulares, questões essas, tratadas mais adiante.

Na primeira metade do século XX, a superprodução do café no país, que na época produzia quantidades suficientes para abastecer toda a demanda global, foi fortemente impactada a partir da redução da balança comercial entre os países. Além da queda de preço do produto e a eclosão da crise da Bolsa de Nova York (1929), a produção de café tornou-se, naquele momento, insustentável. Todo esse processo foi agravado a partir das drásticas, porém necessárias, medidas implementadas pelo governo provisório de Vargas (1930-1934), determinando, para o equilíbrio da economia nacional, a queima de grandes estoques da produção de café, cerca de 70 milhões de sacas. Paralelamente a esse evento, o empobrecimento dos solos e a erosão das áreas do cultivo, além da expansão de agentes patogênicos (doenças e pragas), eliminaram grande parte dos cafezais brasileiros, sobretudo as das pequenas propriedades (Andrade, 1987).

Em Mato Grosso, contudo, não há registros que comprovam que a produção local teve o mesmo destino dos grandes centros de produção do país na época,

porém, as consequências impactaram fortemente a estrutura produtiva local, levando os agricultores, à intensificação/introdução de novas culturas para mitigar os impactos causados pela baixa, ou até mesmo a eliminação da produção cafeeira do distrito. Cenário que veio a modificar novamente no início da década de 1970, com o retorno do cultivo do produto.

2.1 MUDAR FOI PRECISO, RETORNAR FEZ-SE NECESSÁRIO: A (RE)INTRODUÇÃO DA ATIVIDADE CAFEIEIRA

Para entender a dinâmica da produção cafeeira em Mato Grosso dos últimos anos, antes, é necessário conhecer, além do contexto no qual se passou o intervalo entre os grandes períodos de produção, os fatores que condicionaram e influenciaram o retorno da atividade no local, com o auxílio de reflexões teóricas, que balizaram esta pesquisa.

Por meio do conjunto de etapas que compõem a metodologia desta pesquisa, sendo uma delas, a entrevista/questionário no formato amostral, direcionada aos agricultores do distrito, e aplicadas entre os meses de janeiro a agosto do ano de 2023, foi possível aferir resultados significativos para entender os principais aspectos da produção cafeeira local.

O perfil dos agricultores pesquisados é composto por homens e mulheres agricultores de café e dos demais gêneros agrícolas, variando em idade de 32 a 85 anos, cuja renda é obtida, em maior número, através da produção agrícola realizada em estabelecimentos rurais de suas respectivas propriedades.

De acordo com os dados coletados, informado por produtores mais experientes, foi revelado que, no Distrito de Mato Grosso, como já mencionado, houve a existência de uma grande produção de café no início do século passado. No ano de 1911, em especial, de acordo com os relatos dos moradores/produtores do local, a produção do item atingiu a marca de 13.000 mil arrobas. Convertendo esses valores em quilogramas, o total produzido foi de aproximadamente 195.000 (mil) kg de café em coco⁸, ou aproximadamente 4.875 (mil) sacos de 40 kg cada. No entanto, segundo os relatos dos agricultores, o peso da arroba, na época, era

⁸ Café em coco: nomenclatura utilizada para caracterizar o grão de café que não teve a casca retirada no processo de beneficiamento.

equivalente a 16 kg, diferente dos 15 kg atuais (valor aproximado), elevando a produção do café local no período para 208.000 (mil) kg, ou 5.200 (mil) sacos.

Entre os anos de 1930 até o final da década de 1960, porém, a atividade cafeeira local sofreu uma queda significativa da produção, reduzindo o cultivo apenas para o próprio consumo interno dos próprios agricultores do local. No entanto, o resgate da produção em larga escala do produto, que ocorreu por volta 1970, em decorrência de uma série de fatores, culminaram tanto na introdução de novas técnicas de cultivo, quanto na posterior expansão da atividade (gráfico 01, página 42). Revelando as múltiplas transformações do espaço agrário do distrito.

No Brasil, após o período da estagnação e o posterior retorno da produção em larga escala do grão, Elias (2006a) chama a atenção para o intenso processo de transformação da agricultura e da reorganização do espaço agrícola nacional. Segundo a autora (Ibid.), três momentos específicos foram centrais para as essas mudanças — o primeiro, a partir da década de 1950, houve a inserção de uma grande quantidade de insumos artificiais a partir da introdução de inovações químicas (a maioria importadas), além da introdução de inovações mecânicas; — o segundo, em meados da década de 1960, quando ocorreu o processo de industrialização da agricultura através da implantação de indústrias fornecedoras de insumos e de transformação — o terceiro, e último, verificado por volta da década de 1970, ocorreu a partir da integração de capitais (industriais, bancários, etc.), a expansão de sociedades anônimas, as cooperativas agrícolas, e outros mercados, foi marcado também pelo início da difusão em grande escala da biotecnologia na produção.

A introdução de novas técnicas e métodos na produção agrícola nacional, citadas pela autora (Ibid.), e as consequentes mudanças no campo, favoreceram o retorno e o espraiamento do plantio do café no país. Esse novo momento da produção cafeeira, sobretudo nos estados que correspondem a Região Sudeste, alavancaram os números da produção nacional. No estado da Bahia, com o passar dos anos, a cafeicultura também se desenvolveu, figurando no ano de 2022, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (c2023), como o quarto estado de maior produção nacional do grão, com 233.325 (mil) toneladas. Perdendo apenas para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.

O retorno e a introdução de novas áreas de cultivo do café na Bahia ampliaram, ainda mais, a posição do estado no panorama nacional da produção do

item. As condições naturais encontradas em diversas localidades do interior do estado, entre elas, as situadas na região da Chapada Diamantina, foram determinantes para a fixação dessa nova produção.

Nativo das florestas de altitude da Etiópia, o café encontrou no Distrito de Mato Grosso, assim como em várias localidades dos estados citados anteriormente, além de algumas cidades que compreende a região geral da Chapada Diamantina, o clima, a altitude e o solo relativamente favorável para o seu cultivo. Pertencendo à família “rubiaceae”, do gênero “coffea”, cerca de 25 das 50 espécies conhecidas da planta hoje em dia são exploradas comercialmente. Segundo o relatório sobre os estudos do café da Embrapa, elaborado por Souza *et al.* (2004), somente quatro espécies da planta possuem importância comercial no mercado mundial, sendo elas: o café arábica (figura 02); o robusta (canéfora); o libérica; e o excelsa.

Figura 02: Ilustração do galho, flores e frutos do café arábica (*coffea arabica*).



Fonte: Revista de Botânica (1810 *apud* Martins, 2017, p. 34).

A partir dos dados analisados por esta pesquisa, foi verificado que em Mato Grosso, atualmente, cultiva-se, majoritariamente, o café arábica da variedade catuaí vermelho e amarelo. De acordo com Souza *et al.* (*Ibid.*, p. 17), “Esta variedade é resultante do cruzamento artificial de cafeeiros selecionados de ‘Caturra Amarelo’, e ‘Mundo Novo’, apresentando características rústicas e produtivas [...]”.

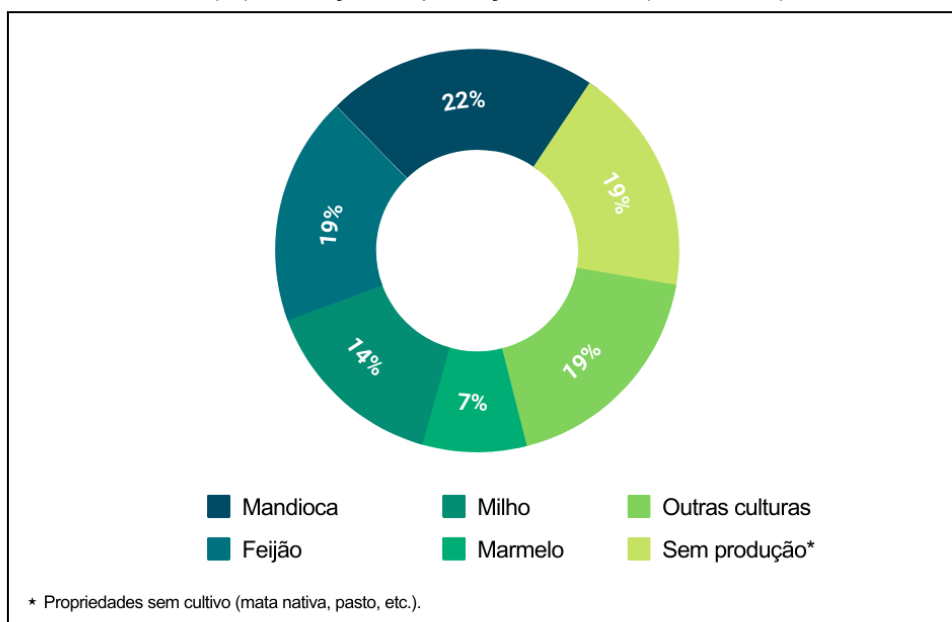
Antes da (re)introdução do café para a produção em escala comercial no local, entre o final do primeiro grande ciclo no início do século passado, até as

décadas de 1970/1980, os pequenos agricultores do distrito, sujeitos às condições e fatores que estagnaram a economia local, intensificaram a atividade agrícola para produção de subsistência (policultura). Além da produção para o próprio consumo, o comércio e o escambo da produção excedente também eram realizados no local, figurando como atividades complementares para a obtenção de novos produtos.

De acordo com os resultados adquiridos por meio das entrevistas/questionários realizados com apenas de 25 (vinte e cinco) antigos agricultores residentes do distrito, do total de 55 (cinquenta e cinco), sendo homens e mulheres responsáveis pelas suas respectivas lavouras, com faixa etária entre 48 a 85 anos de idade, as informações apresentadas no gráfico 01, na página seguinte, mostram as principais atividades agrícolas realizadas por esses respectivos agricultores, anterior ao retorno da produção em larga escala do café. Entre o período da estagnação no primeiro grande ciclo cafeeiro local (1930/1940) até as décadas de 1970/1980, segundo os agricultores, a principal atividade agrícola do distrito foi a produção de alimentos básicos para o consumo da própria população. A produção do milho e do feijão, representaram, respectivamente, 14% e 19% dos itens cultivados nesse período. Esses produtos, na época direcionados grande parte para o abastecimento dos próprios agricultores, foram essenciais para o sustento das famílias, de forma semelhante às que ocorreram em grande parte do sertão nordestino, marcado por grandes adversidades climáticas.

Além do milho e do feijão, como observado no gráfico, no local também era cultivado e comercializado o marmelo (fruta nativa asiática introduzida na região), representando 7% dos cultivos realizados no distrito. O trigo, a cebola e a banana, além de vários outros itens, em menor número, também eram produzidos pelos agricultores. O cultivo da mandioca, ou aipim, como é popularmente chamado no local, no entanto, caracterizou-se como a maior atividade realizada pelas famílias (22%) — como pode ser visto no gráfico 01 —, sendo a fabricação e a comercialização da farinha, um dos seus derivados, uma das principais formas de obtenção de renda da população local. O processo de fabricação da farinha realizado no distrito, muito provavelmente foi resultado do compartilhamento de saberes pela população quilombola situadas em algumas localidades no entorno. A produção desse alimento geralmente é realizada por comunidades tradicionais, entre eles, os de matriz africana, estabelecidos em diversas localidades em todo país.

Gráfico 01: Espaço produtivo do Distrito de Mato Grosso, anterior à (re)introdução da produção cafeeira (1970-1980).



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Apesar do cultivo e da importância dos produtos acima citados para a população local, alguns moradores e agricultores do distrito relataram também a existência de antigos pés de café nos quintais das próprias residências, mesmo com a interrupção total da produção. Muitos afirmaram ainda que, até pouco tempo, havia ainda remanescentes de linhagens de antigos cafeeiros que foram cultivados há mais de 100 anos no local, do primeiro grande período/ciclo produtivo do item, realizado, como visto anteriormente, entre meados do século XIX a 1930. Segundo os relatos do agricultor 1, fazendo referência aos locais de cultivo no distrito (mapa 02): “No Pedro Rodrigues, Barro Vermelho e no Gojo, segundo os mais antigos, tinha muita plantação de café, de perder de vista”. E completou dizendo: “Até nos quintais das casas tinha café, que era utilizado até pouco tempo atrás para nosso próprio consumo no dia a dia” (informação verbal)⁹. Tais relatos evidenciam que, apesar da paralisação quase que completa dessa produção, o café ainda fazia parte da vida desses agricultores.

Após anos de estagnação na produção, o retorno do cultivo da planta em Mato Grosso, influenciado por um conjunto de fatores que serão analisados ao longo deste capítulo, transformou toda a cadeia econômica da produção local e a dinâmica dos movimentos populacionais do distrito.

⁹ Relatos do agricultor 1 (entrevista complementar - apêndice E).

Ao decorrer da década de 1960, os agricultores que resgataram a cafeicultura no distrito (pós década de 1970), realizavam, anualmente, a migração sazonal em busca de trabalho nas lavouras cafeeiras do Sudeste brasileiro, tendo como principal objetivo a aquisição de renda para o sustento familiar. Uma curiosidade sobre esse processo é que de forma muito semelhante ocorrido na década de 1850, boa parte da população sertanista da Bahia já havia recorrido ao Sudeste cafeeiro, amplamente explorado, para garantir além dos recursos financeiros, a própria sobrevivência (Neves, 2003).

Entre o final da década 1960 (em fase experimental) e início da década de 1970, os mesmos trabalhadores/agricultores que realizavam as migrações anuais na referida época, motivados pela experiência adquirida e pela permanência, em definitivo, na sua terra natal, (re)introduziram o cultivo do café no Distrito de Mato Grosso. Esse ocorrido revela não só a importância comercial da produção do café no local, mas também a reorganização dos sujeitos do campo, no referido período, e ao longo do tempo.

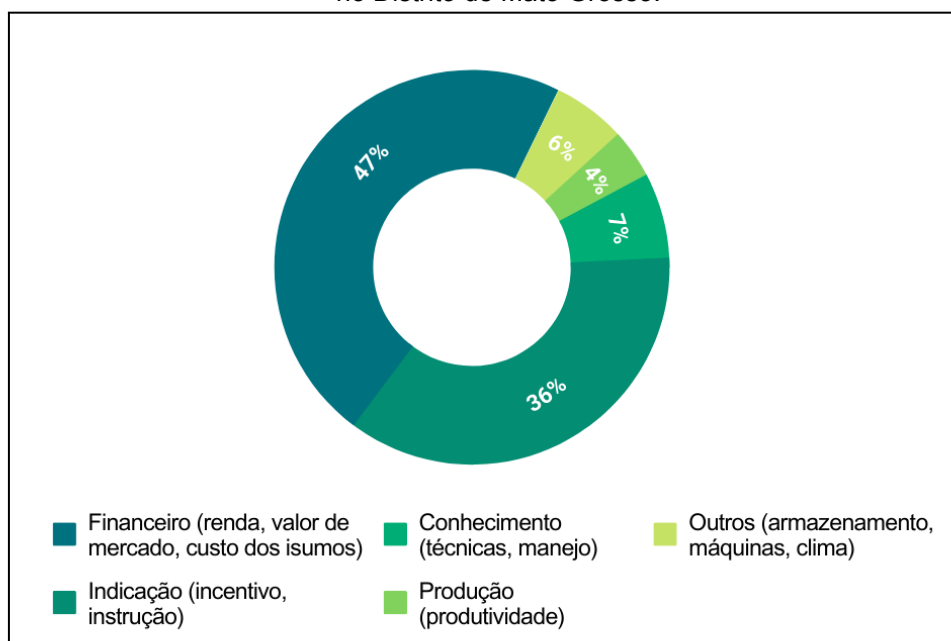
Ao decorrer dos anos a produção cafeeira aos poucos foi sendo ampliada, novos produtores introduziram o cultivo da planta, substituindo as lavouras de outras culturas pelo café, além disso, novas áreas também foram sendo agregadas. De acordo com Andrade (1987), passado o período da política governamental de destruição dos cafezais em áreas que apresentavam baixa produtividade, restaram apenas com o cultivo em pequenas propriedades. Porém, a partir do ano de 1975, o Instituto Brasileiro de Café (IBC), extinto em 1990, estimulou o plantio de novos cafezais pelo Brasil. Na Região Nordeste, a Bahia foi o estado que mais se beneficiou dos novos incentivos.

Dos principais motivos elencados pelos agricultores do distrito de Mato Grosso para o retorno da produção do café, conforme o gráfico 02, o fator financeiro foi amplamente apontado durante a aplicação da questão 10.3 do módulo A, do questionário (apêndice A). Considerando que esse fator abarca questões como, garantia de fonte de renda, valor de mercado do produto, além dos custos dos insumos dessa produção, esse conjunto de fatores representa 47% do total de condicionantes verificados.

Além da questão financeira, o processo de (re)introdução do café foi também, segundo as conversas com os mais antigos durante a pesquisa, influenciado pelas indicações do senhor Jonas Mafra (*in memoriam*), que, além de instruir os pequenos

produtores do Distrito para o manejo correto do cultivo da planta, também incentivou a população para o uso de técnicas para o aumento da produtividade, como a organização das áreas de cultivo e o uso de adubo fertilizante industrial, representado 36% das menções dos agricultores. O conhecimento das técnicas de produção do café, a produtividade, e outros fatores, representaram, respectivamente, 7%, 4% e 6% do total de indicações.

Gráfico 02: Condicionantes à (re)introdução da atividade cafeeira no Distrito de Mato Grosso.

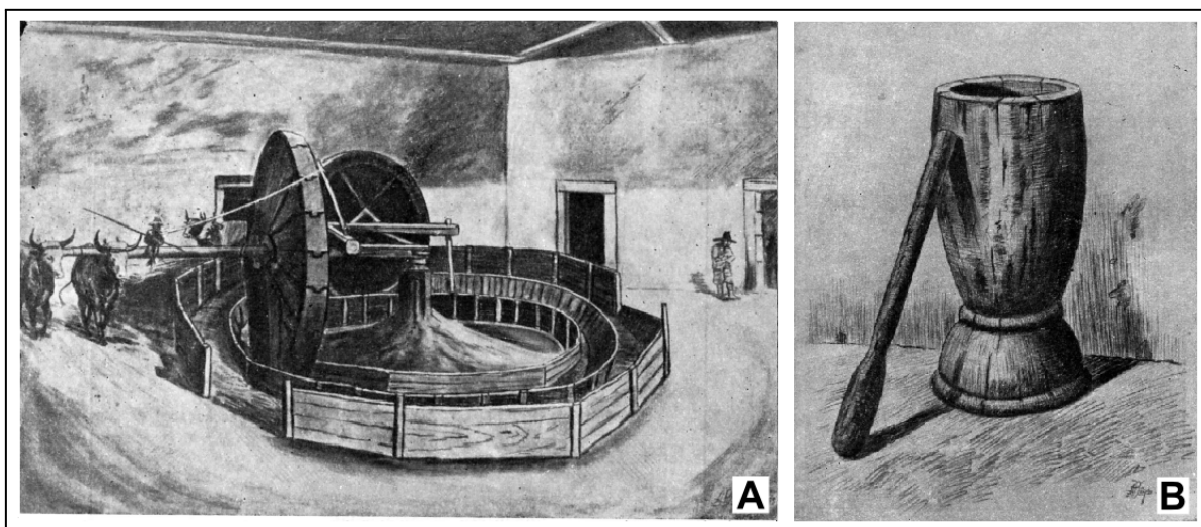


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Após o início do retorno da atividade cafeeira na primeiras lavouras, de acordo com as informações coletadas na pesquisa elaborada pela professora Marisia Rosa Mafra, em 1980, intitulada em “Pesquisa sobre Memória Cultural do Arraial de Mato Grosso”, presente no acervo do Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC), a autora elenca as diversas atividades econômicas empregadas pela população de Mato Grosso na época, sobretudo a produção de alimentos para a “exportação” (comercialização em feiras locais do município e em cidades do entorno). Entre os alimentos mencionados está o café, classificado pela mesma como um dos principais produtos comercializados na época, sendo a principal base da economia local (Mafra, 1980). Tal fato revela não só a importância da produção cafeeira para o distrito no período, mas também marca o retorno significativo da sua produção.

Apesar do retorno da atividade cafeeira no local, de forma semelhante com as que ocorreram em vários municípios do interior do estado da Bahia na época, de acordo com relatos dos antigos produtores, o cultivo do grão em Mato Grosso foi, nos primeiros anos, majoritariamente manual. Desde os processos de plantio, manejo, colheita, transporte, secagem, e até o descascamento dos grãos, este último, inclusive, utilizando-se de pilões de roda d'água instalados em riachos do entorno; de carretões guiados por tração animal (figura 03 – A); ou ainda, através de pilões caseiros manuais (figura 03 – B), revelando os inúmeros processos até atingir o ponto de comercialização da produção (fluxograma 01, capítulo 3). Realizados pelos próprios produtores e seus familiares, inclusive pelo trabalho conjunto de diversas famílias, revelam não só as dificuldades enfrentadas pelo resgate da nova empreitada, mas também a força do trabalho comunitário, característico de atividades camponesas.

Figura 03: A: carretão; B: pilão manual.

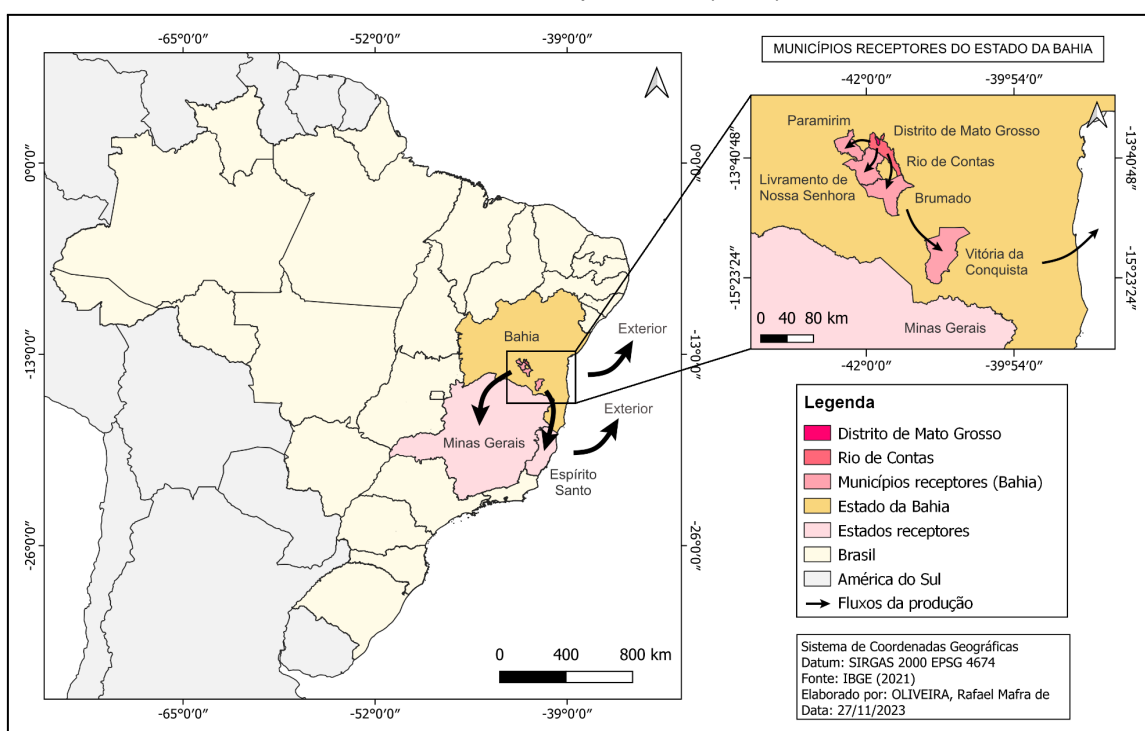


Fonte: Leme (1953, n.p.).

A maior parte da produção local nas primeiras décadas do retorno do cultivo, era destinada ao comércio através de transportadores (atravessadores) que compravam a produção dos pequenos agricultores e revendiam em municípios vizinhos e no estado de Minas Gerais, prática essa, intensificada ao decorrer dos e presente até os dias de hoje. A principal cidade de destino da produção cafeeira local é Vitória da Conquista - BA, que, além de exercer a influência regional

intermediária¹⁰ de vários municípios do sudoeste baiano (IBGE, 2017), conta com várias indústrias do ramo alimentício regional, polo de produção e processamento do café. A partir dessa localidade e em outros centros de abastecimento dos grãos instaladas em cidades do entorno, por meio da pesquisa realizada com os transportadores locais — que exercem a atividade há alguns anos —, foi identificado que parte da produção cafeeira de Distrito de Mato Grosso possui 3 (três) principais destinos (mapa 03; fluxograma 01): (1) as indústrias de transformação com marcas de cafés nas cidades receptoras; (2) transportadas para algumas cidades receptoras, e (re)transportadas para outras localidades, inclusive de outros estados; (3) e por fim, em menor número, exportadas para outros países.

Mapa 03: Principais destinos da produção cafeeira do Distrito de Mato Grosso.
Fonte: elaborado pelo autor (2023).



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

A pequena parcela restante da produção cafeeira do distrito, por sua vez, tinha como destino o próprio consumo familiar, algo cada vez mais raro nos dias atuais. Diferente dos produtos processados, adquiridos através da compra nos

¹⁰ Regiões Geográficas Intermediárias são agrupamentos de regiões imediatas, articuladas através da influência de uma metrópole, capital regional ou centro urbano representativo dentro do conjunto, organizando o território por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.

variados estabelecimentos comerciais, tanto as etapas de torra e moagem eram realizadas pelas famílias de forma exclusivamente manuais, utilizando-se de moedores caseiros e torradores de fogão à lenha, para a obtenção do produto final. Este processo, como já mencionado, cada vez menos praticado pelos produtores, está influenciando o aniquilamento de parte das práticas tradicionais do processo de produção da cafeicultura local, resultado da oferta de variedade dos mesmos produtos nos estabelecimentos comerciais, além, claro, do aumento da fonte de renda da população, sobretudo por políticas públicas assistencialistas. Essa dinâmica nos revela, porém, que há a prevalência de uma atividade amplamente reproduzida nas cadeias de produção de vários gêneros agrícolas no país: a venda da matéria-prima com baixo valor agregado, e a compra dos produtos transformados por diferentes tipos de indústrias — adicionado de custos e lucros fragmentados durante o processo — pelos mesmos produtores e, conseqüentemente, tornando-os os próprios consumidores dos produtos.

Neste sentido, ao analisar os principais aspectos das modificações da dinâmica da produção familiar cafeeira no Distrito de Mato Grosso no segundo ciclo de produção, observa-se que as influências do mercado estão cada vez mais agindo no destino final da produção local. De acordo com Elias (2006a, p. 5):

Cada vez mais, a produção para o autoconsumo e a produção simples de mercadorias são substituídas pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais [...].

Da mesma forma, como já verificado, a produção cafeeira em Mato Grosso, que antes era, em maior parte, voltada para o próprio consumo, aos poucos foi sendo substituída para a produção, quase que de forma exclusiva, destinada para o comércio. Esse modelo, de forma semelhante ao que está ocorrendo em parte da produção do Brasil, verificado pela mesma autora (Ibid.), estimula a perda da identidade das características camponesas dos pequenos produtores familiares, ao passo que promove também, a subordinação dos preços do mercado sobre a produção agrícola.

Diante das ações verificadas no Distrito de Mato Grosso, induzidas pela dinâmica do mercado, uma série de mudanças na cadeia produtiva geraram também alguns desafios, abordados mais adiante, para a maioria dos agricultores locais. Esses, por sua vez, historicamente dependentes das condições impostas pelo

capital e pelos atores que atuam diretamente e indiretamente na mesma. De acordo com Elias (2006a, p. 9):

Nas últimas duas décadas, [os] espaços agrícolas do Nordeste vêm sendo afetados pela intensificação das relações de produção tipicamente capitalistas. Isso significa que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva, e atingem intensamente algumas áreas, as quais se especializam em determinadas culturas, corroborando para o avanço do capitalismo no campo.

A introdução das formas capitalistas no meio rural, apesar de representar o estímulo para o relativo “desenvolvimento”, todavia, os fatores adversos, seja eles causados pela dinâmica do mercado, ou ainda, por fatores naturais, recaem, por sua vez, diretamente e, com maior força, sobre os pequenos produtores, ampliando, ainda mais, as desigualdades no campo. Ao mesmo tempo em que parte dessas condições, que podem inclusive estimular a perda total de uma safra, não atingem diretamente, porém, as grandes indústrias, o comércio agroexportador, as empresas multinacionais, e outros segmentos dominantes da cadeia produtiva. Toda essa dinâmica acaba por estabelecer, portanto, um circuito produtivo. Para Elias (2006b, p. 31):

[...] a expansão das relações capitalistas de produção no campo, conduzida de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira, especialmente aos que têm na relação com a terra sua principal forma de reprodução, à organização do território e ao meio ambiente. Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras.

Como consequência da influência do mercado, a autora ressalta a existência de vários circuitos produtivos associados à economia agrícola, da mesma forma que surgem superposições de divisões do trabalho:

Enquanto cada produção agropecuária ou agroindustrial estabelece um conjunto específico de circuitos espaciais de produção de diferentes naturezas e magnitudes, formam-se diferentes arranjos territoriais produtivos, os quais se sobrepõem, muitas vezes (Elias, 2006a, p. 10).

Diante desse contexto, a autora cita a existência de ao menos quatro tipos de circuitos produtivos relacionados aos agentes sociais e econômicos, com características distintas, dentre os quais (Ibid., p. 10):

Um primeiro associa-se à agricultura familiar, à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples de mercadorias e que, apesar da difusão do capitalismo no campo, continua a se reproduzir [...]; Um segundo grupo seria o composto pela pequena produção integrada ao agronegócio [...]; Os médios e grandes empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria, comporiam um terceiro grupo [...]; Um quarto segmento seria formado pelas grandes holdings que dominam parte significativa dos segmentos da cadeia produtiva de determinados sistemas agroindustriais, do plantio ao processamento agroindustrial [...].

Tendo isso vista, ao analisar as características da produção cafeeira do Distrito de Mato Grosso, que apesar da ausência de grandes máquinas e aparatos tecnológicos, o amplo uso de técnicas manuais e tradicionais de produção, como a força da unidade familiar, é caracterizado, por outro lado, como uma produção (pequena) integrada ao agronegócio, pois a mesma, viabilizada por meio da ação dos transportadores/atravessadores, está intimamente ligada à atender o mercado e o capital, sendo inclusive, dependente delas.

Embora apresentados a partir das características que as diferem, ambos os circuitos se aproximam pelo conjunto de ações realizadas a partir da relação direta com o capital, promovendo, portanto, o fluxo de bens e informações ao longo das várias etapas na cadeia produtiva de cada produto. Ou seja, os circuitos produtivos figuram como uma rede de indivíduos, de organizações, e uma série de recursos e atividades envolvidas na criação e venda de um produto, desde a sua produção, o seu escoamento (entrega dos materiais/produtos), passando pelas indústrias de transformação (fabricante), até a entrega ao consumidor. Dentro desse contexto, de acordo com Santos (1988, p. 49):

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final.

Esta prática, amplamente difundida e aplicada na cadeia produtiva de diversas partes do Brasil, inclusive na produção cafeeira do Distrito de Mato Grosso, se apresentam a partir dos pequenos agricultores locais, citados anteriormente, os quais são influenciados e subordinados às condições do mercado e dos transportadores/atravessadores, que lucram através do comércio e do serviço

praticado, pelas indústrias de cafés, que inclusive não sofrem significativas perdas pelas condições adversas que frequentemente se manifestam no setor primário, e pelo mercado agroexportador dos grãos, que sistematicamente levam os melhores produtos para outros países. Além de toda essa estrutura, a produção cafeeira realizada no distrito também sofre pela perda da identidade de origem da sua produção a partir da falta de indicação da mesma nos produtos comercializados, induzindo os consumidores ao desconhecimento quanto à localidade de produção da matéria-prima utilizada na sua fabricação. Tais fatores se apresentam como o conjunto de elementos que influenciaram e geraram novos condicionantes que alteraram, e continuam atuando, significativamente, na cadeia produtiva do café local, verificados no capítulo a seguir.

2.2 A DINÂMICA DO PERCURSO: FATORES CONDICIONANTES DA ATUAL PRODUÇÃO CAFEEIRA

A dinâmica da produção cafeeira no Distrito de Mato Grosso, com o passar do tempo, sofreu constantes transformações. Aos poucos, a mesma foi sendo ampliada conforme as adaptações às condições econômicas e dos fatores naturais e sociais locais. Esses últimos estabelecidos principalmente, em função da introdução de novas técnicas de manejo, adubação e a instalação de novos maquinários. De forma conjunta, propiciaram o aumento da produtividade e a consolidação da atividade no local.

Antes de conhecer as características dos agricultores do Distrito de Mato Grosso, antes, partimos do panorama geral dos produtores e da estrutura fundiária do município de Rio de Contas para entender como estão organizados o espaço agrário e os sujeitos do campo na referida localidade. De acordo com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, c2023), realizado no ano de 2017, revela que a maioria dos produtores do município de Rio de Contas, 1.016 (mil), foram classificados pela pesquisa como agricultores familiares, e 342 como não-familiares, totalizando 1.358 (mil) produtores no geral.

Assim como os demais órgãos que direcionam políticas públicas para agricultores familiares, o IBGE classifica os mesmos com na base a Lei 11.326, sancionada em 24 de julho de 2006, que além de estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Famíliaes Rurais no Brasil, caracterizou-os como agricultores e empreendedores rurais a partir de requisitos pré-estabelecidos, garantindo-lhes direitos e benefícios tanto para a sua proteção, quanto para a sua produção. Tendo isso vista, para efeito da mesma, é considerado agricultor familiar todo aquele que atenda os seguintes requisitos dispostos no Art. 3º:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006).

Embora exista um amplo campo de parâmetros utilizados para a tipificação da agricultura familiar, partimos dos critérios adotados pelo estudo realizado através da cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO) (2000), na qual caracterizaram os agricultores familiares, de forma mais semelhante aos critérios adotados pela legislação vigente no Brasil, a partir das seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar superior ao trabalho contratado; adicionado, posteriormente, c) do limite de área regional para o total de estabelecimentos familiares. A conjugação desses critérios, utilizados tanto pelo estudo, quanto legalmente para a formulação de políticas públicas para esses agricultores como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹¹, em síntese, devem obedecer ao predomínio familiar da mão-de-obra e da renda, a gestão familiar da unidade produtiva e o tamanho da propriedade de acordo com os limites estabelecidos.

Diante da importância do tamanho da área destinada à agricultura para classificação tanto dos produtores e quanto das propriedades rurais no Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, c2023), cerca de 81,4% de todos os estabelecimentos rurais do país, detinha 50 hectares ou menos de terra para a realização das suas atividades, ocupando em conjunto uma área de 12,8% dos estabelecimentos agropecuários em todo território nacional. Por outro lado, 0,3%

¹¹ Pronaf: programa instituído pela Resolução nº 2.191/1995, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.

das propriedades, possuíam, no referido período, mais de 2.500 (mil) hectares de terra, representando uma ocupação de 32,8%, revelando a intensa concentração fundiária no país, sobretudo na região Centro-Oeste (Ibid.).

Ao analisarmos a estrutura fundiária de Rio de Contas, de acordo com os dados do INCRA (2020), com base no levantamento do ano de 2018, verificamos que o município é composto, em sua maioria, por propriedades que variam em área de 10 a 25 hectares, representando 27,5% do total de propriedades. Desse total, 96,42% dos imóveis rurais, segundo o mesmo Instituto, não ultrapassam os 250 hectares, apresentando na tabela 01:

Tabela 01: Estrutura Fundiária do Município de Rio de Contas - BA, no ano de 2018 - Hectares.

Nome Categoria (hectares)	Quantidade - Imóveis	Total - Área (hectares)
Mais de 0 a menos de 1	8	4,4458
1 a menos de 2	79	96,6280
2 a menos de 5	263	790,8217
5 a menos de 10	345	2.234,5931
10 a menos de 25	508	7.763,8109
25 a menos de 50	305	10.352,2263
50 a menos de 100	167	10.520,6451
100 a menos de 250	102	14.338,6707
250 a menos de 500	16	5.512,2107
500 a menos de 1000	2	1.041,0000
1.000 a menos de 2.000	2	2.080,1633
Imóveis inconsistentes - excluídos	46	0,0000
Total	1.843	54.735,2156

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR — INCRA (2020).

A divisão em módulos fiscais¹², por sua vez, é estabelecida a partir de diferentes tamanhos em área para cada porção territorial do país. Em Rio de Contas, um módulo fiscal corresponde a 65 hectares. A maior parte dos imóveis rurais do município possui áreas que correspondem a somente meio módulo fiscal, revelando a característica local da produção realizada em pequenas propriedades (tabela 02):

¹² Módulo Fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar".

Tabela 02: Estrutura Fundiária do Município de Rio de Contas - BA, no ano de 2018 - Módulo Fiscal.

Nome Categoria (módulos fiscais)	Quantidade - Imóveis	Total - Área (hectares)
Mais de 0 a 0,5 MF	1.358	15.270,3568
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	259	11.945,2925
De 1 a 2 MF	109	9.999,7712
Mais de 2 a 3 MF	34	5.281,0716
Mais de 3 a 4 MF	18	3.855,3495
Mais de 4 a 5 MF	7	2.064,1462
Mais de 5 a 6 MF	4	1.390,8806
Mais de 6 a 10 MF	6	2.848,1839
Mais de 15 a 20 MF	2	2.080,1633
Imóveis inconsistentes - excluídos	46	0,0000
Total	1.843	54.735,2156

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR — INCRA (2020).

Ao analisar o espaço produtivo do Distrito de Mato Grosso, de acordo com as informações compartilhadas pelos agricultores, foi verificado que a produção agrícola local é realizada em áreas (somadas) por família que vão de 1 a 35 hectares (figura 04), abaixo do limite de 260 hectares ou 4 módulos fiscais, estabelecidos pelo INCRA, para o município de Rio de Contas, no ano de 2012, neste sentido, classificadas, portanto, como pequenas propriedades; Além do tamanho da propriedade, a produção local utiliza-se, majoritariamente, a mão de obra de pessoas do núcleo familiar, com renda extraída por meio das suas respectivas atividades no campo, além disso, os próprios agricultores detêm a terras utilizadas para o cultivo de diversos gêneros agrícolas, sobretudo o café.

Embora a maior parte da produção cafeeira do distrito tenha como destino o mercado nacional, uma pequena fração da produção realizada no local, como já verificado, é exportada para outros países, mas neste caso, intermediadas por terceiros, através de empresas não ligadas diretamente aos agricultores. A soma de todos esses fatores, além de vários outros aspectos tradicionais da produção realizada pelos agricultores do referido local, atende, de forma conjunta, todos os requisitos dispostos na Lei Federal anteriormente citada, e, portanto, os mesmos são classificados como agricultores familiares.

Figura 04: Lavoura cafeeira no Distrito de Mato Grosso.



Fonte: acervo do autor (2022).

Além das características citadas anteriormente, foi verificado que na produção agrícola do distrito é utilizado técnicas de manejo tradicionais, passadas de geração para geração, alinhadas aos conhecimentos introduzidos por meio do compartilhamento de informações de outros agricultores estabelecidos em localidades do entorno, com parte destinada para o próprio consumo (menor fração atualmente) e outra parte destinada para o comércio.

Aprofundando sobre essas questões, de acordo com Vilas Boas (2022), ao citar Chayanov (1974; 2014), Schejtman (1980), Marx (1984; 2008a) e Hernández (1994), o mesmo compreende que a agricultura familiar camponesa tem como finalidade principal a produção ao autoconsumo, produzindo, portanto, valor de uso. E completa: “No entanto, possui um lado mercantil, pois comercializa seus excedentes para a aquisição de gêneros não cultivados em suas terras e de bens necessários à subsistência do grupo familiar” (Ibid., p. 35). O autor ainda ressalta: “Em contrapartida, a agricultura empresarial produz valor de troca, destinando sua produção à venda” (Ibid., 35). Neste sentido, como já verificado não apenas com o café, mas como em vários outros gêneros agrícolas, a produção no espaço agrário do Distrito de Mato Grosso, apesar de apresentar um forte lado mercantil, tem como base a agricultura familiar. De acordo com Carvalho (2009, p. 5):

Nesse processo histórico que se iniciou em meados da década de 60 do século passado, [...], os produtores rurais familiares que garantem pela

produção agropecuária e florestal, extrativista e ou artesanal a reprodução social de suas famílias e ou grupos domésticos com apenas a força de trabalho direto familiar, têm sido ora subordinados econômica e politicamente às diferentes empresas capitalistas do agronegócio, ora desagregados como produtores rurais por tais empresas que concentram e centralizam a terra. Essas táticas socialmente predadoras das empresas capitalistas no campo variam segundo os critérios que adotam para expropriar a renda agrícola e a mais valia dos produtores rurais familiares.

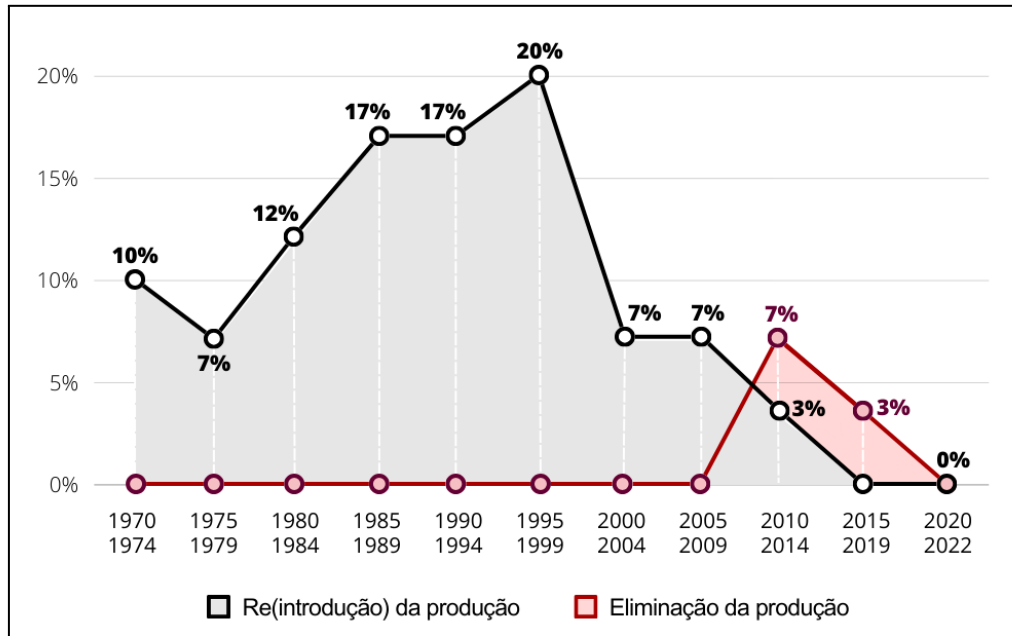
Neste sentido, como já revelado ao longo desta pesquisa, entre o período de estagnação da produção cafeeira no primeiro ciclo de produção local até o seu retorno (1930-1970), a produção cafeeira em Mato Grosso apresentou fortes características camponesas, onde passou a ser cultivado para o próprio consumo, da mesma forma que realizam também, a troca de uma pequena parcela (excedente) por produtos não produzidos no local. No entanto, a partir da década de 1970, com a introdução de novas mudas de café, técnicas de manejo, o uso de adubos fertilizantes industriais e corretivos para os solos, a produção cafeeira no distrito retornou, em parte, com finalidades comerciais, tornando os agricultores, dependentes deste mercado.

No período inicial da (re)introdução do cultivo no distrito, os processos de produção eram realizados de forma manual. Tal fator impediu, por vários anos, que os agricultores do distrito ampliassem as áreas de cultivo do produto e, por consequência, o aumento do quantitativo produzido. Este cenário só veio mudar com a instalação da máquina de descascamento dos grãos na região. Anos mais tarde, houve também a instalação de outra, mas agora, no próprio distrito, por intermédio da recém-criada na época, associação dos produtores locais (1980-1990). O novo maquinário, impulsionou o aumento do número de novos produtores de café e permitiu também a ampliação das lavouras já existentes.

Motivados pelo conjunto de fatores acima citados, conforme o gráfico 03, o período de (re)introdução da produção cafeeira no distrito teve seu auge ao decorrer da década de 1990, com um total de 37% de novos produtores do item. De acordo com o mesmo gráfico, além de apresentar o início da produção por cada família de agricultores, é possível observar também, no entanto, a progressiva diminuição do incremento de novos produtores com o passar dos anos. Tal fato é explicado em função do clímax atingido pelo histórico do número de famílias que cultivam ou que já cultivaram o café, uma vez que, 100% desses, dentro do período analisado

(1970-2022), ao menos uma vez, já produziu o referido item, conforme apresentado no gráfico 09 (capítulo seguinte).

Gráfico 03: Porcentagem de agricultores que (re)introduziram e/ou eliminaram o cultivo do café, no Distrito de Mato Grosso, por períodos.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Nos últimos anos, porém, conforme os dados resultantes da pesquisa, grande parte dos agricultores estão introduzindo novos tipos de culturas no espaço de produção do café, como a introdução/intensificação da fruticultura. Foi verificado ainda que, cerca de 10% dos agricultores, já eliminaram a lavoura cafeeira por completo. Esse novo panorama revela, que apesar do número expressivo de agricultores que já empregaram o cultivo da planta, iniciou-se a ruptura dessa ampla e tão difundida atividade desenvolvida no local.

Por meio das seções 23 e 6 dos questionários (apêndice A), inserido nos módulos A e B, respectivamente, tendo como finalidade apurar a composição familiar dos agricultores residentes do distrito e a ocupação dos mesmos nos processos de produção, exceto os que migraram para outras localidades, foi possível verificar que, cerca de 69,9% das pessoas que compõem o referido núcleo familiar, atuam de forma direta na produção do café. No entanto, quando essa porcentagem é somada com as atuações de forma indireta, que envolve as pessoas que mesmo sem exercer alguma atividade na produção, mas que contribuem na forma de auxílio, no preparo das refeições, no transporte de materiais e demais

funções, a composição total familiar ligada à atividade cafeeira em Mato Grosso é de cerca de 75,7%, sendo os 24,3% restantes, referente às pessoas que não possuem idade suficiente para o exercício da função, ou possuem algum outro tipo de ocupação, estudam, ou está acometido de alguma enfermidade.

Os valores acima identificados confirmam que, a cafeicultura local, tem como base a produção familiar, onde 2 a cada 3 pessoas do referido núcleo, que residem no distrito, dispõem, tanto de maneira direta, quanto indireta, da sua força de trabalho ao longo do ano para a produção. Tal fato revela a importância não só da produção para a aquisição de uma certa estabilidade financeira, mas também da sua relevância no estreitamento da força familiar, sobretudo na época da colheita, alterando de forma significativa o cotidiano desses produtores.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, c2023), município de Rio de Contas, no referido ano, possuía um total de 206 estabelecimentos¹³ agropecuários de cultivo do café, divididos entre a produção das espécies arábica (maior número), e café canephora (menor número), apresentado na tabela 03. Sendo a maior parte, com base na produção familiar.

Tabela 03: Número de estabelecimentos e tipologia dos produtores de café em Rio de Contas - BA.

Espécies de Café	Estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	Agricultura Familiar	Agricultura não Familiar
Arábica	201	137	64
Canéfora (robusta, conilon)	5	4	1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017). Elaborado pelo autor (2023).

O período de safra do café, caracterizada pela produção sazonal (em um período delimitado), faz com que os agricultores locais desenvolvam outras atividades para a aquisição de renda, dedicando-se ao cultivo de outros produtos.

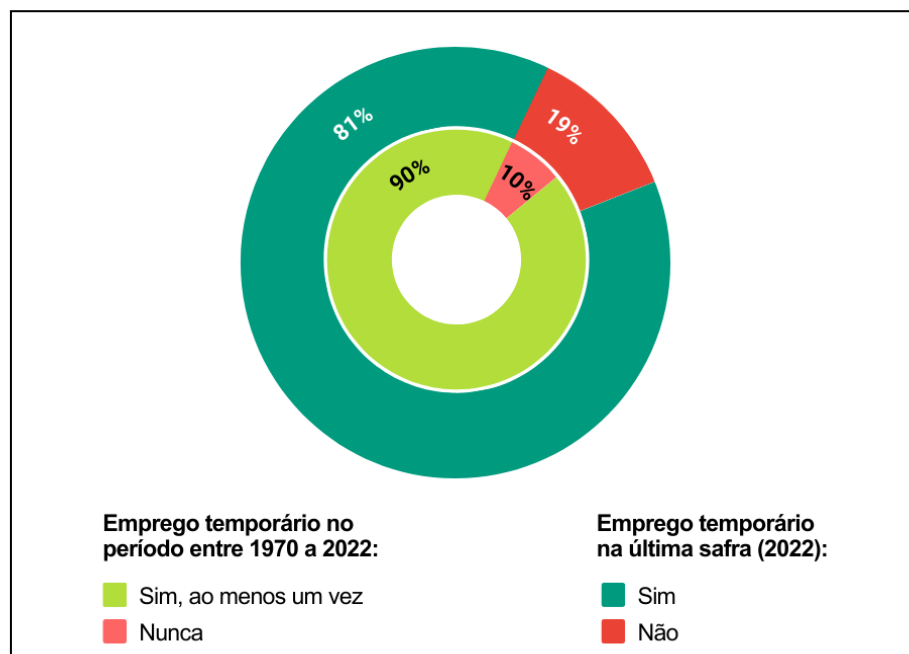
O Distrito de Mato Grosso possui grande destaque na produção de frutas, verduras, tubérculos e leguminosas. Muitos agricultores os cultivam para o próprio consumo, mas grande parte é destinada para comercialização e abastecimento dos mercados e feiras localizadas em cidades do entorno, revelando a variedade de alimentos cultivados e as potencialidades da produção agrícola empregada pela localidade. Essas práticas, amplamente desenvolvidas no local, nos revelam as tradicionais características e raízes camponesas inseridas dentro da agricultura

¹³ Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais.

familiar da mesma. Segundo Altafin (2007, p. 04) “A diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos”. Na mesma linha, diante das variedades de alimentos que podem ser produzidos pela agricultura familiar, Charlotte Landau *et al.* (2013) revela também que a importância desta modalidade se dá também pelos números da produção, nessa estrutura, é produzido diversos alimentos que abastecem a grande parte da população, sendo responsável, portanto, por garantir boa parte da segurança alimentar do país.

Além do trabalho familiar, foi verificado que na produção cafeeira realizada no distrito, é recorrente o uso da contratação temporária de mão de obra para suprir as demandas da atividade. Tal fator figura-se como elemento de suma importância não só pela movimentação da economia local, mas também pela ocupação da mão de obra ociosa e pela oportunidade na aquisição de renda externa aos próprios meios de produção (terra). De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa, apresentadas no gráfico 04, a porcentagem de produtores que já realizaram a contratação de mão de obra temporária, ao menos uma vez, entre 1970 a 2022, foi de cerca de 93%. Na última safra (2022), esse número correspondeu a 81% do total.

Gráfico 04: Contratação temporária de trabalhadores fora do núcleo familiar para a produção do café, no Distrito de Mato Grosso.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Os dados apresentados no gráfico 04, nos revela a porcentagem de agricultores que já recorreram ao emprego temporário de trabalhadores. Ao analisar os fatores condicionantes que envolvem esta prática, a exemplo dos períodos de colheita ou em outras etapas com demandas específicas, foi constatado que o êxodo rural, responsável pela fragmentação do núcleo familiar, se apresenta como um dos principais motivos que amplificou a existência desses dados, o que por sua vez, vem alterando, ao longo de várias décadas, como já mencionado, a composição familiar desses agricultores, mas também os produtos cultivados pelos mesmos.

Os movimentos migratórios estão presentes no território brasileiro desde o início da colonização. O êxodo rural, classificado como uma vertente desses, teve uma maior intensificação no Brasil em meados do século XX, sendo o resultado das adversidades encontradas no campo e da alteração do sistema econômico nacional, que saiu do sistema agroexportador para o urbano-industrial, culminando na reorganização do espaço agrário e na redefinição dos sujeitos do campo.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (c2023), o Brasil passou a ser considerado urbanizado a partir da década de 1970. No período, 55,98% da população brasileira passou a viver nos centros urbanos, enquanto 44,02% estavam presentes no campo, uma variação de 10,90% em relação ao censo anterior (1960), panorama este, que aos poucos foi sendo ampliado nas décadas seguintes.

Em Rio de Contas, a maior parte da população, no entanto, ainda reside na zona rural, cerca de 51,5% (2010). Por outro lado, de forma geral, está ocorrendo a diminuição do quantitativo total da mesma, ou seja, a população rio-contense está cada vez mais se encolhendo. Tal aspecto, assim como se apresenta em vários municípios do país, é o resultado da diminuição da taxa de fecundidade e, concomitantemente, pela migração (fragmentada) para os médios e grandes centros urbanos do país, sobretudo para o estado de São Paulo.

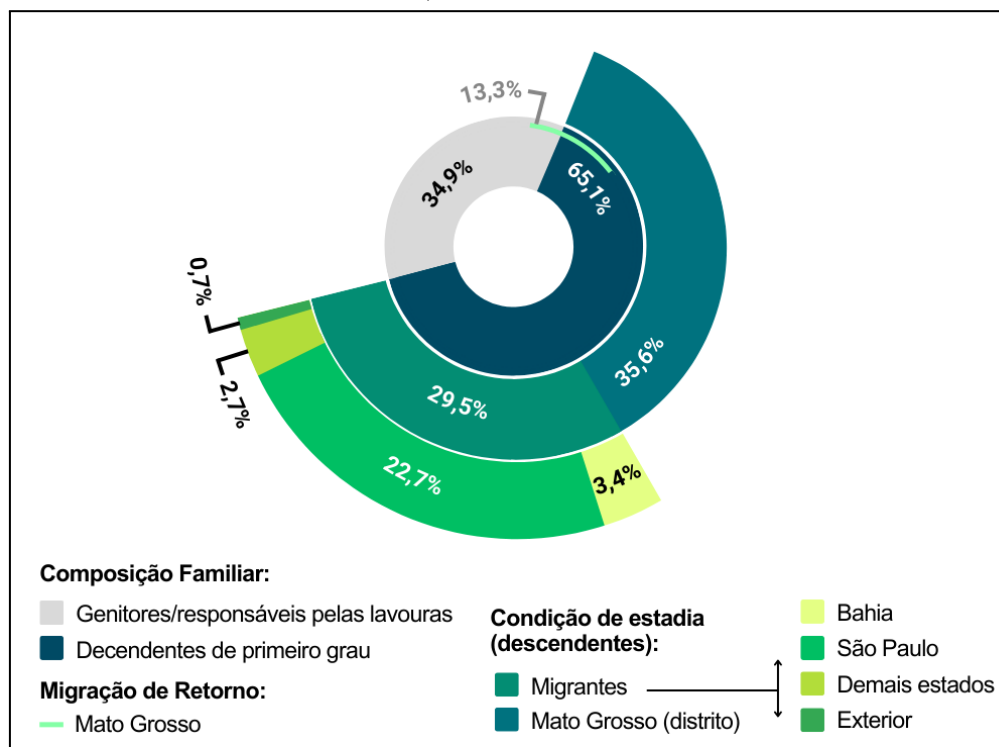
De acordo com a pesquisa dos “Movimentos Migratórios do Estado da Bahia”, elaborados pela equipe da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI (Equipe SEI, 2014), entre 1995 a 2010, a região sudeste constituiu-se como o principal destino da população emigrante baiana. A direção dos fluxos migratórios para essa região, sobretudo para o estado de São Paulo, de acordo com Alcoforado (2003) foi o resultado da transformação que ocorreu no Brasil, principalmente ao decorrer do século XX, através do processo de industrialização e da incrementação de políticas desenvolvimentista durante dos governos de Vargas,

Kubitschek e na ditadura militar. Essa dinâmica serviu para ampliar, ainda mais, as desigualdades regionais do país, sendo a Região Sudeste, a mais beneficiada delas. Esse fator acabaria por refletir na direta transferência de renda para um novo centro dinâmico, nesse caso, o estado de São Paulo, estimulando, conseqüentemente, movimentos de grandes contingentes populacionais de outras áreas do Brasil, para o referido espaço.

Em vários municípios da Bahia e em grande parte do Nordeste brasileiro, a busca pela estabilidade financeira foi, e continua sendo, um dos principais fatores que contribuem para a intensa leva de pessoas saírem da sua terra natal, visando melhores condições de vida nas grandes e médias cidades. Santos (1988) afirma que algumas regiões do Brasil perdem população em proveito de outras, substancialmente devido à urbanização da região. No distrito de Mato Grosso, esse panorama está presente na maioria das famílias. Grande parte da população jovem enxerga o estado de São Paulo como seu principal destino após a conclusão do ensino básico, muitos, inclusive, sequer chegam a finalizar esse estágio. Este processo é condicionado pela desigual disponibilidade de oferta de trabalho, de instituições de ensino, e outros fatores que influenciam, conseqüentemente, a fragmentação da composição familiar do distrito e na dinâmica da produção de diversas culturas empregadas no mesmo, sobretudo, a do café.

Por meio das seções 23 e 6 dos questionários, inseridos nos módulos A e B, respectivamente (apêndice A), a composição familiar total dos agricultores do Distrito de Mato Grosso e seus descendentes, além dos seus respectivos locais habituais de residência. De acordo com os dados obtidos, conforme apresentado no gráfico 05, foi identificado que 34,9% do total é composto pelos genitores e/ou responsáveis pelas lavouras do distrito, e os 65,1% restantes, correspondem aos descendentes de primeiro grau (filhos) dos respectivos produtores. No quesito moradia, a mesma porcentagem total de genitores e uma parcela dos seus descendentes residem no próprio distrito, apresentando 34,9% e 65,1%, respectivamente. Por outro lado, parte dos descendentes residem, porém, em outra localidade (segundo e terceiro conjunto de dados apresentados no gráfico), com 29,5% do total, sendo: 0,7% em outro país; 2,7% em outros estados (exceto Bahia e São Paulo); 3,4% em outras localidades do próprio estado da Bahia; e por fim, 22,7% no estado de São Paulo. Comprovando que o mesmo, figura-se como o principal destino da população migrante local.

Gráfico 05: Composição familiar e locais habituais de residência dos agricultores e seus descendentes, do Distrito de Mato Grosso.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

No decorrer da década de 2010, no entanto, foi constatado um novo cenário nos movimentos migratórios no local, a migração de retorno. O aumento desse fenômeno na Bahia foi constatado logo na última década do século passado (1990) (Equipe SEI, 2014). Apesar dos números relativos à saída da população no distrito de Mato Grosso ainda continuarem estritamente superiores, o retorno do contingente populacional se intensificou nos últimos anos, sobretudo em função das dificuldades encontradas pelo reflexo da crise sanitária da covid-19 (2020-2022), alterando, mais uma vez, a composição social local. Conforme identificado pela pesquisa, o retorno dessa população corresponde a aproximadamente 13,7% dos atuais residentes estabelecidos no distrito, sendo 4,1% representado pelos genitores, e 9,6% pelos descendentes (primeiro grau).

Diante dos resultados da dinâmica e da perda populacional do distrito, a utilização de máquinas para auxiliar a produção, da mesma forma que são empregadas em outros centros de cultivo do café, são caracterizadas como alternativas para suprir a necessidade de parte da contratação de mão de obra. Essa otimização da produção, porém, ainda não chegou efetivamente ao distrito, pois é altamente influenciado por fatores específicos que se apresentam no local,

como as características geomorfológicas e de declividade, que inviabilizam parte da atuação de alguns equipamentos/máquinas, e, pela característica da produção ser desenvolvida em pequenas e individuais propriedades, diferentemente das grandes lavouras e das estruturas cooperativistas, prolonga o período de retorno do capital investido, tornando-se, portanto, inviável. Esses, são alguns dos agentes limitantes à introdução dessas, e de várias outras inovações voltadas para a produção local. Tais condições evidenciam que, apesar do aumento progressivo da cafeicultura ao longo do tempo, a introdução de aparatos tecnológicos não apresentou o mesmo ritmo local.

No passado, a instalação da máquina descascadora, citado anteriormente, influenciou significativamente o incremento de novos agricultores para o cultivo do café e na ampliação das lavouras já existentes na época, no entanto, a falta de mão de obra e a quase inexistência do uso de máquinas e ferramentas para o manejo das lavouras, favoreceram, assim como vários outros fatores, a estagnação da atividade cafeeira nos últimos anos, mostrando que, assim como no passado, a produção do café no distrito ainda continua sendo realizada de forma extensivamente manual, com uso de técnicas e ferramentas tradicionais.

Além da falta de equipamentos para o aumento da produtividade, Souza *et. al* (2018) destaca que a falta de mão de obra, resulta em uma maior especulação no preço da colheita, isso acaba refletindo diretamente na elevação dos custos de produção, tornando o produto menos competitivo tanto no mercado nacional, quanto internacional, podendo culminar, em conjunto com outros fatores condicionantes, a inviabilidade da produção.

De forma contraditória ao que aconteceu e continua ocorrendo em grande parte do país, o êxodo rural (fragmentado) verificado em Mato Grosso, não foi influenciado pela mecanização, e sim, a falta dela, contribuiu com a diminuição das possibilidades de acúmulo de renda pelos agricultores. Este fator, somado às dificuldades de ampliação da área de cultivo e do aumento da produtividade, entre outros aspectos, estimularam parte da população à procura de novas oportunidades econômicas nos médios e grandes centros urbanos do país.

Para Fonseca *et al.* (2015) uma vez que os pequenos produtores não conseguem implantar a mecanização em sua produção, estão submetidos à desvantagem no mercado. É necessário ressaltar, porém, que tal condição só se concretiza quando a produção é realizada em grande escala, com finalidades

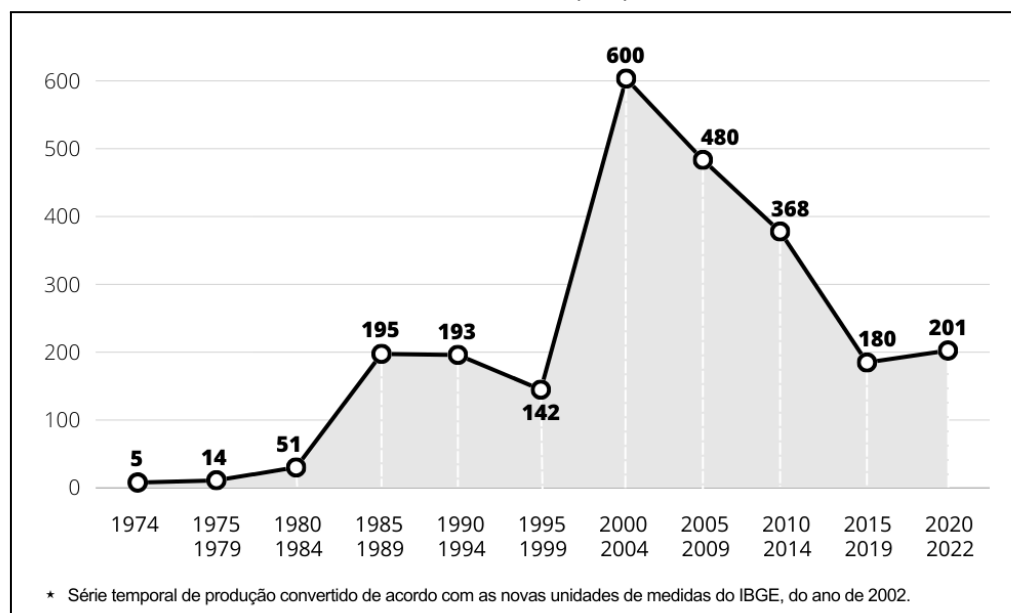
estritamente comerciais, concorrendo, inclusive, com grandes centros de produção. Por outro lado, quando se é produzido em pequenas propriedades, com o uso de técnicas tradicionais, insumos orgânicos e coordenado por meio da iniciativa popular, os produtos passam a apresentar um outro valor de mercado.

A produção do café, visto até aqui, assim como em várias outras culturas, depende de uma série de fatores que necessitam trabalhar em harmonia para que a produtividade seja positiva, seja ela feita de forma tradicional ou de modo mecanizado, com a utilização de insumos industriais ou orgânicos, com técnicas específicas para o cultivo, além dos aspectos fisiográficos e climáticos de cada porção territorial, todos irão refletir diretamente na produção.

O auge da produção cafeeira em Mato Grosso, acompanhou, em parte, os reflexos do ritmo de introdução do cultivo da planta no local, que foi realizada, em maior porcentagem, no final da década de 1990. Este fator é evidenciado a partir dos relevantes números da produção apresentados nos primeiros anos da década de 2000, reflexo do manejo e do desenvolvimento natural da planta. Por outro lado, nos últimos anos, a cafeicultura do distrito enfrentou, cada vez mais, influências internas e externas do mercado, isso fez com que boa parte dos produtores locais modificassem a produção, acarretando, conseqüentemente, na diminuição das áreas destinadas ao cultivo da planta, refletindo diretamente na produção final.

Através da pesquisa de dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE (c2023), — que utiliza como base consultas em organizações públicas e privadas, produtores, técnicos especialistas, além de instituições ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos agrícolas —, foi verificado que, de modo geral, no município de Rio de Contas houve uma redução progressiva da produção de cafeeira na última década. Foi possível constatar também, a dinâmica da produção municipal ao longo do tempo, dividido nesta pesquisa a partir da média de produção em períodos de 5 em 5 anos (exceto o primeiro e último período), conforme apresentado no gráfico 06. Os dados representados no gráfico apenas mostram a quantidade produzida em todo o território administrativo do município de Rio de Contas, no entanto, Mato Grosso, na condição de distrito, parte integrante deste, o banco de dados não permite a análise dos dados separadamente.

Gráfico 06: Média da produção de café em grão* (toneladas), no município de Rio de Contas - BA, por períodos.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM). Elaborado pelo autor (2023).

Conforme os dados do gráfico, foi possível identificar que, na segunda metade da década de 2000 e durante a década de 2010, houve significativas quedas na produção no município. Isso é explicado pelo conjunto de fatores que influenciaram a perda da produtividade local, como a diminuição da mão de obra local, a falta da mecanização, além de várias outras adversidades encontradas pelos produtores para a manutenção das próprias lavouras. Neste sentido ocorreu a necessidade do estudo realizado tanto com os produtores, quanto com os comerciantes de produtores agrícolas locais, visando entender os principais motivos que levaram a queda da produção no recorte espacial desta pesquisa (distrito de Mato Grosso). Dentre os fatores identificados, de acordo com os produtores, os mesmos relataram que, além das dificuldades na contratação temporária de trabalhadores, e, respectivamente o seu custo (citados anteriormente), o aumento do preço do adubo fertilizante utilizado nas lavouras também impactou significativamente a produção. Além disso, a introdução de novas culturas no espaço de produção do café, sobretudo com o cultivo da Manga e da Laranja, amplamente realizada na segunda metade da última década, também figura como um dos principais responsáveis pela diminuição da produção e da área destinada ao cultivo do café no Distrito, questões estas, aprofundadas no capítulo a seguir.

As informações do gráfico 06, tem como base apresentar a produção rio-contense em períodos, servindo apenas como parâmetro para verificar o quantitativo produzido ao longo do tempo, por outro lado, além dos já apresentados, uma série de fatores de outros podem ainda influenciar e determinar, contudo, o aumento ou a diminuição da produção de uma safra para a outra, como: as condições climáticas sazonais adversas, estiagens e precipitações fora de época; doenças e pragas; a necessária poda da lavoura, que tem por objetivo renovar a plantação, acarretando, porém, na suspensão temporária da produção (figura 05, página seguinte); entre outros fatores. Apesar do crescimento da área de produção cafeeira no município verificada no último período, contemplando os anos de 2020, 2021 e 2022, em Mato Grosso, 65,5% do total de produtores relataram que tiveram, no mesmo período, os piores resultados da produção de café da série histórica, com recordes negativos da produção.

Figura 05: Poda (recepta) da lavoura cafeeira no Distrito de Mato Grosso.



Fonte: acervo do autor (2022).

Outro fator determinante da produção, tem como base as características fisiológicas e produtivas da planta, a mesma, de forma natural, tem uma produção classificada como bianual, o que significa que em uma safra pode haver, relativamente, uma boa produtividade, e, na safra seguinte, a produção tende a ser estritamente inferior que a anterior. Além disso, o cafeeiro ainda exige o manejo

periódico e anual, sendo a adubação, umas das etapas fundamentais para o desenvolvimento da planta e para a produção dos frutos.

O cafeeiro, assim como as outras espécies de plantas, necessita de uma gama de nutrientes para suprir as suas necessidades fisiológicas. Com o passar dos anos, a cada safra de café produzida, culminam na sucessiva perda dos nutrientes presentes de forma natural no solo, isso acaba por refletir diretamente na interrupção da ciclagem natural dos mesmos, logo, a sua reposição é essencial para a planta e para a produção. À medida que o adubo fertilizante é deixado de ser utilizado pelo agricultor, a safra seguinte estará parcialmente comprometida. Neste sentido, da mesma forma que foi verificado em Mato Grosso, conforme apresentado no gráfico 07 (página 69), a falta de adubação, além do baixo valor de mercado produto no final da última década, e assim, como em todo o município, a diminuição do quantitativo de trabalhadores disponíveis para a produção, que fez aumentar, conseqüentemente, o custo da mão de obra (citado anteriormente), foram os principais motivos que culminaram no encolhimento da produção cafeeira no distrito.

Observando que a adubação, durante a realização da pesquisa, foi um dos fatores mais citados mediante a queda da produção de café no Distrito, aprofundamos a nossa análise para entender um pouco mais sobre esse processo e sobre seus efeitos na produtividade dos grãos.

Com questões direcionadas aos produtores, tendo como objetivo entender, os principais elementos que envolvem essa fundamental etapa que reflete diretamente nos índices de produção, foi constatado que, a utilização de adubos fertilizantes industriais para suprir as necessidades nutricionais das lavouras cafeeiras, é realizada de forma constante pelos agricultores locais. Os mais utilizados, vulgarmente identificados com as nomenclaturas NPK 25.05.20 e o NPK 04.30.10, são compostos por N – nitrogênio (azoto), P – fósforo, e K - potássio, sendo os números, correspondendo à quantidade de cada macronutriente presente em sua composição.

De acordo com as informações coletadas através do questionário destinado aos comerciantes de produtos agropecuários instalados no distrito (apêndice B), o comércio do adubo fertilizante NPK 25.05.20, corresponde a cerca de 93% da preferência dos produtores locais, os 7% restantes, referem-se, por sua vez, a aquisição do adubo NPK 04.30.10.

Os custos de aquisição dos referidos itens nos últimos anos subiram de forma preocupante. O comércio desses produtos e das matérias primas que fazem parte da sua composição, foram altamente impactados pelas dificuldades de produção e de distribuição dos produtos agrícolas causados tanto pela diminuição do comércio ocorrido durante os primeiros meses da pandemia de covid-19 (mar./2020 - maio/2023), quanto por consequência da guerra russo-ucraniana, iniciada em fevereiro de 2022. Esses fatores causaram a drástica diminuição da importação da matéria prima em várias partes do mundo.

No Brasil as consequências da diminuição da distribuição global dos fertilizantes agrícolas geraram a baixa oferta de mercado do produto e a elevação dos preços para os consumidores. De acordo com Nascimento (2022, p. 19) “O Brasil produz apenas 20% dos fertilizantes consumidos internamente, fato que evidencia a interdependência que existe no setor agrícola como um todo”. Esses fatores acabaram por comprometer, de forma significativa, a aquisição dos referidos itens pelos produtores do país, principalmente os pequenos, uma vez que muitos, já deixaram de utilizar, há muito tempo, insumos orgânicos que eram inclusive produzidos nas suas próprias propriedades, ficando, portanto, altamente dependentes dos produtos químicos/industriais massivamente introduzidos no, e pelo mercado. Nesse aspecto Carvalho (2009, p. 4) pontua:

As mistificações que os programas de modernização e de desenvolvimento rural promoviam (e promovem), em particular quando afirmavam que a denominada "agricultura familiar" só se viabilizaria ao se integrar aos mercados, facilitaram que o crédito rural se transformasse numa ponte econômico-financeira onde de um lado estavam as indústrias produtoras de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, medicamentos, desfolhantes, máquinas e implementos, etc.) e de outro lado as indústrias (agroindústrias) compradoras, beneficiadoras e ou industrializadoras dessas matérias-primas da agricultura (leite, aves, suínos, tabaco, soja, milho, etc.). No meio, unindo a oferta de insumos com a compra das matérias primas pelas empresas do agronegócio, estavam os produtores rurais orientados pelo modelo tecnológico disseminado de cima para baixo pelas empresas públicas e privadas de assistência técnica com o suporte técnico-científico da EMBRAPA e dos departamentos técnicos das grandes empresas transnacionais de insumos.

Nesse contexto, segundo o próprio autor (Ibid.), ainda se inseriram os bancos, ou, genericamente, o capital financeiro, na qual conduziram o processo de modernização da agricultura nacional. Essas condições nos revelam a influência do mercado e a sua dominação em diversos setores da cadeia produtiva, ao passo que

modificam, em diversas escalas, a produção agrícola nacional. Tendo em vista a importância da utilização dos fertilizantes para a produção dos grãos de café, a sua baixa utilização, conseqüentemente, influencia diretamente na diminuição da produção cafeeira. Como já mencionado, este foi um dos principais fatores identificados pela perda da produtividade verificada no Distrito de Mato Grosso, nos últimos anos.

A dependência brasileira por produtos estrangeiros essenciais da cadeia produtiva agrícola, mostra a suscetibilidade de variação de preço dos alimentos internos, refletindo diretamente na quantidade produzida de determinados produtos, semelhantemente como à que ocorreu em Mato Grosso e, certamente, em várias regiões cafeeiras espalhadas pelo país.

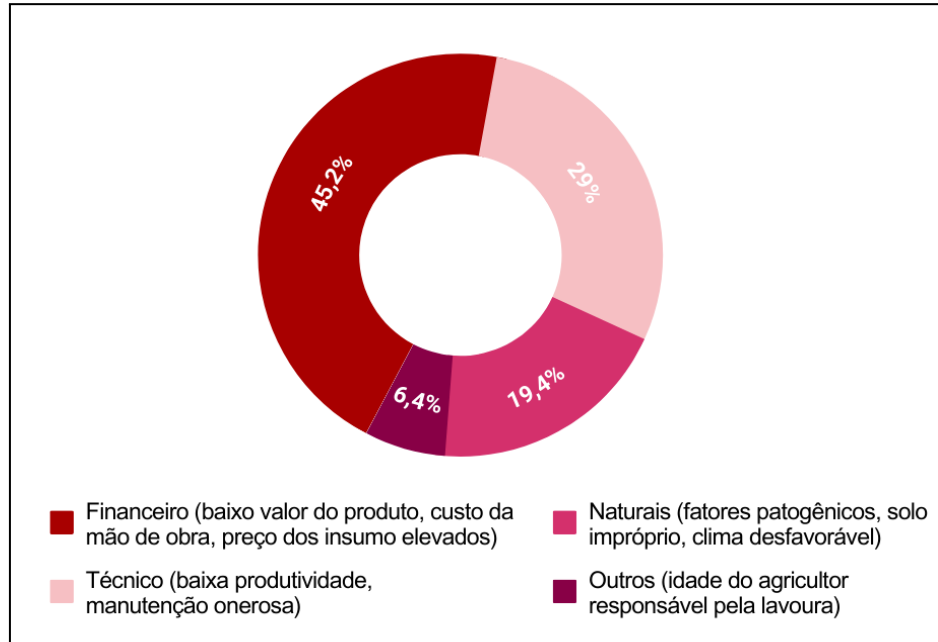
Segundo informações reveladas pelos vendedores de insumos do distrito, a cada ano, em média, eram comercializados cerca de 1.200 (mil) sacos dos adubos fertilizantes industriais para as lavouras de café. No entanto, no último ano (2022), foi registrado o menor índice histórico no comércio desses itens, logo, figurando como o reflexo do aumento significativo do preço do produto no referido ano, onde passou de 110,00 reais em 2020, para 330,00 reais em 2022, um aumento de cerca de 200%. Esse fator influenciou a diminuição da aquisição desses itens pelos agricultores, e no conseqüente declínio da produção cafeeira na mesma safra.

A cafeicultura do distrito na última década (2010) e no início da atual, esteve em um lento processo de declínio, causado pelos fatores, como: a fragmentação do núcleo familiar; a falta e o custo diário da mão de obra; a falta de mecanização; e o custo dos insumos. Além desses, segundo os próprios agricultores, as condições climáticas adversas e os fatores patogênicos (doenças) que atingem o cafeeiro, também afetaram a produção nos referidos períodos. Concomitantemente, conforme apresentado no gráfico 07, as dificuldades do manejo do café e o aumento progressivo da população acima da idade economicamente ativa¹⁴ (PEA), também influenciaram na diminuição da área do cultivo do café local, onde foi verificado que 38% dos produtores responsáveis pela lavoura encontram-se com idade entre 50 e 65 anos, e 35% já ultrapassou a idade economicamente ativa (acima dos 65 anos).

¹⁴ A População Economicamente Ativa (PEA) é o índice de oferta efetiva de trabalho numa economia, ou o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo; Este conceito, adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é utilizado para analisar os índices de trabalho das pessoas com idade entre 10 a 65 anos, classificadas como ocupadas ou desocupadas.

A soma de todos esses fatores elencados levou, na última década, a reorganização do espaço agrário e o emprego de novas culturas pelos agricultores.

Gráfico 07: Fatores condicionantes ao declínio da atividade cafeeira em Mato Grosso.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Alinhada aos fatores representados no gráfico acima, a dinâmica da economia global também altera, constantemente, a cadeia produtiva do espaço agrícola, seja ele representado pelos grandes detentores de terras, mas, sobretudo os médios e pequenos agricultores. Para Valverde (1985, p. 259), “Os defeitos estruturais da economia rural brasileira têm suas origens históricas na sua orientação fundamental para o mercado externo”. Segundo o autor, os reflexos dessa política histórica de produção voltada para fora, derivam: a instabilidade dos preços; a instabilidade da produção, bem como as dificuldades do abastecimento interno (Ibid.). Da mesma forma, para Carvalho (2009, p. 1-2):

“[...] as ações concretas das grandes empresas capitalistas nacionais e estrangeiras, das políticas públicas a elas favoráveis e dos programas governamentais que foram convertendo a agricultura num setor de simples oferta de matérias-primas a partir dos interesses industriais. [...] consolidaram a subordinação da reprodução da agricultura aos interesses do capitalismo industrial e bancário.”

Neste sentido, com o café, assim como em vários outros cultivos que representam grande parte da balança comercial de exportação brasileira, os

potenciais cenários negativos atingem diretamente não só os grandes produtores, os pequenos, como é o caso de Mato Grosso, também estão amplamente sujeitos às dificuldades geradas por esse intercâmbio. De acordo com Elias (2006a, p.11):

Entre estes arranjos territoriais produtivos, alguns compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas com a qual interagem diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional. Desse modo, organiza-se o território a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Logo, em conjunto com vários outros agentes internos de cada localidade, esses fatores continuam a alterar, constantemente, a produção e as perspectivas da manutenção do cultivo de vários gêneros alimentícios do país.

Os problemas elencados tanto no gráfico 07, quanto no gráfico 11, no capítulo seguinte, foram os principais motivos que levaram parte dos agricultores do distrito, à introdução/intensificação de novas culturas no espaço produtivo, amplificando ainda mais, a diminuição da cafeicultura local. Foi verificado ainda, de acordo com os dados da pesquisa, que a maioria dos agricultores estão produzindo o café de forma simultânea com outros cultivos. Este novo tipo de manejo representa, a partir da perspectiva da diversidade de culturas empregadas, características benéficas para a produção, principalmente pela não dependência em um único produto, gerando assim, novas oportunidades de incremento de renda aos agricultores. Por outro lado, a cafeicultura passou a ter cada vez menos influência na produção local.

Foi constatado ainda que parte dos agricultores já substituíram o café de forma integral e introduziram o cultivo de novas culturas (separadamente) em suas lavouras, ou seja, trocaram a produção de uma monocultura por outra. Diante disso, houve a necessidade de investigar o quadro geral dos tipos de culturas empregadas por cada produtor, tanto no contexto atual, quanto ao longo do tempo, além de como esses novos cultivos estão transformando o espaço agrário — assim como a (re)introdução da atividade cafeeira fez no passado recente —, mas também toda dinâmica de produção agrícola do distrito. Esses fatores e condições, como já verificado, estão estimulando significativas mudanças no espaço produtivo do café local, questões essas, aprofundadas no capítulo seguinte.

2.3 AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO CAFEICULTOR: ADAPTAÇÕES ÀS NOVAS DEMANDAS

O espaço agrícola do Distrito de Mato Grosso esteve, nos últimos anos, em plena transformação. A produção cafeeira foi, por várias décadas, o principal cultivo de lavoura permanente realizada no distrito, sendo, portanto, a principal base de aquisição de fonte de renda dos agricultores.

Em razão dos motivos supracitados no capítulo anterior, a atividade cafeeira aos poucos foi perdendo espaço para a introdução de novas espécies de plantas frutíferas (figura 06), representado pelo espraiamento de uma prática que já ocorre em vários municípios vizinhos, em especial, Livramento de Nossa Senhora. Esse município, de acordo com o portal “cidades”, do IBGE (c2023), e classificado como a região de influência¹⁵ do município de Rio de Contas, onde há décadas, é o principal destino de grande parte da produção familiar tanto do distrito de Mato Grosso, quanto das demais localidades da região.

Figura 06: Diminuição da área de cultivo do café no Distrito de Mato Grosso.



Fonte: acervo do autor (2014).

A cada ano o cultivo de espécies frutíferas vem sendo ampliado não só em Mato Grosso, mas em todo município de Rio de Contas. A produção da manga e da

¹⁵ Relação interurbana para acesso a bens e serviços, e por influências nos vínculos de gestão de empresas e órgãos públicos.

laranja, juntas, representam a maior fatia da nova atividade empregada pelos agricultores locais. Além desses, com importância igualmente significativa, o cultivo do abacate, da banana e outras espécies frutíferas integram a lista das novas culturas com finalidades amplamente comerciais intensificadas, diminuindo, por sua vez, a área de abrangência da produção cafeeira nesses locais (figura 07).

Figura 07: Introdução da plantação da laranja sobre a área de cultivo do café em Mato Grosso.

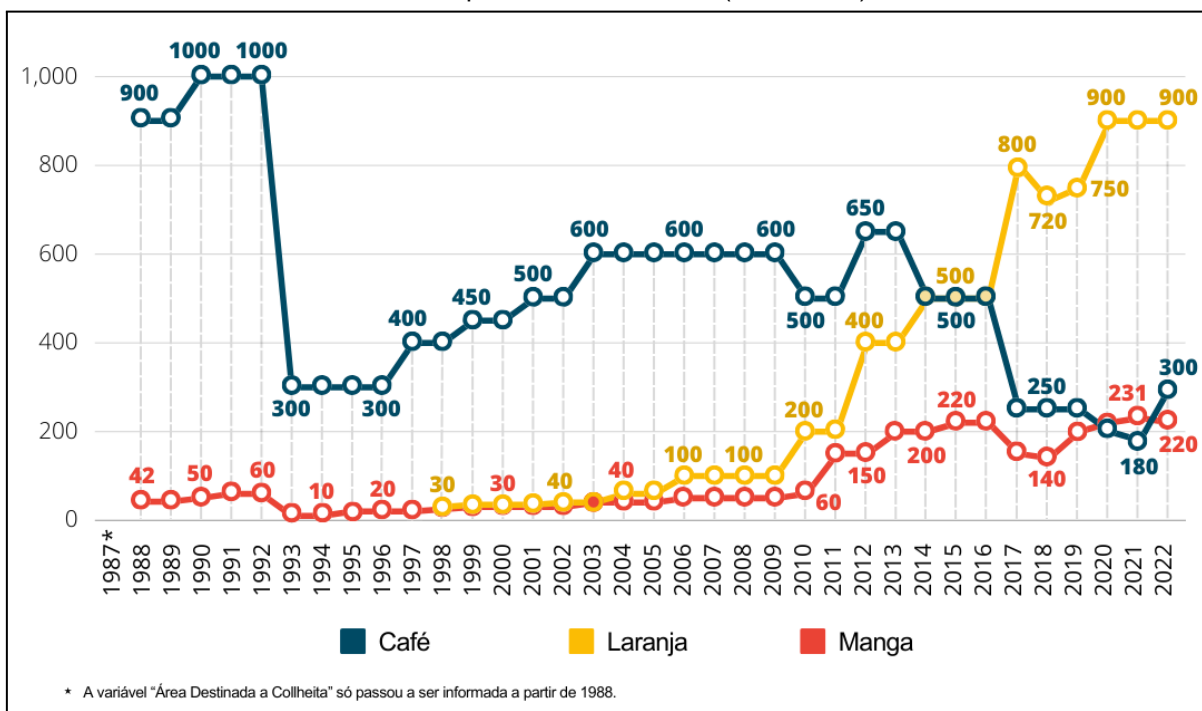


Fonte: acervo do autor (2022).

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, c2023), apresentado no gráfico 08 (página seguinte), iniciado somente a partir do ano de 1988, é possível observar que o avanço das áreas em hectares destinadas à colheita da Manga e da Laranja, influenciaram, em grande parte, na consequente diminuição da área do cultivo do café no município de Rio de Contas.

Os dados apresentados no gráfico 08, mostram o significativo declínio da área de cultivo do café do ano de 1992 para o ano 1913, até então não foram encontrados os motivos que levaram a tamanha diminuição, já que a produção local demonstrava uma constante crescente, sobretudo pelo o aumento na quantidade de agricultores no Distrito de Mato Grosso, verificado no mesmo período (gráfico 03, seção anterior), além disso, também não houve uma drástica diminuição da produção que provasse as consequência da tamanha perda de área do cultivo do produto (gráfico 07, seção anterior). Apesar dessa incógnita, a produção cafeeira local continuou passando por constantes transformações.

Gráfico 08: Área em hectares destinada à colheita do Café, da Laranja e da Manga, no município de Rio de Contas (1988-2022).



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM). Elaborado pelo autor (2023).

De acordo com o gráfico 08, entre anos de 2009 a 2011, e 2013 a 2021, foi possível constatar a diminuição da área do cultivo do café, com fortes influências do aumento do emprego das novas culturas. Como pode se observar, com o passar dos anos a produção dessas novas culturas aos poucos foram sendo intensificadas, ganhando espaço em substituição às lavouras cafeeiras e de outras culturas difundidas no local, como pode ser observado na figura 06, na página anterior.

Ainda sobre as transformações ocorridas no espaço cafeeiro local, de acordo com gráfico 08, no ano de 2021, foi registrado o menor índice histórico da área em hectares destinada para o cultivo do café no município, com apenas 180 hectares, contra 231 e 900, do cultivo da manga e da laranja, respectivamente. Em 2022, por outro lado, houve um aumento considerável da área do cultivo do café em relação ao ano de 2021, com 120 hectares a mais, as demais culturas, no entanto, permaneceram relativamente estáveis, com poucas variações de aumento ou diminuição de área. Sobre o aumento da área do cultivo do café, em 2022, conforme a pesquisa (PAM) apresentada no gráfico, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos produtores durante os últimos anos, é interpretado mediante ao aumento significativo do valor de mercado do produto. Esse novo cenário,

condicionado pela alta do dólar verificada nos últimos anos, na qual chegou a ser cotado em vários períodos, de acordo Banco Central do Brasil (c2023), acima dos 5,00 reais, principalmente entre maio de 2020 a abril de 2022. Somado a esse fator, as estiagens e geadas ocorridas nos principais centros de produção do país (Minas Gerais e São Paulo), também elevaram os preços de venda do produto na balança comercial nacional e global. Logo, verifica-se que, desde o período colonial, até os dias atuais, o mercado do capital continua transformando a dinâmica produtiva no espaço agrícola nacional, sobretudo os dos pequenos e médios produtores.

A produção das espécies frutíferas tanto no Distrito de Mato Grosso, como em todo o município de Rio de Contas, embora já serem realizadas há anos como produtos básicos para o abastecimento das feiras locais, a intensificação da sua produção, verificada sobretudo a partir da década de 2010, visou atender, principalmente, às demandas dos mercados regionais e interestaduais, realizadas por intermédio dos transportadores/atravesadores (figura 08). Esse panorama, por sua vez, apresenta profundas semelhanças com o atual ciclo de produção cafeeira local, uma vez que os mesmos produtores, sujeitos às condições e valores impostos pelo mercado, inclusive dos transportadores/atravesadores dos produtos, se tornaram dependentes desse comércio.

Figura 08: Caixas agrícolas hortifruti destinadas à produção da fruticultura em Mato Grosso.



Fonte: acervo do autor (2020).

Diante deste cenário, segundo Elias (2006a, p. 5), “Reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos”. Logo, ressurgem, portanto, a ação dos circuitos produtivos, que, além de serem classificados como parte influenciadora das mudanças e adaptações no espaço produtivo do campo, continuam, como verificado, a se reproduzir. Da mesma forma, ao elencar os agentes sociais ou econômicos associados à agropecuária, que promovem e estimulam os circuitos produtivos, Elias (Ibid.) nos chama a atenção para as condições enfrentadas pela agricultura familiar e pela agricultura camponesa não integrada ao agronegócio que, apesar de desenvolverem a agricultura de subsistência e/ou da produção simples de mercadorias, através da difusão do capitalismo no campo, estão amplamente sujeitas às condições do mercado e da dinâmica dos circuitos produtivos. Por outro lado, quando o avanço do poder do capital no campo, que muitas vezes ocorre de forma natural, ao passo que se estabelece nas mais diversas formas, intensifica as condições desiguais e torna os agricultores cada vez mais subordinados a esse sistema, como é o caso da pequena produção integrada ao agronegócio, verificada, inclusive no Distrito de Mato Grosso. No mesmo sentido, Carvalho (2009, p. 5) aponta:

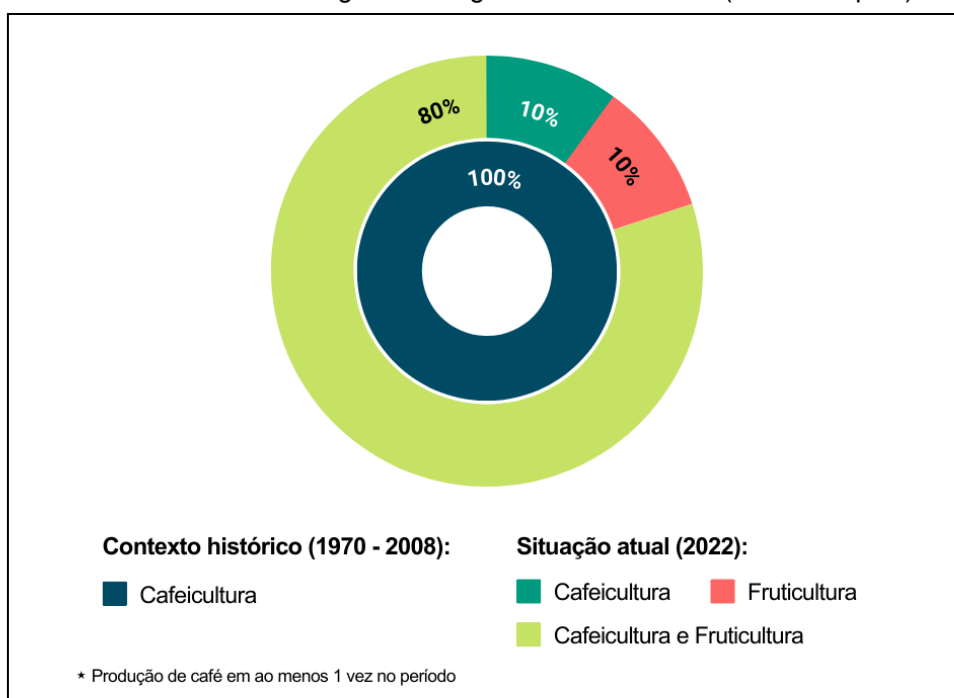
Seja porque é constrangida, pela falta de conhecimento de alternativas, seja porque é pressionada ideologicamente a se relacionar econômica e financeiramente com os capitais, a maior parte dos produtores rurais familiares, nas suas mais distintas autodenominações, identidades sociais e diferentes formas de relações com a natureza, tende a se subordinar aos interesses do agronegócio.

Ou seja, embora a transformação verificada em Mato Grosso, assim como em vários espaços produtivos do país, tenha sido amplamente provocada pelas condições e pelos fatores determinantes do mercado, os interesses do capital continuam a exercer a sua influência nas novas culturas empregadas, e, caso não haja uma ativa ruptura, estarão presentes inclusive na dinâmica das futuras atividades agrícolas do local.

Apesar do aumento repentino da ampliação das lavouras cafeeiras em 2022 no município de Rio de Contas, de acordo com os resultados do questionário/entrevista foi possível observar que a agricultura no Distrito de Mato Grosso, antes, composta majoritariamente por pequenos cafeicultores — adjetivo

utilizado para classificar os produtores de café —, agora, se tornaram também fruticultores, ou, mais especificamente, mangicultores e citricultores, em razão da intensificação da produção da manga e da laranja, como pode ser visto no gráfico 09. Vale salientar que, apesar do café também ser classificado como uma fruta, proveniente do cafeeiro (pé de café), o termo “fruticultura” foi utilizado nesta pesquisa apenas para designar o cultivo da manga e da laranja.

Gráfico 09: Panorama geral dos agricultores do distrito (antes x depois).



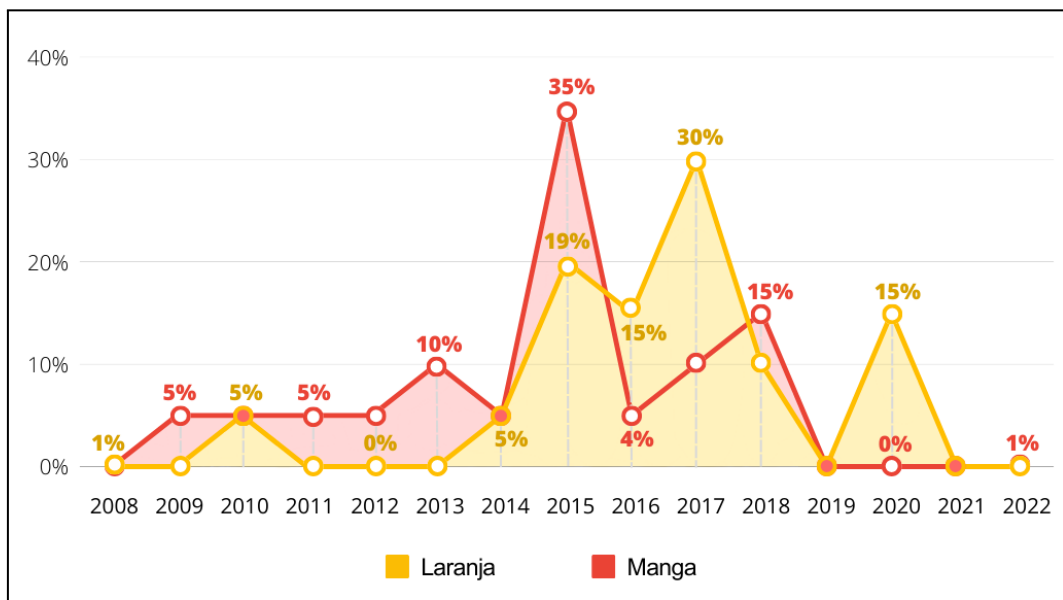
Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

O gráfico 09 revela o quadro geral dos agricultores locais e modificação do cultivo ao longo do tempo a partir da introdução/intensificação da produção em larga escala ou em escala comercial, das novas culturas. No ano final de referência desta pesquisa (2022), foi identificado que apenas 10% dos produtores ainda cultivam de forma exclusiva o café; 10% dos agricultores cultivam apenas espécies frutíferas, o que revela a eliminação por completa do cultivo do café por esses produtores; e os 80% restantes, possuem a lavoura diversificada, com a produção simultânea de ambos os cultivos.

Ao analisar o panorama da produção da fruticultura a partir da introdução e/ou intensificação desses novos cultivos em Mato Grosso, entre o ano de maior amplitude dessas atividades (2008) até o ano final de referência da pesquisa, foi

possível constatar um aumento significativamente expressivo, em especial, na metade da década de 2010, conforme apresentado no gráfico 10, com o ano de introdução/intensificação desses cultivos pelos agricultores.

Gráfico 10: Introdução/intensificação do cultivo da Manga e da Laranja em Mato Grosso.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

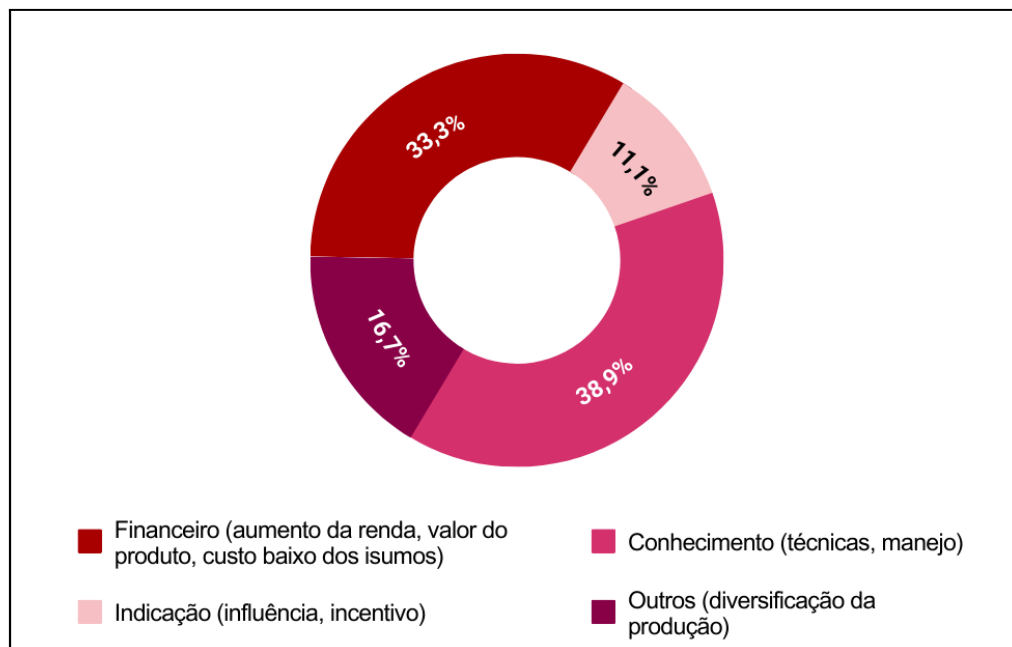
De acordo com o gráfico, 35% dos produtores de manga identificados pela pesquisa, introduziram/intensificaram a sua produção no ano de 2015. Já a produção de laranja, iniciado com uma tímida introdução do seu cultivo verificado no início da década (2010), só foi ampliado a partir da segunda metade da mesma década, chegando à marca de 30% de introdução/intensificação do total de citricultores do distrito no ano de 2017. Apesar dos desafios encontrados por qualquer tipo de cultura de produção do campo, o crescimento anual da produção de cada um desses itens, foram os responsáveis pelo número, até então inexistente, da eliminação desses cultivos no espaço produtivo do distrito.

Entre os anos 2015 a 2017, como verificado no gráfico 10, a reorganização do espaço agrário em Mato Grosso, vinculado aos fatores que aos poucos, influenciaram na diminuição da atividade cafeeira, possibilitou o avanço do cultivo das espécies de plantas frutíferas, no mesmo momento em que o mercado local sinalizava condições favoráveis ao plantio das mesmas, sendo os valores dos produtos e o aumento do fluxo de transportadores para o escoamento dos mesmos, os principais. Além disso, os motivos que influenciaram a introdução total ou parcial

(cultivo simultâneo com o café) das novas culturas, segundo os próprios agricultores locais, apresentados no gráfico 11, apresenta uma intensa transformação da produção agrícola no distrito de forma semelhante ao avanço do café entre as décadas de 1970 e início da década de 1990, verificado anteriormente.

Assim como os motivos que levaram à introdução do cultivo do café no passado, a questão financeira continua representando um importante fator que mobiliza e altera a dinâmica da produção do homem do campo. Foi verificado que este fator representa uma porcentagem relevante de 33,3% do total de motivos elencados pelos produtores. As indicações, o conhecimento e o compartilhamento de práticas para a ampliação das novas atividades, amplamente realizadas pelos produtores, também apareceram como elementos centrais do emprego das novas culturas, com 16,7% e 11,1%, respectivamente. No entanto, associados também pelo objetivo de aumento da fonte, a diversificação da lavoura foi amplamente apontada pelos produtores como um elemento condicionante favorável para a introdução/intensificação da fruticultura, representando 38,9% do total.

Gráfico 11: Fatores condicionantes ao avanço da fruticultura em Mato Grosso.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Apesar da crescente diminuição das áreas de cultivos do café verificado na última década, a diversificação da lavoura, apontado como um fator financeiro no gráfico 11, surge como um elemento que possibilita a segurança do agricultor

mediante ao leque de variedades de cultivo ao longo do ano, do mesmo modo que diminui a dependência de um único produto cultivado para suprir as suas necessidades financeiras, o que por sua vez, poderia continuar impactando o modo de vida dos mesmos. Logo, apesar das interferências externas nas atividades de produção agrícola do distrito, os agricultores locais, assim como no passado, continuam se adaptando às condições impostas pelo mercado, de forma muito semelhante pontuado por Shanin (2008), sobre a capacidade apresentada pelas comunidades camponesas de se ajustar às condições impostas pelo mercado ao longo deste, e do último século.

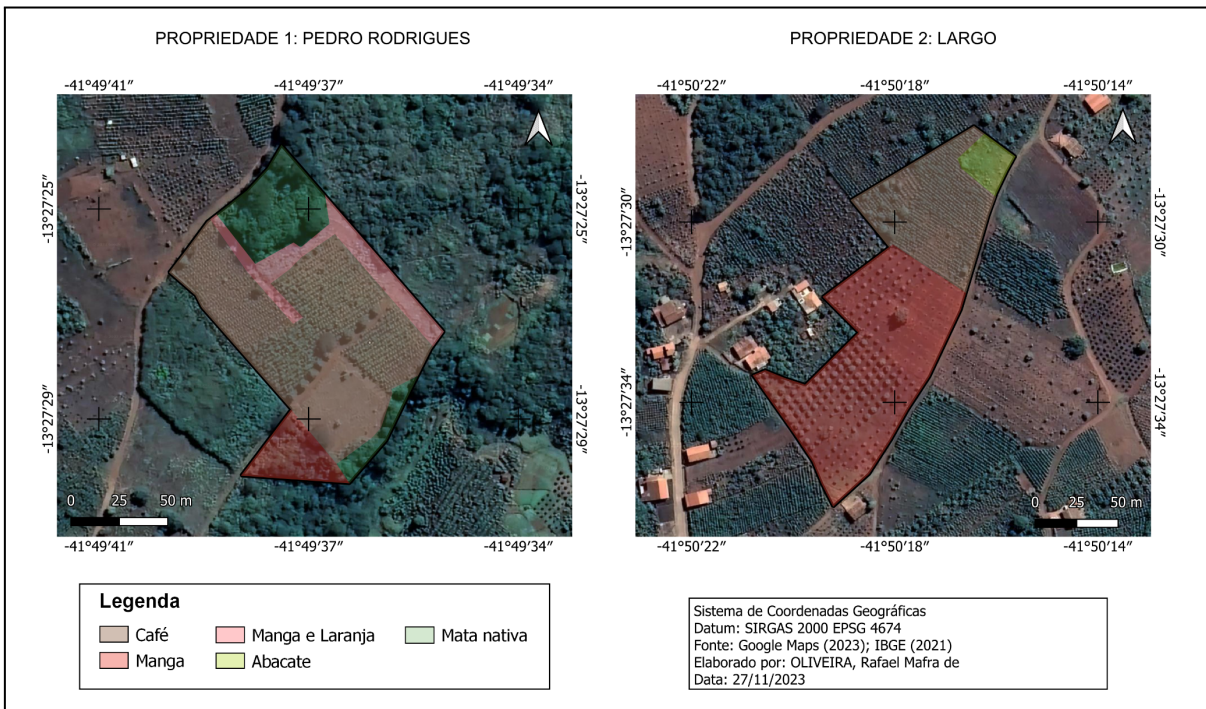
As raízes camponesas encontradas na agricultura familiar do distrito, da mesma forma que em outros espaços de produção no Brasil, embora muitos autores as considerem como categorias distintas, mas que para outros, ambas se inter-relacionam, é visto na produção destinada tanto para o consumo, quanto para o comércio, na extrema capacidade de adaptação, entre outras condições.

Em conformidade com os dados apresentados ao longo desta seção, a partir do uso e análise de imagens de satélite, é possível verificar a proporção e a influência da introdução/intensificação da fruticultura no distrito. Para mensurar o incremento desses novos cultivos e a diminuição da cafeicultura local, a pesquisa central deste trabalho dividiu o espaço produtivo do distrito em zonas, para melhor estimar as áreas modificadas (mapa 02, capítulo 1).

Tendo como base as propriedades do agricultor 2, conforme apresentados nos mapas 04 e 05 (página seguinte), utilizados para aferir as mudanças ocorridas em suas lavouras, é possível perceber a diminuição dos espaços de produção do café, e a conseqüente introdução e ampliação da fruticultura nesses espaços, inclusive em propriedades recém adquiridas, como é o caso verificado na propriedade 4 (mapa 05). Essa dinâmica, amplamente constatada em todo espaço produtivo do distrito, é caracterizada pelo resultado das conseqüências dos fatores citados nesta, e na seção anterior desta pesquisa, com destaque para as informações apresentadas no gráfico 07, na seção anterior.

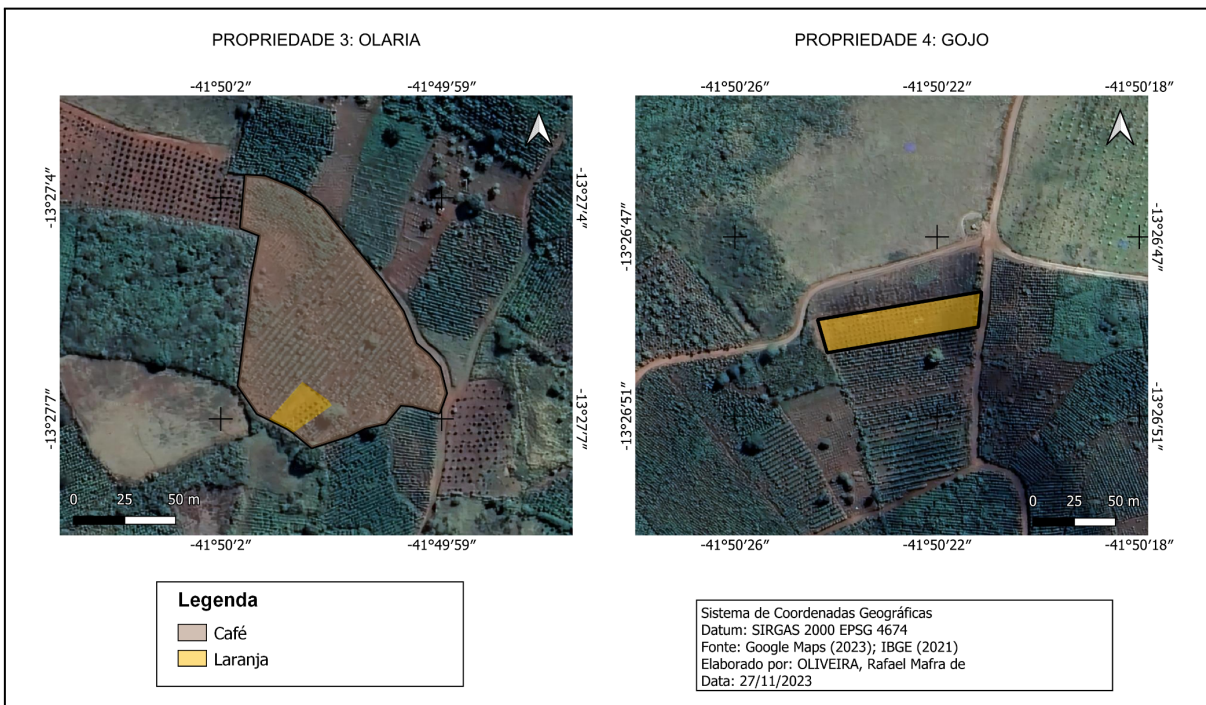
As mudanças verificadas nas lavouras cafeicultoras do distrito nos revelam, como em diferentes escalas, o mercado atua de forma direta na produção agrícola, inclusive as realizadas nas pequenas propriedades, transformando não só o espaço, mas também o estilo de vida dos agricultores.

Mapa 04: Mapa de uso e ocupação do solo - propriedades do agricultor 2 (2023).



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Mapa 05: Mapa de uso e ocupação do solo - propriedades do agricultor 2 (2023).



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Ao analisar os respectivos mapas, verifica-se a significativa perda da área destinada ao cultivo do café na propriedade 2 (mapa 04), por outro lado, é possível perceber também, como em parte a atividade cafeeira ainda resiste a introdução das novas culturas nas lavouras, sendo estas, costumeiramente cultivadas nas bordas periféricas dos talhões¹⁶ cafeeiros.

Embora a ampliação da área destinada à fruticultura e o consequente aumento dessa produção tenha sido constatada no distrito nos últimos anos, o seu cultivo também apresenta entraves que fazem com que grande parte dos agricultores utilizem a prática da produção simultânea com a atividade cafeeira. Isso nos mostra, apesar dos desafios enfrentados pela cafeicultura nos últimos anos, a força deste produto perante as novas alternativas empregadas pelos produtores. Além desse fator, paralelamente a mesma, a grande concorrência da fruticultura com outros centros produtivos, inclusive dentro do próprio município, diferente do café, fez com que a diminuição das lavouras cafeeiras ficasse em um ritmo cada vez mais lento.

Apesar de classificado ao longo desta seção com um elemento que, ligeiramente, também influenciou impactos na redução da atividade cafeeira por meio da substituição do cultivo, a fruticultura, ao passo que introduzida de forma planejada e simultânea com a produção do café, apresenta fatores benéficos tanto para a economia local, quanto para o fortalecimento da agricultura familiar do distrito, garantindo-lhes, por consequência, a diversidade de produtores comercializados, e, inclusive, consumidos pelos mesmos.

¹⁶ a) unidade mínima de cultivo de uma propriedade construída com base no relevo e planejamento de mecanização; b) porção de terreno entre dois regos ou sulcos destinado a cultivo.

3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA CAFEICULTURA LOCAL: TENDÊNCIAS E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO DA ATIVIDADE

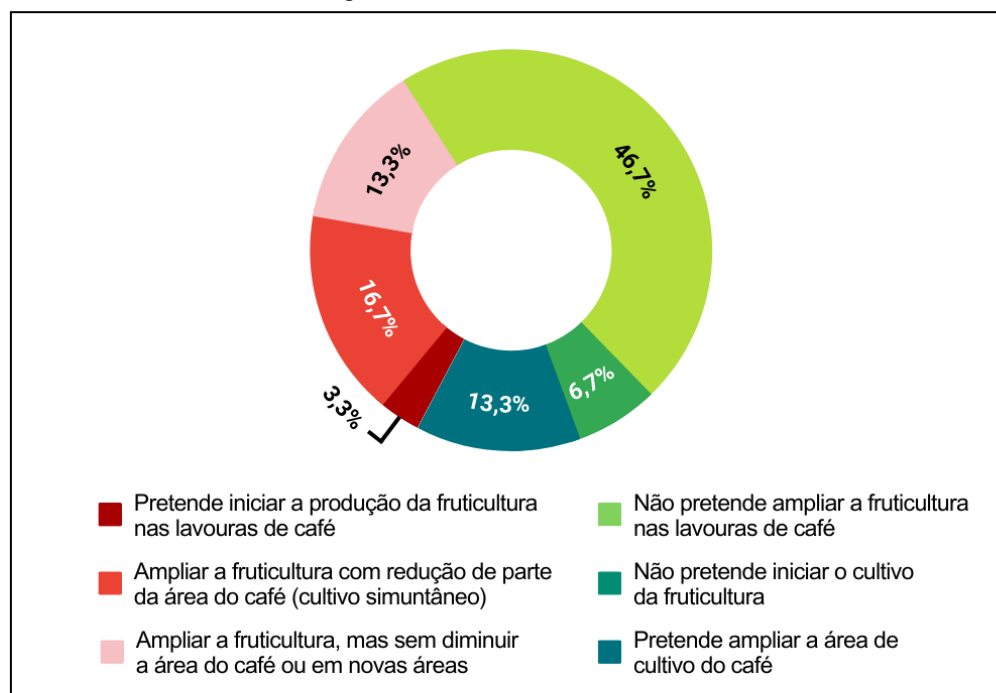
A dinâmica da produção cafeeira no Distrito de Mato Grosso, visto anteriormente, está intimamente interligada com as condições histórico-sociais, culturais e econômicas. Diante desse contexto, as mudanças, consideradas cíclicas, muitas vezes são as únicas opções, até então, encontradas pelos agricultores locais para a aquisição e manutenção de uma renda familiar.

Apesar da diminuição da área do cultivo do café dos últimos anos, o aumento da cotação do produto influenciou, novamente, o surgimento de um novo panorama: o retorno da produção cafeeira em áreas de ocorrência de introdução da fruticultura realizada em anos anteriores. Foi verificado também, que houve a ampliação das lavouras cafeeiras já existentes, algo inimaginável até pouco tempo. Tais fatos revelam como a condução do mercado e a maleabilidade do preço do produto, classificado como a segunda *commodity* mais volátil do mundo, sendo influenciada tanto pela dinâmica interna, quanto mundial, continua alterando a produção das propriedades, em diversas escalas e em diversos estágios.

De acordo com os dados coletados durante a pesquisa de campo (questionários - apêndice A), apresentados no gráfico 12, em conjunto, apenas 20% dos produtores locais possuem a intenção de introduzir práticas que refletem na diminuição da área cafeeira nos próximos anos: início do cultivo da fruticultura; ampliação da fruticultura nas lavouras de café. Por outro lado, a soma das ações que possibilitaram o aumento da fruticultura, mas sem impactar a lavoura cafeeira, deteve 13,3% das intenções dos produtores. As respostas que estabeleciam a manutenção da fruticultura nas condições atuais, somaram 53,4%. Já os procedimentos que, eventualmente, irão possibilitar o aumento da área de produção do café, por sua vez, representaram 13,3%. Juntos, com um montante de 80%, essas ações representam condições favoráveis para o resgate e fortalecimento da cafeicultura local, a curto e médio prazo.

Esse novo panorama, revela uma pequena diminuição da influência da fruticultura no distrito, ao mesmo tempo que a cafeicultura retoma parte da importância na produção agrícola local.

Gráfico 12: Perspectivas para o futuro da produção agrícola no Distrito de Mato Grosso, de acordo com os agricultores - fruticultura e cafeicultura.



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Sobrepondo os dados do gráfico 12, com as informações presentes nos gráficos 08 e 10, do capítulo anterior, verifica-se que as novas transformações no espaço produtivo tanto de Rio de Contas, e, mais precisamente, no Distrito de Mato Grosso, já estão em andamento. Do mesmo modo, essa análise sobreposta revela também que, na ausência de fatores extremos condicionantes, provavelmente irá prevalecer a manutenção duradoura de um espaço de produção com ambos os cultivos, que já é realizada pela maior fração de agricultores locais.

Dentre os fatores condicionantes para a nova dinâmica da produção, verificada nos três últimos anos (2020, 2021, 2022), foram identificados que: além dos fatores citados anteriormente, como o aumento do valor final do café e a grande concorrência do comércio das novas culturas com outros centros de produção; as condições adversas de adaptações das plantas frutíferas em determinadas zonas do espaço produtivo do distrito, a instalação de uma pequena indústria de torras de cafés no município de Rio de Contas; as perspectivas de conclusão da instalação da torrefação no distrito; o surgimento de marcas de cafés locais com a utilização de matéria prima proveniente do próprio distrito (tabela 04, página seguinte); além do fortalecimento e valorização da cultura cafeeira. Ambos, apesar da diminuição da produção cafeeira verificada na última década, figuram-se como os principais

aspectos da estabilização da produção do café no Distrito de Mato Grosso e em todo município de Rio de Contas verificada no último ano. Além disso, tais fatores estão viabilizando as projeções do aumento da produção cafeeira para os próximos anos nesses locais, sobretudo dos cafés com melhores níveis de qualidade. Isso nos mostra a intensa e cíclica reorganização da produção cafeeira local.

Embora a produção do café em Mato Grosso (após sua (re)introdução) já tenha atingido meio século de existência, somente agora é que houve, com ampla difusão, o surgimento de marcas que mencionam em seus rótulos que a matéria-prima utilizada tenha sido produzido no local (origem do café), algumas delas, inclusive, estabelecidas no próprio distrito, já se destacam em concursos nacionais e internacionais de qualidade do produto.

Tabela 04: Marcas de cafés com indicação de origem de matéria-prima proveniente da produção familiar do Distrito de Mato Grosso, Rio de Contas - BA, no ano de 2022.

Marcas	Início das Atividades	Linhas	Mercado	Produtor(a)/Responsável
Café Flor do Mato	2019/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Clássico • Especial 	Nacional	Olívia Ramos
Café Blenditto	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Alma Quente 	Nacional	Lucas Campos
Cafe Mafra	2021/2022	<ul style="list-style-type: none"> • Dark • Gourmet • Especial 	Nacional e Internacional	Valgleber Mafra
Café Alto da Chapada	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Tradicional 	Nacional	Claudenilson Mafra (Nem)

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Além da atuação dessas marcas no mercado convencional, foi verificado também a existência da associação de algumas delas, a partir da produção especializada da matéria-prima (café), através da comercialização no formato *co-branding*¹⁷ com grandes marcas nacionais e multinacionais do ramo, prática crescente nesse mercado.

Anterior a esse novo cenário, a maior fração da produção cafeeira do distrito, já analisada ao longo desta pesquisa, tinha como principal destino a venda direta aos transportadores e uma pequena parcela para o autoconsumo, havia também a comercialização do produto final informalmente no local, sem as devidas indicações

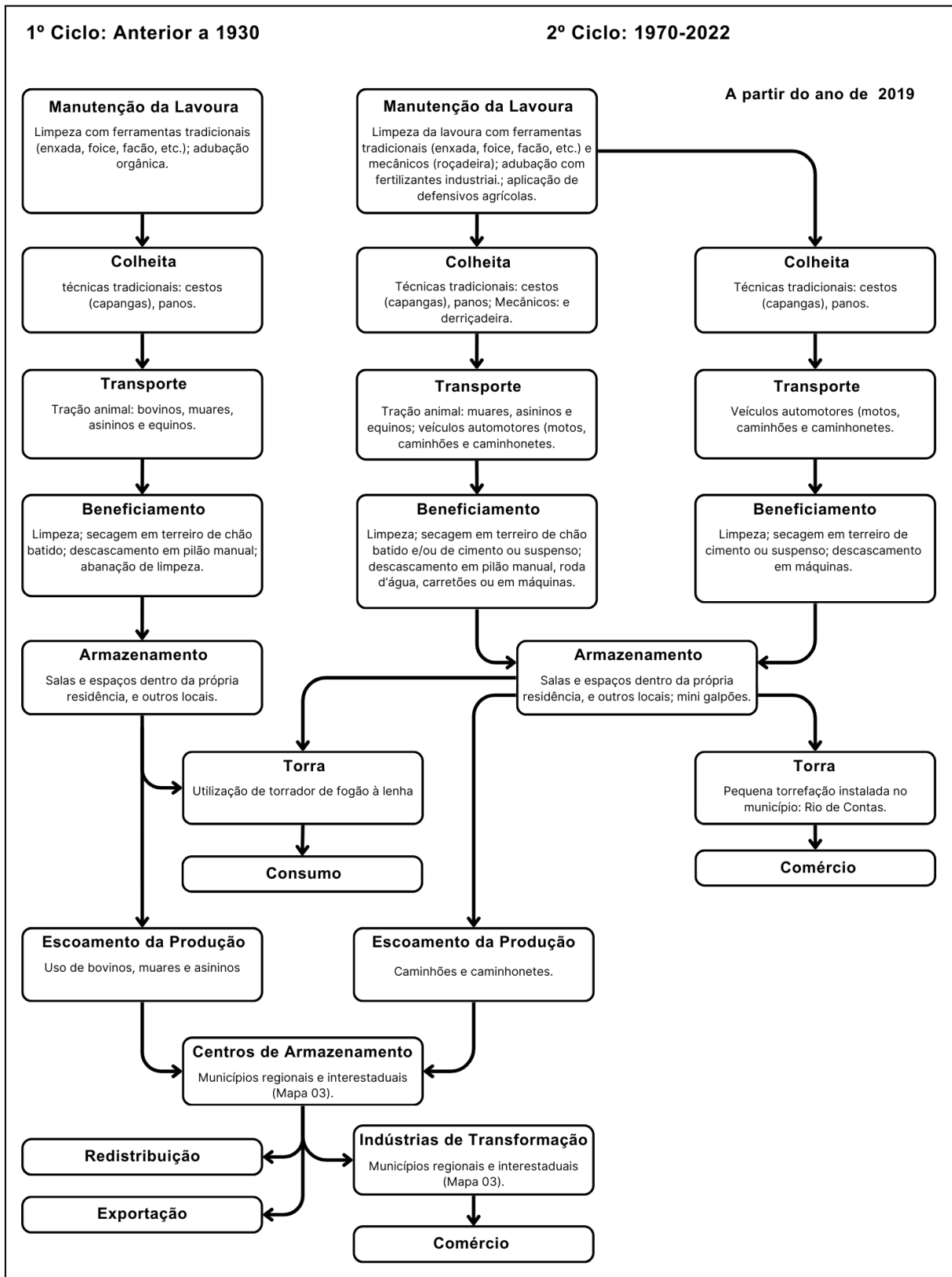
¹⁷ *Co-branding* é a associação de duas ou mais marcas distintas para desenvolver um produto ou serviço que ofereça duplo valor agregado ao consumidor.

de origem. Apesar dessas condições, principalmente a primeira, que ainda se apresenta fortemente nos dias de hoje, a chegada das novas marcas de cafés está possibilitando não só a expansão do cultivo, mas também a associação direta da produção cafeeira com o próprio distrito, ressignificando, conseqüentemente, os traços culturais, cada vez menos difundidos no local.

Apesar das novas marcas de cafés figurarem como microempresas individuais, as mesmas, já estão contribuindo positivamente, através da aquisição de parte da matéria-prima diretamente com os agricultores, para a transformação da produção cafeeira local. É importante salientar ainda que, a compra desses produtos por essas marcas, no entanto, não representa a totalidade da matéria-prima utilizada, pois, com base na própria produção familiar, alguns dos responsáveis pelas mesmas, também produzem de forma ativa os próprios cafés comercializados. Essas marcas, ao mesmo tempo que estão colaborando com as mudanças no espaço produtivo local, são responsáveis também, pela introdução de novas técnicas especializadas para o melhoramento do manejo e da qualidade do produto final. Diante dessa nova realidade, foi verificada então, uma pequena, mas significativa ruptura do circuito produtivo da produção cafeeira do distrito, que por tanto tempo os agricultores familiares locais estavam submetidos.

Os efeitos dessa dinâmica estimulam o surgimento de novas e animadoras perspectivas para o futuro da produção cafeeira e para os agricultores locais. Por outro lado, a maior parcela desses, ainda continuam “reféns” do sistema dos circuitos produtivos então identificados ao longo desta pesquisa, sendo caracterizado pela(o): a) produção familiar de baixo valor agregado; b) lucro significativo dos transportadores/atravessadores sobre os produtos transportados; c) transformação da matéria-prima de origem local, em indústrias com sede em outras cidades; d) comércio e o lucro em cima dos produtos acabados, inclusive consumidos pelos próprios agricultores produtores; d) dinâmica da exportação, que levam os melhores produtos para o mercado global. Fatores esses, já identificados e discutidos ao longo desta pesquisa, amplificaram, ainda mais, as desigualdades na cadeia produtiva do café local, na qual se transformou, e continua a ser modificada para atender não só ao mercado, mas também as novas demandas da produção (fluxograma 01):

Fluxograma 01: Cadeia de produção do café no Distrito de Mato Grosso, (ciclos de produção local).



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2023).

Com base nesse quadro, verifica-se, portanto, a necessidade de profundas mudanças no referido sistema de produção do distrito, com o objetivo de ampliar a

autonomia, o reconhecimento e a obtenção de renda pelos próprios produtores, além de difundir, ainda mais, a cafeicultura, a fruticultura e as demais produções agrícolas (co)existentes no distrito.

Para que a produção cafeeira e de outros alimentos no Distrito de Mato Grosso possa alcançar uma relativa organização da estrutura produtiva, visando a atender os objetivos elencados anteriormente, de forma semelhante às ações já verificadas em outros espaços produtivos do país, inclusive em municípios produtores de café do entorno, ocorre a necessidade de uma grande reformulação na dinâmica produtiva local, dentre as quais: a) o fortalecimento da associação dos produtores¹⁸; b) a busca de incentivos e parcerias com entidades governamentais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar local; c) a promoção da educação com o uso de melhores técnicas de produção, inclusive agregando o próprio conhecimento popular; d) a busca da indicação geográfica da produção; e) entre outras ações. Essas, figuram-se como alternativas preliminares, para que enfim, os pequenos agricultores locais tenham uma maior autonomia sobre as condições impostas pelos circuitos produtivos então verificados.

Sobre este aspecto, a busca pela autonomia dos produtores rurais envolve toda uma reorganização (ruptura) da dinâmica intencionalmente instaurada para a manutenção da subordinação desses sujeitos. Para Oliveira (2015, p. 309-310):

[...] a construção da autonomização como processo e experiências de autonomias relativas em processos de subjetivação política, é forjada na própria relação de subalternidade/subordinação da classe trabalhadora em relação ao capital e à classe dominante, e portanto, ao Estado capitalista. É, desta forma, um processo de autonomização pelo qual subordinados/subalternos o deixam de ser.

Embora parte das mudanças possam ser praticadas de modo individual pelos agricultores, a união desses, por sua vez, geraria múltiplos resultados e formaria a unidade para o enfrentamento das várias condições impostas pelo mercado, papel este, praticado inclusive, por diversas associações de agricultores rurais espalhados pelo país, e, sobretudo, pelas cooperativas. De acordo com Perugini; Serra e Nóbrega (2011, p. 29):

Quando pequenos produtores rurais trabalham individualmente em seus lotes, utilizando seus próprios meios de produção e seu conhecimento

¹⁸ Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Mato Grosso (consultar pág. 55).

tecnológico, estão subordinados ao modo de produção mercantil capitalista, e obviamente terão dificuldades em concorrer com preços e qualidade dos produtos oferecidos pelas empresas capitalistas que utilizam mão-de-obra especializada, divisão social do trabalho, tecnologia e produz em larga escala para o mercado.

Essas condições, verificadas no espaço produtivo dos cultivos do Distrito de Mato Grosso, sejam eles, tanto durante o primeiro, quanto do atual ciclo da cafeicultura, mas agora também, com a fruticultura, fazem com que os produtores locais sejam amplamente subordinados ao mercado e ao capital (parte deste).

Ao aprofundar sobre as relações e nas marcas que esse mercado deixa nas pequenas atividades agrícolas, Bialoskorski Neto (1994) destaca, sem definir o tipo, modalidade ou seu formato, que a agricultura é um setor que interage, muitas vezes sem alternativa, fortemente com os mercados oligopolizados. Para esse autor, essa interação acontece, frequentemente, desde o início das atividades no campo, por meio da influência exercida diretamente na produção da matéria-prima, e vai até o processamento e a distribuição dos produtos acabados, sendo esses últimos, os principais estágios que determinam os preços dos produtos (Ibid.). Logo, assim como já verificado ao longo desta pesquisa, essas condições reforçam a existência de múltiplas camadas que interferem não só na própria dinâmica da produção dos pequenos produtores de Mato Grosso, mas também em todo o seu espaço produtivo, tanto do café, quanto dos demais gêneros agrícolas.

Diferentemente ao que é empregado em pequenos espaços de produção, como o recorte desta pesquisa, a agropecuária propriamente dita, por outro lado, para Bialoskorski Neto (Ibid., p. 10): “[...] tem uma estrutura de mercado bastante atomizada tendendo a ser competitiva, caracterizando-se, portanto, como ‘tomador’ de preços, tanto no nível da compra de insumos como na venda da produção”. Diante disso, ocorre, portanto, a necessidade de um conjunto de ações e de atividades para equalizar as referidas condições. O autor completa:

Esta é, portanto, a principal razão para existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas, pois estas possibilitam uma diminuição de riscos e uma agregação de valor para os produtores rurais que isoladamente, em muitos casos, não teriam condições favoráveis de relacionamento com estes mercados oligopolizados (Bialoskorski Neto, 1994, p. 10).

Neste sentido, a formação das cooperativas elevaria não só o papel dos próprios produtores de base, mas também as condições de trabalho e o valor de

mercado da sua produção. Diante desse aspecto, verifica-se que, de forma semelhante aos preceitos que regem o estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale¹⁹, de 1844 — pioneira do cooperativismo —, a estrutura cooperativa possibilita, além da obtenção de melhores condições de trabalho, a diminuição das desigualdades e interferências do mercado na cadeia de produção, e a consequente promoção do fortalecimento da coletividade.

Embora as questões da prática cooperativista moderna tenham sido implementadas durante o término da primeira grande Revolução Industrial (1760-1850), somente no ano de 1995 é que foram estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os sete princípios do cooperativismo, promovendo o direcionamento e a organização das cooperativas em todo o mundo. Entre os princípios definidos pela Aliança, estão: 1) a adesão voluntária e livre; 2) a gestão democrática pelos cooperados; 3) participação econômica dos cooperados; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) cooperação entre cooperativas (intercooperação); 7) e o interesse pela comunidade.

De acordo com a definição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as cooperativas são classificadas como uma sociedade de natureza civil, formada por um número mínimo de membros (20), gerida de forma totalmente democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns (Sebrae, c2021). Estas instituições, amplamente difundidas por diferentes setores da economia, oferecem alternativas para o modelo de negócio tradicional, focando na igualdade econômica e benefícios compartilhados entre seus membros. Neste sentido, as cooperativas, de modo geral, se baseiam em valores que visam a solidariedade, a equidade e ajuda mútua, e, muitas vezes, figuram-se como uma maneira eficaz de capacitar as comunidades e seus indivíduos, proporcionando-lhes um maior controle sobre seus recursos e economias.

Do mesmo modo, as cooperativas agrícolas — um dos segmentos das estruturas cooperativistas — reúnem agricultores e produtores rurais com o objetivo de colaborar e atingir objetivos comuns relacionados à produção, processamento,

¹⁹ Instituição criada em 1844 por 28 operários, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, é reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a “Sociedade dos Probos de Pioneiros Rochdale” (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited). Esses operários enxergaram o associativismo como forma de contornar, por meio da compra e venda comum de mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados, fornecendo ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico.

transporte, comercialização e distribuição dos produtos. De acordo com Görgen e Stédille (1991, p. 136), de forma elementar, consideram que:

[...] a cooperação é o jeito de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, [...], comprar máquinas, e até chegar ao ponto de ter a terra também em conjunto. Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer. Porque se consegue somar mais dias de serviço e aplicá-los em capital.

Diante disso, embora a implantação das ações preliminares (indicadas anteriormente) para modificar a dinâmica da produção do Distrito de Mato Grosso, representem passos fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar do local, a introdução de uma estrutura cooperativa figuraria como um elemento essencial de atuação que não só atenderia as referidas ações, mas também várias outras demandas da comunidade, tanto para a produção cafeeira, quanto para a produção dos demais gêneros agrícolas.

A introdução de uma cooperativa agrícola no distrito possibilitaria o fortalecimento dos agricultores a partir do trabalho conjunto, trazendo, ao final, o mútuo crescimento social e econômico. Nesse aspecto, Görgen e Stédille (Ibid., p. 137) reafirmam que, em um mercado cada vez mais competitivo, a cooperação é, portanto: “[...] a única saída para o pequeno agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção. E não se deixar vencer pelos maiores”. Na mesma linha, de Perugini; Serra e Nóbrega (2011), a introdução da estrutura cooperativista significaria, portanto, a saída para o fortalecimento dos próprios agricultores e da pequena propriedade rural

Neste sentido, para que a implantação dessa estrutura em Mato Grosso possibilite consolidar e estimular a produção local, antes, é necessário conhecer, como as cooperativas que já atuam no setor, desenvolvem as suas atividades, servindo como modelo preliminar a ser empregado. Ambas as análises das cooperativas utilizadas nesta pesquisa, servem apenas para fundamentar as potenciais ações a serem concretizadas no projeto proposto.

Com base nas transformações em seus espaços de atuação, foram selecionados os trabalhos de duas cooperativas agrícolas: uma, voltada para a produção diversificada de gêneros agrícolas e seus derivados — a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória); e a outra, com a produção de cafés

e demais produtos — a COOPIATÃ (Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã).

De início, a partir da análise das ações realizadas por ambas as cooperativas, foi verificada, de forma preliminar, que da mesma forma que preconiza a definição do termo, ambas desempenham o papel na luta pela igualdade no campo, o respeito aos produtores rurais, e estimulam a importância do trabalho da agricultura familiar exercida pelos seus membros (Perugini; Serra; Nóbrega, 2011; COOPIATÃ, c2023). Isso nos revela que, além das ações voltadas para aquisição coletiva de rendimentos, coexiste também, principalmente, o caráter social empregado pelas mesmas.

Fundada no ano de 1993, no município de Paranacity, estado do Paraná, a COPAVI iniciou suas atividades através de grupos de famílias assentadas por meio da ocupação de terras, antes, tomadas pela produção cafeeira, e, posteriormente pela cultura canavieira, da Fazenda Santa Maria (Perugini; Serra e Nóbrega, 2011). Em um contexto de lutas, fazendo valer a Constituição Federal de 1988, essas famílias, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ganharam o direito de se estabelecer no local e desenvolver suas mais variadas atividades, entre elas, a moradia e a produção de alimentos para a subsistência.

Antes disso, em 1960 no Brasil, e, na década seguinte, no próprio estado do Paraná, em um contexto de ampla modernização do campo através da implementação de novas práticas agrícolas, como a mecanização, culminaram grandes migrações populacionais da população rural para os centros urbanos, e, por consequência, fez com que ampliasse a concentração fundiária (Ibid.). Essas ações, sobretudo a mecanização, que ocorreram em várias localidades no estado do Paraná, não foi o elemento determinante de estímulo à migração (fragmentada) que ocorreu, e ainda ocorre, no Distrito de Mato Grosso, mas a falta dela, diante do aspecto de competição com outros centros produção, e outros fatores, como a oferta de trabalho e melhores condições de vida e de enriquecimento econômico dos centros urbanos, é que fomentaram a existência da mesma. Para Carvalho (2009, p. 5), todo e qualquer processo que promova, seja ele de natureza política ou econômica, a expulsão dos produtores familiares da terra, é: “[...] uma violência contra essas famílias e uma negação da possibilidade de se implantar novas formas de produzir no campo diferentes daquelas impostas pelas classes dominantes”.

Logo, para mitigar os impactos das migrações e a influência do agronegócio sobre as pequenas propriedades, surgiu no meio rural paranaense a necessidade de se iniciar projetos que permitissem contornar os problemas impostos pelo mercado do capital. Segundo Perugini; Serra e Nóbrega (2011), houve então a contestação das práticas estabelecidas, visando a implantação de projetos voltados para que os pequenos produtores e trabalhadores rurais pudessem competir com igualdade com as lavouras modernizadas, sendo um deles, a cooperativa (Ibid.).

Diante dos benefícios obtidos pelo trabalho coletivo de uma cooperativa, verificados anteriormente, após a instituição da COPAVI, os trabalhadores assentados se dedicaram à produção de hortaliças, banana e derivados, leite pasteurizado e derivados de cana. Segundo Perugini; Serra e Nóbrega (Ibid.), foi verificado que a cada ano a cooperativa atinge resultados promissores, ao passo que fomenta também o desenvolvimento local, fortalecendo as práticas da agricultura familiar exercida pelos membros (Ibid.). Essas condições revelam que, de maneira organizada, a eficiência desse tipo de estrutura pode ser usada como modelo para a implantação em vários outros espaços produtivos no país.

Em Mato Grosso, apesar das diferenças quanto ao uso e a origem da propriedade do solo, a organização instituída pela COPAVI com a produção de frutas e hortaliças, além de verduras e leguminosas, poderia também ser empregada pelos agricultores do distrito, visando estabelecer a cooperação, a agregação de valores aos produtos cultivados, a diversificação da produção, a introdução de novas técnicas de cultivo, mas também a da transformação de parte dos produtos para a fabricação de derivados. Isso nos revela as inúmeras possibilidades favoráveis caso essas ações sejam incorporadas pela agricultura local.

Já a COOPIATÃ, por sua vez, voltada para o cultivo e produção do café, fruto do também trabalho artesanal das famílias de pequenos produtores, está estabelecida no município de Piatã, região centro-oeste do estado da Bahia. A cooperativa, fundada no ano de 2016, tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento da produção cafeeira dos pequenos agricultores locais (COOPIATÃ, c2023).

Além de estimular o crescimento da produção de cafés, sobretudo os especiais, com base na análise qualitativa das ações realizadas divulgados em suas redes sociais (Instagram, Facebook), a cooperativa desempenha uma série de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura na sua área de atuação (Ibid.).

Dentre as quais: a) a valorização da cafeicultura e da agricultura familiar local; b) a busca de recursos, inovações tecnológicas, e melhores condições para os agricultores por meio do trabalho coletivo; c) produção e comercialização de cafés e de outros alimentos derivados; d) produção colaborativa associada com outras marcas (*co-branding*); e) promoção da educação no campo, melhorando o manejo e a produção; f) a realização de oficinas, assistência técnica e extensão rural; g) especialização de melhoramento da qualidade do café (processos); h) participação em feiras, encontros e campanhas de desenvolvimento; i) parceria colaborativa com entidades do poder público e privado; exposição e comércio dos produtos em feiras e eventos; j) participação e fomento dos produtores em concursos de produtores de cafés, tendo como objetivo promover a nível local, nacional e internacional o trabalho realizado pela cooperativa, e, principalmente, os seus produtos; k) atuação conjunta por meio da parceria mútua colaborativa com demais setores econômicos: turismo rural, produções artísticas, etc.; l) entre outros. A gama de ações realizada pela cooperativa, além de estimular o desenvolvimento da produção cafeeira local, estão sempre alcançando novos horizontes, onde ano após ano, atinge voos cada vez mais altos.

Embora a produção da cooperativa piatãense tenha como foco central a produção de cafés, a COPAVI, por sua parte, diversifica a produção com diversos gêneros agrícolas e seus derivados. A soma dessas ações revela as inúmeras possibilidades que a implantação de uma cooperativa agrícola no Distrito de Mato Grosso poderá fomentar tanto a visibilidade da comunidade perante a sua produção, o seu desenvolvimento, mas também garantir, melhores condições de renda dos possíveis agricultores membros. Para que esta proposta seja posta em prática, antes, é necessário um longo trabalho de análise e estudos técnicos voltados para a viabilidade da implantação da cooperativa, sendo a principal, o interesse dos próprios agricultores, com a finalidade de estabelecer diretrizes para o funcionamento, além de fundamentar ideias em parceria com os mesmos.

Diante das possibilidades, presume-se que a etapa mais desafiadora seja o modo de estimular esses agricultores para implantação da proposta, uma vez que esta, requer um grande esforço de reeducação das ações voltadas, antes, de modo individual (unidade familiar), mas agora, direcionadas para o bem coletivo. Por outro lado, uma vez que apresentada as condições favoráveis, certamente haverá um incremento considerável de agricultores apoiadores e membros do projeto. Diante

dessas dificuldades, verificadas nos pequenos espaços agrícola, Carvalho (2009, p. 10) pontua:

Não é, aparentemente, de todo difícil aos produtores rurais familiares compreenderem o que lhes falta, ainda que a consciência da ausência de algo, seja de caráter objetivo ou subjetivo, pressuporia a concepção, mesmo que precária ou insuficiente, de um todo desejável que represente subjetivamente um referencial a ser alcançado. Mesmo assim, o grau de desejos e aspirações das pessoas e famílias depende das socializações vivenciadas pelas individualidades, socializações essas que são influenciadas pelos valores do universo familiar, social e cultural em que se desenvolveram tais pessoas, e das relações sociais de produção a que se encontrem submetidas, de maneira voluntária ou involuntária.

Embora os desafios façam parte da trajetória, a proposta da implantação da cooperativa e os consequentes benefícios trazidos pela mesma, da mesma forma que mudaram o destino do cooperativismo empregado pela COPAVI e pela COOPIATÃ, apresentadas anteriormente, poderá estimular, além do desenvolvimento local e melhores condições de renda das famílias, vários outros aspectos. Diante disso, a partir da análise dos resultados da pesquisa elencamos, como medida de intervenção da influência dos circuitos produtivos no Distrito de Mato Grosso, por meio da introdução da estrutura cooperativa, as seguintes ações:

- Valorização do trabalho familiar desenvolvido no local;
- Ampliação e melhoramento da capacidade produtiva;
- Aquisição de recursos para financiamento e compra de máquinas, equipamentos e insumos, a serem utilizados pelos agricultores;
- Negociação de preços dos itens produzidos diretamente com os compradores, e do outro lado, com os vendedores e fabricantes dos insumos agrícolas;
- Qualificação da produção local, visando atender novos mercados, inclusive associada às outras marcas;
- Obtenção do reconhecimento regional e nacional, ou até mesmo, internacional da produção de cafés, e dos demais produtos agrícolas;
- Fomento para o desenvolvimento de pesquisas de melhoramento das técnicas e práticas de manejo no campo, visando, sobretudo, a diminuição de custos da produção, como a fabricação de pesticidas, adubos fertilizantes, etc.;
- Estímulo ao desenvolvimento local por meio do acesso às novas ferramentas e tecnologias, além da implantação de uma pequena agroindústria voltada para a

transformação das matérias-primas diretamente no próprio distrito, objetivando agregar valor à produção através da fabricação de novos produtos (derivados);

- Assegurar a ocupação e/ou emprego dos membros filiados e demais colaboradores, além de subsidiar parte da formação acadêmica voltada para o meio rural dos mesmos, a fim de estimular a permanência no próprio distrito;
- Vinculação ao trabalho desenvolvido com os demais setores de atividades, a fim de proporcionar a colaboração mútua e o amplo desenvolvimento das partes (comércio, turismo, entre outros), seja do setor público, quanto do privado;
- Promoção, de forma complementar, na (re)educação das práticas agrícolas direcionadas para a valorização do trabalho dos agricultores, além de introduzir estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável;
- Realização de oficinas, encontros e feiras, com o objetivo de incentivar e dar visibilidade aos cultivos empregados pelos agricultores locais, e seus produtos;
- E por fim, o aumento da fonte de renda dos agricultores e trabalhadores afiliados;
- Entre outras(os) ações/fatores.

De forma conjunta, cada ação possibilitará uma significativa ruptura das práticas de “desvio”, mesmo que de forma comercial, das riquezas locais, que já são realizadas no distrito desde o período das intensas explorações auríferas, até a produção cafeeira, e, mais recentemente, com a fruticultura. Essas atividades — discutidas ao longo desta pesquisa — foram, e, continuam sendo amplamente influenciadas pelas condições do mercado do capital, com raízes históricas coloniais: explorador da mão de obra, dos recursos e dos lucros, que de fato deveriam ser destinados aos trabalhadores e pequenos agricultores do local, e de diversas partes do mundo, de forma mais democrática, justa e equitativa. E, para além do fator econômico:

Mesmo que os produtores rurais familiares tenham consciência da outra classe social que lhe explora, essa percepção numa primeira instância (sentir-se explorado e compreender os mecanismos da exploração) deve alcançar uma instância mais ampla de sentir-se explorado como parte de uma classe social, e que suas lutas sociais só poderão superar esse processo de exploração na luta mais ampla da classe social a que pertence (Carvalho, 2009, p. 14).

Portanto, a luta pela não submissão às condições impostas pelo mercado, mesmo que inserido no sistema econômico regido por ela, ou seja, fazendo parte da mesma, que tanto transformou e transforma, modifica, e altera o campo “de cima para baixo”, através do empresariado, das classes dominantes e da dinâmica econômica global, a luta também deve ser direcionada para a própria consciência de classe da qual as famílias que produzem em pequenas propriedades pertencem, seja pela sua força unificadora, mas também pela terra, pelo bem-estar coletivo, e, de forma geral, para a sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a influência do mercado atinge vários setores da economia, seja no setor primário, a partir da produção da matéria prima, posteriormente transformada nas indústrias do setor secundário, até chegar ao comércio final, terceira e última etapa dessa cadeia de produção, mais conhecida. Analisamos como o poder do capital está presente na maioria dos segmentos que compõem esses respectivos setores, ao passo que determinam e moldam a produção, nas mais distintas formas, de “cima para baixo”.

No setor agrícola, o capital muitas vezes modifica, altera, explora, subalterna, e geram inúmeros impactos sociais, ambientais e econômicos. No Distrito de Mato Grosso, esses fatores, verificados por meio das ações dos circuitos produtivos, estão intimamente interligados à produção cafeeira, e, mais recentemente, na produção dos demais gêneros agrícolas (fruticultura). Essa condição nos revela, para além de reconhecer a existência da força dominante causadora de inúmeros impactos no local, a partir dos processos de exploração, muitas vezes indiretamente, dos produtores rurais familiares, constatado pela pesquisa, causaram, ou muitas das vezes foram os fatores determinantes: pelo êxodo rural fragmentado; na desintegração das famílias; na falta de mão de obra; na perda das características tradicionais nos processos de produção; pelas dificuldades nas compras de materiais e dos insumos; pelo controle da venda da produção; pelo estímulo das contínuas e cíclicas transformações do espaço agrário local. E muitos outros fatores que transformou, durante muito tempo, e continua agindo, na produção agrícola do Distrito de Mato Grosso, e, muito provavelmente, em várias outras localidades espalhadas pelo país.

A ativa ação dos circuitos produtivos no local, estruturada na figura dos transportadores/atravessadores, das indústrias de transformação e de produção de insumos, do comércio exportador, e de tantos outros agentes que fazem parte desses sistemas, deixaram a produção agrícola familiar local altamente subordinada às condições impostas pelo capital. Cada uma das referidas etapas, ou engrenagens, extraem para si, a maior parcela dos lucros e dividendos da cadeia de produção, restando aos agricultores produtores, apesar da sua extrema importância, a menor parcela de valor do produto comercializado, reflexo do baixo valor agregado

na produção da matéria-prima. Nesse jogo, como verificado, frequentemente saem ganhando os atores e/ou os espaços estabelecidos nas posições dominantes.

Diante das dificuldades encontradas pelos pequenos produtores do distrito de competirem em igualdade e com outros espaços de produção e pela ruptura da dependência do mercado do capital, sendo este, representado pelos circuitos produtivos, a busca por alternativas que buscassem a autonomia da produção local, tanto a cafeeira, quanto dos demais produtos, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da introdução de novas técnicas de manejo, pelo equilíbrio, união, e, sobretudo, o desenvolvimento, tornaram-se os elementos centrais para a ruptura das forças que tanto dominaram e transformaram o espaço agrícola e as relações sócio-culturais e econômicas do local.

Para tal, a figura da cooperativa tornou-se a peça central para vislumbrarmos possibilidades de enfrentamento às condições de subalternidade dos agricultores do Distrito de Mato Grosso, identificadas, e discutidas ao longo desta pesquisa. Esta estrutura de cooperativas, amplamente estabelecidas em diversas atividades econômicas, ainda se faz ausente, porém, em diversos espaços e segmentos da sociedade, como é o caso do Distrito de Mato Grosso. Embora a produção do local seja amplamente difundida e reconhecida no mercado regional, os agricultores não possuem autonomia em relação à sua produção, o que reproduz e intensifica a atuação do mercado do capital sobre os mesmos.

Neste sentido, a introdução de uma estrutura de cooperativa, como verificado, que apesar dos desafios, não só pode trazer benefícios para produção agrícola empregada no local, mas também fortaleceria a identidade do produtor e da sua produção, geraria renda, unidade, e desenvolvimento para toda a localidade. Estabelecendo e proporcionando, portanto, não só a ruptura das ações impostas pelo mercado, mas também equidade participativa das ações, dos rendimentos e do controle sobre os produtos por eles cultivados.

Para além de todas as ações, há a necessária construção reflexiva envolta do (re)conhecimento dos agricultores das ações das forças que agem sobre os mesmos, que tanto modificou e modifica, e, sobretudo, que regem o espaço agrário, cafeeicultor, fruticultor e de tantos outros produtos cultivados no distrito. Parte também pela busca da consciência desses, como agricultores como tal, na busca da solução não só dos problemas crônicos verificados, mas também do aprendizado para o enfrentamento das futuras condições, potencialmente semelhantes, que virão

a ser inseridas no local. Portanto, e no mesmo sentido, a concepção de união dos agricultores do distrito voltados para a luta e busca de objetivos comuns, proposto por meio da cooperação, interage a partir da construção da unidade integradora que visa a conquista, a autonomia, e a relativa liberdade das condições impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Fernando Antônio Gonçalves. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em:
http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/41961/9/4.EVOLUCAO_ECONOMIA_BRASILERA.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas - Bahia, século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11233/1/Disserta%20a7%20a3o%20Alforrias%20em%20Rio%20de%20Contas-K%20Lorena%20arquivo%20anico.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em:
<https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BAHIA. Edição especial do centenário [jornal]: 2 de julho de 1923. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador-BA: Imprensa Oficial, 2 jul. 1923. Disponível em:
https://www.google.com.br/books/edition/Diario_oficial_do_estado_da_Bahia/Nyt-AAAMA AJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=rio+de+contas+caf%C3%A9&pg=RA1-PA549&printsec=frontcover. Acesso em: 02 ago. 2023.
- _____. Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1992 - 1995 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador-BA: Imprensa Oficial, 17 dez. 1991. Disponível em:
<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-6349-de-17-de-dezembro-de-1991>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- _____. **Secretária da Cultura**: Divisão Territorial da Bahia. [s.l.]. Disponível em:
<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BARROS, Francisco Borges de. Esboço Corográfico da Bahia. **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, Bahia, ano 1, vol. 2, p. 60-82, 1917. Disponível em:
http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/9/0/4/904a713c6d455f485077392fc6ea51283ac0852c9cc66dd742151d5fbbeddc4ac/BR_BAAPEB_APEB_PUB_ANS_02.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.
- BCB – Banco Central do Brasil. **Cotações e Boletins**: dólar americano – maio / 2020 - abr / 2022. c2023. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>. Acesso em: 13 out. 2023.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Agribusiness Cooperativo**: economia, doutrina e estratégias de gestão. 1994. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1994. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20181127-161218/publico/Bi_aloskorskiNetoSigismundo.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: p. 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11326&ano=2006&ato=981MTRU5kMRpWTf02>. Acesso em: 26 set. 2023.

CARVALHO, Augusto. Cidades do Café: Rio de Contas (BA), onde comunidades quilombolas e portuguesas se unem em torno do café. **Perfect Daily Grind**. [S.l.], set. 2022. Disponível em: <https://perfectdailygrind.com/pt/2022/09/22/cidades-do-cafe-rio-de-contas-ba-onde-comunidades-quilombolas-e-portuguesas-se-unem-em-torno-do-cafe/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CARVALHO, Horacio Martins de. De Produtor Rural Familiar a Camponês. A Catarse Necessária. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: mar. 2009, Curitiba, 26 fev. 2009. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

CHARLOTTE LANDAU, Elena *et al.* **Concentração Geográfica da Agricultura Familiar no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/200549/1/doc-155.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

COOPIATÃ, Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã. Piatã, c2023. **Facebook**: Coopiatã. Disponível em: <https://www.facebook.com/coopiata/>. Acesso em: 27 out. 2023.

CUTRIM CARVALHO, André; CARVALHO, David Ferreira; CORREA CASTRO, Auristela. A Concepção de Movimentos Cíclicos em Tempos de Crise Pandêmica: implicações socioeconômicas da Covid-19 no Brasil. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 106-135, set. 2022. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-00062022000300106&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2023.

ELIAS, D. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. 1 ago. 2006a, vol. 10, n. 218 (03). ISSN: 1138-9788. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. Ensaio sobre os Espaços Agrícolas de Exclusão. **Revista NERA**. Presidente Prudente. ano 9, n. 8, p. 29-51, jan.-jun. 2006b. ISSN: 1806-6755. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Elias.PDF>. Acesso em: 15 out. 2023.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de Classificação de Solos**. Brasília: EMBRAPA, c2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/solos/sibcs>. Acesso em: 15 set. 2023.

EQUIPE SEI. **Movimentos Migratórios Interestaduais na Bahia, entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010**: uma análise da migração de data fixa. Salvador: SEI, jun. 2014. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_09.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

FALCÃO, Theophilo Borges. Vida Econômica e Regime Fiscal. *In*: **Diário Oficial do Estado da Bahia**: edição especial do centenário [jornal]. 2 jul. 1923. Salvador, Bahia: Imprensa Oficial, p. 42-43. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Diario_oficial_do_estado_da_Bahia/Nyt-AAAMA AJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=rio+de+contas+caf%C3%A9&pg=RA1-PA549&printsec=frontcover. Acesso em: 02 ago. 2023.

FONSECA, Wéverson Lima *et al.* Causas e Consequências do Êxodo Rural no Nordeste Brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n.1, abr. 2015. p. 233-240. ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1422. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353243084_causas_e_consequencias_do_exodo_rural_no_nordeste_brasileiro_causes_and_rural_exodus_aftermath_in_north_eastern_brazil. Acesso em: 25 set. 2023.

GÖRGEN, F. S. A; STÉDILLE, J. P. **Assentamentos**: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados de Informações Ambientais - BDia**. Rio de Janeiro: IBGE, c2022. Disponível em: <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>. Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. **Censo Agropecuário**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, c2023. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2023.

_____. **Censo Demográfico**: séries históricas / 2010. Rio de Janeiro: IBGE, c2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 30 ago. 2023.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**: 2017 / IBGE. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

_____. **IBGE Cidades**: Rio de Contas. Rio de Janeiro: IBGE, c2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/rio-de-contas/panorama>. Acesso em: 10 out. 2023.

_____. **Produção Agrícola Municipal - PAM**: 1974-2022. c2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 04 set. 2023.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura Fundiária**: 2018. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 05 dez. 2023.

INCRA/FAO. Cardim, S. (INCRA) e Guanziroli, C. (FAO) (coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília. **Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. fev. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273298116_Reflexoes_de_agricultores_familiares_sobre_a_dinamica_de_fornecimento_de_seus_produtos_para_a_alimentacao_escolar_o_caso_de_Araripe_Ceara/fulltext/55f0421708ae199d47c1cf5c/Reflexoes-de-agricultores-familiares-sobre-a-dinamica-de-fornecimento-de-seus-produtos-para-a-alimentacao-escolar-o-caso-de-Araripe-Ceara.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023

LEME, H. de A. (1952). A evolução das máquinas de beneficiar café no Brasil. **Anais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**, v. 10, p. 3-30, 1953. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0071-12761953000100001>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MAFRA, Marisia Rosa. **Pesquisa sobre Memória Cultural do Arraial de Mato Grosso**. Rio de Contas: AMRC, 1980. Material de Consulta.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, V. S. (org.). *et al.* **Geoparque Alto Rio de Contas - BA**: proposta. [S.l.]. CPRM. 2017. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/18611>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MOREIRA, Fabiani Maria Hertmann. **A Trajetória da Indústria Brasileira**: da Colônia à República Velha. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/75227/FABIANI-M-HERTMA-NN-MOREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NASCIMENTO, Clarissa Dias. **Os Impactos da Guerra entre a Rússia e a Ucrânia no Mercado de Fertilizantes Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Exteriores) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32683/1/2022_ClarissaDiasNascimento_tcc.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7313/1/arquivo7676_1.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Renda da Terra. *In: _____*. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. cap. 6, p. 43-58.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As Políticas Públicas em Educação do Campo, entre a Subordinação e a Autonomia: o projoem campo – saberes da terra e sua implantação na paraíba no contexto da questão agrária**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <file:///D:/user/Downloads/R%20-%20T%20-%20MARA%20EDILARA%20BATISTA%20ODE%20OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PERUGINI, M. S.; SERRA, E.; NÓBREGA, M. T. A COPAVI e o Cooperativismo de Produção no Noroeste do Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 21-35, 24 mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12929/7249>. Acesso em: 23 out. 2023.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: brasiliense, 1980.

SAMPAIO, Theodoro. Viagem através da Chapada Diamantina em 1879. *In: _____*. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1906. parte 2, cap. 5, p.122-129.

SANCHES, Nanci Patricia Lima. **Os Livres Pobres sem Patrão nas Minas do Rio das Contas/Ba - Século XIX (1830-1870)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10863/1/Dissertacao%20Nanci%20Sanchesseg.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SANTOS, Márcio. **Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/publico/2010_MarcioRobertoAlvesdosSantos.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Cooperação | Cooperativa. Brasília: SEBRAE, c2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-cooperativas,c440438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 23 out. 2023.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47. Disponível em: <https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, Flávio de França *et al.* **Características das Principais Variedades de Café Cultivadas em Rondônia**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2004. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/54346/1/Doc93-cafe.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

SOUZA, G. S. *et. al.* Potencial de Mecanização das Lavouras Cafeeiras no estado do Espírito Santo. *In*: SILVA, Carlos Antônio Pelúzio; *et. al* (Org.). **29ª Semana Agrônômica do CCAE-UFES: plantando hoje as riquezas do futuro**. 2. ed. Alegre-ES: Caufes, 2018. p. 55-67. Disponível em: <file:///D:/user/Downloads/976-433-PB.pdf>. Acesso em 15 out. 2023.

VALVERDE, Orlando. **Estudo de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1985.

VILAS BOAS, L. G. Diferenças e Semelhanças entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Camponesa. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 28-73, 2022. DOI: 10.48075/geoq.v15i01.24963. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24963>. Acesso em: 29 set. 2023.

APÊNDICE A — QUESTIONÁRIOS: PRODUTORES

→ INÍCIO (MÓDULO A)

Nome do Entrevistado (com preservação da identidade na tabulação dos dados):

Zona de residência no distrito:

SEÇÃO 1

1.1 Atualmente, você possui alguma lavoura de café?

Não Ir para o módulo B

Sim Seguir para a Seção 10 - módulo A

SEÇÃO 10

10.1 Em qual ano foi iniciado o cultivo do café em suas lavouras?

Se antes de 1990, seguir para a questão 10.2. Após 1990, pular para a questão 10.3

10.2 Antes do café, qual(is) era(m) o(s) principal(is) produto(s) cultivado(s) em suas propriedades?

10.3 Qual(is) motivo(s) fez(fizeram) você introduzir o cultivo do café em suas lavouras?

10.4 Quantas lavouras de café você possui neste momento? E quais seus respectivos tamanhos (número aproximado) em hectares (caixa de dados B).

10.5 Qual(is) localidade(s) está(ão) situada(s) (zona)? - Detalhar cada estabelecimento rural. (caixa de dados B).

10.6 Quantos pés de café (estimado) ela(s) possui(em)? - Detalhar o quantitativo por estabelecimento rural (caixa de dados B).

10.7 Considerado a soma das colheitas em uma única safra, qual foi o ano com a maior produtividade (saca de 60 kg - seco)?

10.8 Em todo período da produção do café, qual ano você teve o menor número de produção (saca de 60 kg - beneficiado)?

10.9 Quais foram os números da sua produção de café nos dois últimos anos (2021/2022) (saca de café seco).

10.10 Você utiliza atualmente ou já utilizou algum item e/ou equipamento para a produção (colheita) do café? Se sim, quais?

10.11 Qual(is) o(s) meio(s) de transporte que você utiliza atualmente para levar a sua produção das lavouras até o seu local de armazenamento? E onde você costuma armazenar toda produção?

10.12 No último ano (2022), você contratou alguma pessoa em um dos seguintes processos do café: adubação, manutenção da lavoura (limpeza, poda, etc.), colheita?

Não Pular para a seção 11 (seguinte)

Sim Pular para a seção 17

SEÇÃO 11

11.1 Por qual(is) motivo(s) não houve a contratação de pessoal?

11.2. Em algum momento desde o início da sua produção de café, você já contratou algum trabalhador temporário?

Não Pular para a seção 12 (seguinte)

Sim Pular para a seção 18

SEÇÃO 12

12.1 Em algum momento você reduziu o tamanho das suas lavouras de café para a introdução de outras culturas de produção?

Não Pular para a seção 13 (seguinte)

Sim Pular para a seção 19

SEÇÃO 13

13.1 Houve a introdução de outras culturas para a produção simultânea com o café?

Não Pular para a seção 14 (seguinte)

Sim Pular para a seção 16

SEÇÃO 14

14.1 Futuramente você pretende inserir alguma nova cultura nas lavouras de café?

14.2 Você possui alguma propriedade onde cultiva alguma cultura que antes não havia café?

Não Pular para a seção 22

Sim Pular para a seção 15 (seguinte)

SEÇÃO 15

15.1 Quais localidades estão situadas? - Detalhar cada estabelecimento agropecuário (caixa de dados C).

15.2 Qual(is) cultura(s) foram introduzidas? - Detalhar a(s) cultura(s) em cada estabelecimento (caixa de dados C).

15.3 Quantos "pés" cada uma delas possui? - Detalhar o quantitativo de estabelecimento agropecuário (caixa de dados C).

15.3. Qual a quantidade produzida pelos (novos) produtos nos últimos dois anos?

15.4 Futuramente você pretende aumentar essa(s) nova(s) cultura(s) nas suas lavouras?

Pular para seção 21

SEÇÃO 16

16.1 Quais motivos influenciaram a introdução dessa(s) nova(s) cultura(s) nas lavouras de café?

Pular para seção 20

SEÇÃO 17

17.1 Quantas pessoas você empregou no último ano (valor médio)?

Pular para a seção 18 (seguinte)

SEÇÃO 18

18.1 Qual foi o ano que você teve o maior número de pessoas trabalhando em suas lavouras (número estimado)?

Voltar para a seção 12

SEÇÃO 19

19.1 Quais motivos influenciaram a diminuição das lavouras de café?

19.2 Houve a introdução de outras culturas para a produção simultânea com o café?

Pular para a seção 20 (seguinte)

SEÇÃO 20

20.1 Qual(is) cultura(s) foram introduzidas? - Detalhar a(s) cultura(s) em cada estabelecimento (caixa de dados B).

20.2 Em qual(is) dela(s) houve a produção simultânea ou diminuição? - Detalhar cada estabelecimento que houve a redução e produção simultânea (caixa de dados B).

20.3 Qual ano foi iniciado o cultivo da(s) referida(s) cultura(s) em sua(s) lavoura(s)? (caixa de dados B).

20.4 Quantos "pés" cada uma delas possui? - Detalhar o quantitativo de estabelecimento agropecuário (caixa de dados B).

20.5 Qual a quantidade produzida pelos (novos) produtos nos últimos dois anos?

20.6 Futuramente você pretende aumentar essa(s) nova(s) cultura(s) nas lavouras de café?

Pular para a seção 21 (seguinte)

SEÇÃO 21

21.1 No último ano, você contratou alguma pessoa em um dos seguintes processos: manutenção da lavoura e/ou colheita?

Não Pular para a seção 22

Sim ([continua](#))

21.2 Quantas pessoas você empregou no último ano (número médio)?

Pular para a seção 22 (seguinte)

SEÇÃO 22

22.1 Qual(is) era(m) e qual(is) é(são) - caso tenha ocorrido alguma mudança - o(s) principal(is) destino(s) da sua produção, pós beneficiamento do café?

22.2 Qual é o valor percentual da arrecadação da produção cafeeira na sua renda familiar (anual)?

Pular para a seção 23 (seguinte)

SEÇÃO 23

23.1 Além de você, mais alguma outra pessoa ou familiar é responsável e/ou trabalha ativamente na produção agrícola? E Indiretamente, nos demais serviços?

23.2 Você tem filho(s) residente(s) no distrito? Se sim, ele(s) colabora(m) com alguma atividade da sua produção agrícola, seja do café e/ou dos demais produtos?

23.3 Você tem filho(s) que reside(m) em outra(s) localidade(s)?

Não Pular para a seção 24.5 (seguinte)

Sim ([continua](#))

23.4 Em qual(ai) localidade(s)/cidade(s)?

23.5 Em algum momento da vida, você já residiu em outra(s) localidade(s)?

Não Pular para a seção 24 (seguinte)

Sim ([continua](#))

23.6 Em qual(ai) localidade(s)/cidade(s)?

SEÇÃO 24

23.1 Você já recebeu algum apoio técnico para o melhoramento da produção do café?

23.2 Você já utilizou algum serviço fornecido pela Associação de Produtores do Distrito?

Encerrar Questionário

Questionário Finalizado | Nota do entrevistado (colaboração para potencial retorno):

→ **FIM**

→ INÍCIO (MÓDULO B)

Nome do Entrevistado (com preservação da identidade na tabulação dos dados):
Zona de residência no distrito:

SEÇÃO 1

1.1 Atualmente, você possui alguma lavoura de café?

Não Seguir para a Seção 2 - módulo B Sim Ir para o módulo A

SEÇÃO 2

2.1 Em algum momento você já trabalhou com a produção de café?

Não Pular para a seção 3 (seguinte) Sim Pular para a seção 4

SEÇÃO 3

3.1 Por quais motivos você nunca trabalhou com produção cafeeira?

Pular para a seção 5

SEÇÃO 4

4.1 Em qual ano foi iniciado o cultivo do café em suas lavouras?

Se antes de 1990, seguir para a questão 4.2. Após 1990, pular para a questão 4.3

4.2 Antes do café, qual era o principal produto cultivado em suas lavouras?

4.3 Qual(is) motivo(s) fez(fizeram) você introduzir o cultivo do café em suas lavouras?

4.4 Por qual(is) motivo(s) você não trabalha mais com a lavoura de café?

Pular para seção 5 (seguinte)

SEÇÃO 5

5.1 Em algum momento você pretende ainda trabalhar com o café?

Não Pular para a seção 6 (seguinte) Sim Pular para a seção 6 (seguinte)

Talvez Pular para a seção 6

SEÇÃO 6

6.1 Além de você, mais alguma outra pessoa ou familiar é responsável e/ou trabalha ativamente na produção agrícola? E Indiretamente, nos demais serviços?

6.2 Você tem filho(s) residente(s) no distrito? Se sim, ele(s) colabora(m) com alguma atividade da sua produção agrícola, seja do café e/ou dos demais produtos?

6.3 Você tem filho(s) que reside(m) em outra(s) localidade(s)?

Não Pular para a seção 7(seguinte) Sim (continua)

6.4 Em qual(ai) localidade(s)/cidade(s)?

6.5 Em algum momento da vida, você já residiu em outra(s) localidade(s)?

Não Pular para a seção 7 (seguinte) Sim (continua)

6.6 Em qual(ai) localidade(s)/cidade(s)?

SEÇÃO 7

7.1 Você trabalha com alguma outra cultura (exceto horticultura)

Não Encerrar Questionário Sim Pular para a seção 8

SEÇÃO 8

8.1 Quais localidades estão situadas? - Detalhar cada estabelecimento agropecuário (caixa de dados A).

8.2 Com qual(is) cultura(s) você trabalha? - Detalhar a(s) cultura(s) em cada estabelecimento (caixa de dados A).

8.3 Quantos "pés" de cada uma das culturas você possui? - Detalhar o quantitativo de estabelecimento agropecuário (caixa de dados A)

8.4 Qual a quantidade produzida dos produtos nos últimos dois anos (caixa)?

8.5 Você pretende futuramente ampliar o quantitativo das culturas de produção nas suas propriedades?

8.6 Por qual(is) motivo(s) você atualmente trabalha com essa(s) cultura(s) e não com a lavoura de café?

Encerrar Questionário

Questionário Finalizado | Nota do entrevistado (colaboração para potencial retorno):

→ **FIM**

APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO: COMERCIANTES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

→ INÍCIO

- 1 Quais tipos de produtos são comercializados para a lavoura de café?
- 2 Qual ano foi iniciado as atividades?
- 3 Qual a média anual de vendas dos produtos?
- 4 Qual ano teve a maior saída (vendas)?
- 5 Qual ano teve a menor saída (vendas)?
- 6 Qual foram os valores dos produtos citados nos últimos 4 (três) anos (2019, 2020, 2021 e 2022)?
- 7 Nos dois últimos anos, o número de vendas dos produtos se manteve estável, aumentou ou diminuiu? Se diminuiu, você sabe quais foram os motivos?
- 8 Quais os principais desafios de comercializar tais produtos?
- 9 Quais as perspectivas para o futuro, a manutenção dos investimentos nas compras desses insumos, ou redução? Se optar pela redução, por quais fatores?

Encerrar Questionário

Questionário Finalizado

→ FIM

APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO: TRANSPORTADORES

→ INÍCIO

- 1 Qual ano você começou com as atividades de transportar (vender) o café produzido no local?
- 2 Você trabalha para alguma transportadora?
- 3 Em média, de quantos produtores locais você adquire a produção cafeeira para o serviço de transporte e revenda?
- 4 Para quais localidades são vendidos (transportados) - cidades?
- 5 A partir das referidas localidades, você tem algum conhecimento se parte, ou a totalidade desses produtos, são levados (re-transportados) para outros lugares (cidades)?
- 6 Você possui a informação sobre o quantitativo anual de vendas (transporte) do café?
- 7 Qual foi o ano com o maior número de produtividade (transporte)?
- 8 Qual ano teve a menor quantidade transportada?
- 9 Sobre o panorama do café local, você considera que a produção do café, e, conseqüentemente, o seu transporte, se manteve estável ao longo dos anos: aumentou ou está em um processo de decadência?
- 10 Além do café, você também transporta outros produtos? Se sim, quais?
- 11 Se sim: você acha que em futuro próximo o café perderá espaço para tais culturas?

Encerrar Questionário

Questionário Finalizado

→ FIM

APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO: COMERCIANTES/PRODUTORES DE CAFÉS

→ INÍCIO

- 1 Responsável(eis):
- 2 Nome(s) dos produtos (marca):
- 3 Variedades dos produtos:
- 4 Variedades de cafés utilizados:
- 5 Em qual ano foi iniciado as atividades?
- 6 O que motivou investir em colocar um novo produto no mercado?
- 7 Quais foram os principais desafios encontrados?
- 8 A matéria prima utilizada é proveniente da lavoura própria (se houver), é utilizados insumos de produtores rurais do distrito (Mato Grosso)? Ou é a junção de ambas?
- 9 Qual o local habitual de beneficiamento e torra dos grãos?
- 10 Do início das atividades até o ano de 2022, quais foram as médias anuais de vendas dos produtos?
- 11 Quais são os principais clientes?
- 12 Sobre a qualidade, qual a porcentagem de feedbacks positivos dos clientes?
- 13 Quais as perspectivas e projetos para o futuro (a ampliação das atividades, a exploração de novos mercados - envio para locais de longas distância, o melhoramento técnico e de qualidade dos produtos comercializados, etc.)?

Encerrar Questionário

Questionário Finalizado

→ FIM

APÊNDICE E — ENTREVISTA COMPLEMENTAR: PRODUTORES

→ INÍCIO

- 1 Sobre a produção agrícola realizada no distrito, você possui alguma informação sobre os principais produtos que aqui eram cultivados?
- 2 Sobre o café, há indícios que havia plantações em vários locais aqui do distrito, em algum momento você já ouviu relatos sobre essa produção?
- 3 Caso tenha ciência da produção do café, qual foi o período dessa produção? E, caso saiba, quais foram os quantitativos produzidos?
- 4 Para onde e quais eram os meios de produção, e de que forma como era transportados os produtos cultivados, seja o café, e/ou os demais gêneros agrícolas produzidos no local?
- 5 Você tem alguma informação sobre quais motivos influenciaram a diminuição da produção do café?
- 6 E por fim, quais fatores influenciaram o retorno dessa produção (café)?
- 7 Há alguma história sobre a produção cafeeira e/ou dos demais gêneros agrícolas cultivados no distrito que você queira relatar?

Encerrar Entrevista

Entrevista Finalizada

→ FIM